

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CULTURA E SOCIEDADE

POLYANA AMORIM CHAGAS

CIBERTERRITORIALIDADE:
o blog enquanto instrumento de territorialização do sujeito no Ciberespaço.

São Luís
2012

POLYANA AMORIM CHAGAS

CIBERTERRITORIALIDADE:

o *blog* enquanto instrumento de territorialização do sujeito no Ciberespaço.

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Maranhão – UFMA, para obtenção do título de Mestre, junto ao Programa de Pós-Graduação Cultura e Sociedade, Mestrado Interdisciplinar, sob orientação do Prof. Dr. Silvano Alves Bezerra da Silva.

São Luís
2012

Chagas, Polyana Amorim.

Ciberterritorialidade: o *blog* enquanto instrumento de territorialização do sujeito no ciberespaço/ Polyana Amorim Chagas – São Luís, 2012.

144 f.

Impresso por computador (fotocópia).

Orientador: Silvano Alves Bezerra da Silva.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, 2012.

1. *Blog* - Identidade. 2. Cultura local. 3. Ciberterritorialidade. I. Título.

CDU 004.775:111.821

CIBERTERRITORIALIDADE:

o *blog* enquanto instrumento de territorialização do sujeito no Ciberespaço.

LINHA DE PESQUISA 1: Expressões e processos socioculturais

Dissertação avaliada pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Silvano Alves Bezerra da Silva
Universidade Federal do Maranhão/UFMA

Prof. Dr. Reinaldo Portal Domingo
Universidade Federal do Maranhão/UFMA

Prof. Dr. João de Lima Gomes
Universidade Federal da Paraíba/UFPB

Aprovada em: ___/___/_____

AGRADECIMENTOS

Mais uma etapa se encerra em minha vida, abrindo portas para novos horizontes e experiências. Foram dois anos e meio de leituras, estudos, correções, crises e angústias para que se chegasse a este resultado. Evidente que esse longo processo não envolveu só a mim e meu orientador, muitas pessoas contribuíram para a finalização dele por meio de conselhos, palavras de incentivo, co-orientações, troca de informações, ideias, dicas de leitura e o que mais pudesse ajudar na construção do texto.

A estes tantos dedico meu carinho e sinceros agradecimentos. Em especial, a meu orientador Prof. Dr. Silvano da Silva pelo suporte dado, por ter apostado no meu projeto e me aceitado como orientanda. Ao programa de pós-graduação PgCult pela oportunidade dada e à FAPEMA pelo apoio financeiro que foi substancial na manutenção dos meus estudos durante esse período.

Agradeço também a meus pais e meus irmãos que sempre me apoiaram e incentivaram nesta e noutras jornadas que escolhi enfrentar. Ao meu namorado e amigo Samir Aranha que acompanhou ativamente do processo de feitura dessa dissertação. Aos amigos queridos que sempre se mostraram atentos e preocupados com o andamento da minha produção e entenderam as ausências nos encontros. Em especial à Luana Diniz, Alberto Junior, Milena Reis, Ricardo Fernandes e Denise Furtado. Aos meus “objetos de estudo”: os jornalistas e blogueiros Zema Ribeiro e Luís Cardoso.

Às professoras Patrícia Azambuja e Rose Ferreira que me ajudaram lá no início de tudo, revisando o projeto que inscrevi no programa e incentivando sempre a minha escolha pela carreira acadêmica. Aos professores Francisco Gonçalves e Márcio Monteiro pelas conversas informais pelos corredores do CCSO e pelo departamento de Comunicação. Ao professor Luis Rodolfo Cabral que se mostrou disposto e solícito e me ajudou a entender um pouco de análise de discurso. Também aos professores do mestrado que ajudaram a edificar meu conhecimento, em especial ao professor Josenildo Pereira que nos apresentou em sala o texto instigante sobre territórios do geógrafo Rogério Haesbaert, levando-me a repensar meu projeto e fazendo-me mudar o eixo da pesquisa para o que apresento hoje.

Aos ex-estagiários, Camila, Adriana, Borges Junior, Lilian, Vitor e Emerson, por “segurarem as pontas” na produção da Rádio Universidade FM quando eu precisava me ausentar para resolver alguma coisa do mestrado e da vida. Além de todos da RadiUn por

quem nutro enorme carinho e que sempre me recebem muito bem como se ainda “fosse da casa”.

Aos amigos que fiz nesses dois anos e meio de mestrado, em especial à equipe do TIC: Paulo Pellegrini, Mariza Bezerra, Bruno Dias, Lindevania Martins e Patrícia Medeiros. Obrigada pelas experiências que trocamos nos estudos em grupo e nos momentos de descontração dentro e fora da sala de aula. Eu aprendi muito com vocês. Hoje eu sei o que é tanatopoder.

Este é um trabalho feito por muitas mãos, cabeças e corações e espero que se firme como fonte para novas pesquisas na área e que fortaleça a corrente de estudos interdisciplinares no campo na cibercultura, fazendo valer a pena a energia que todos nós empregamos para compreendê-la.

Obrigada.

*If you want to have cities,
You've got to build roads.*

(CAKE)

RESUMO

Diante do discurso hegemônico nas pesquisas sobre ciberespaço que o consideram um espaço de *Desterritorialização* e deslocamento cultural, busca-se, com esta pesquisa, evidenciar o processo inverso, o de *Territorialização* do sujeito e sua cultura no ciberespaço, por meio dos *blogs* Zema Ribeiro e Luis Cardoso, aqui classificados como individual/misto. Este trabalho se desenvolve à luz da compreensão de que os *blogs* individuais/mistos são instrumentos que demarcam a territorialidade do sujeito no ambiente *online*. Fundamentada nos conceitos de identidade e cultura local, a pesquisa procurou associar a formação identitária do sujeito a sua cultura local que se materializa através do discurso proferido nos *blogs*. Teóricos como Hall, Giddens, Castells, Canclini e Certeau dão subsídios para que a hipótese seja comprovada. A metodologia utilizada para avaliar os textos dos *blogs*, por sua vez, é embasada pela análise de discurso que ajudou a elaborar e identificar modalidades discursivas presentes nos textos selecionados.

Palavras-chave: Ciberterritorialidade, Desterritorialização, *Blog*, Identidade, Cultura Local.

ABSTRACT

In front of the hegemonic speech in the researches about cyberspace that consider a space of “Deterritorialization” and cultural displacement, one searches for, with this research, to evidence the inverse process, the one of “Territorialization” of the subject and his culture in the cyberspace, by means of the blogs Zema Ribeiro and Luis Cardoso, here classified as individual/mixed. This work develops itself at the light of the comprehension that the individual/mixed blogs are instruments that delimit the territoriality of the subject in the online environment. Based in the concepts of local identity and culture, the research sought to associate the identity formation of the subject to his local culture that materializes itself through the speech proffered in the blogs. Theorists like Hall, Giddens, Castells, Canclini e Certeau give subsidies for the comprovação of the hypothesis. The methodology, on the other hand, its grounded on the speech analysis that helped to elaborate and identify discursive modalities present in the selected texts.

Keywords: Cyberterritoriality, Deterritorialization, Blog, Identity, Local Culture.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Modelo do discurso tridimensional de Fairclough.	84
Figura 2. <i>Banner</i> do <i>blog</i> Zema Ribeiro.	93
Figura 3. Rodapé com <i>hiperlinks</i> para rede sociais.	95
Figura 4. <i>Banner</i> do <i>blog</i> Luís Cardoso.	96
Figura 5. <i>Hiperlinks</i> no <i>blog</i> Luís Cardoso.	97
Figura 6. Exemplos de mecanismos de localização na Internet.	122

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1. Ponto de partida	13
1.2. O problema e objetivo da pesquisa	14
1.3. Justificativa	15
1.4. Etapas da dissertação	16
2. APANHADO TEÓRICO: CIBERESPAÇO, TERRITORIALIZAÇÃO E DESTERRITORIALIZAÇÃO	19
2.1. Entendendo o campo de estudo: Ciberespaço e Internet	20
2.1.1. <i>Blogs</i> : o objeto de estudo	26
2.2 Globalização: início da Desterritorialização	28
2.3. Desterritorialização: cultura sem território	32
2.4. Territorialização: negociações entre global e o local	36
3. IDENTIDADE E CULTURA LOCAL	42
3.1. A construção da Identidade na contemporaneidade	42
3.2. A Cultura Local no contexto globalizado	57
4. PRODUÇÃO DE SENTIDOS E IDENTIDADE TERRITORIAL	65
4.1. Análise de discurso como método	65
4.2. Memória e discurso	67
4.3. Ideologia e discurso: assujeitamento	70
4.4. Discurso e mudança social	73
4.5. Conexões: análise de discurso e produção da identidade territorial	80
5. TERRITORIALIDADE NOS <i>BLOGS</i> : analisando o objeto	84
5.1. <i>Blog Zema Ribeiro</i>	85
5.2. <i>Blog Luís Cardoso</i>	88
5.3. Análise discursiva do <i>blog Zema Ribeiro</i>	90
5.3.1. “Pra não dizer que não falei de <i>big brother</i>”, publicado em 25/01/2012.	90
5.3.2. “Nagô”, publicado em 02/02/2012.	94
5.3.3. “Cinema grátis e de qualidade”, publicado em 30/03/2012.	95
5.3.4. “Pequena amostra do jornalismo Décio Sá”, publicado em 26/04/2012.	97
5.3.5. “Papoético premiará hoje vencedores de seu I Festival de Poesia”, publicado em 31/05/2012.	99
5.3.6. “Nossa miséria cultural (ou: acorda, serpente!)”, publicado em 09/06/2012.	100

5.4. Análise discursiva do <i>blog</i> Luís Cardoso.....	102
5.4.1. “Hospital de Bacabal é um caminho para a morte”, publicado em 31/03/2012.....	102
5.4.2. “Assim que a OAB reage à morte de um jornalista”, publicado em 26/04/2012.	103
5.4.3. “Grupo político racha em Balsas”, publicado em 27/05/2012.	105
5.4.4. “Só no Maranhão: cinco cidades têm mais eleitores do que população”, publicado em 22/06/2012.....	106
5.4.5 “Bagunça na Via Expressa: carro de deputado foi rebocado”, publicado em 25/07/2012	107
5.4.6 “Vice-governador quer fechar <i>blog</i>”, publicado em 29/08/2012	109
CONCLUSÃO	111
REFERÊNCIAS	116
ANEXOS.....	119
Pra não dizer que não falei de big brother.....	120
Pequena amostra do jornalismo de Marco Aurélio D’Eça.....	125
Papoético premiará hoje vencedores de seu I Festival de Poesia.....	127
Nossa miséria cultural (ou: acorda, serpente!).....	128

1. INTRODUÇÃO

1.1. Ponto de partida

Este estudo é fruto de uma inquietação acerca das definições de ciberespaço enquanto espaço territorial. Diversos autores afirmam que o ciberespaço é um espaço desterritorializante por reunir pessoas com etnias e nacionalidades diferentes em um ambiente sem fronteiras. Este estudo, entretanto, toma outro caminho: propõe-se, aqui, como hipótese, que a localidade do sujeito, a sua *territorialidade*, se materializa no ciberespaço por meio dos discursos que engendra. A partir dos *blogs* Zema Ribeiro, www.zemaribeiro.wordpress.com, e Luís Cardoso, www.luiscardoso.com, buscou-se perceber como estes sujeitos representam seu território no ciberespaço, analisando as práticas discursivas exercidas nos referidos espaços *online*.

O perfil de *blog* escolhido como objeto de análise desta pesquisa tem características do tipo individual/misto, gerenciado por uma pessoa e abordando diversos temas, pessoais ou não, de acordo com a escolha do blogueiro. Outro item que deve ser destacado é que os *blogs* a serem analisados são páginas independentes, e não estão vinculados a nenhum *site* que possa cercear o discurso ali produzido. A escolha dessa modalidade se dá pelo fato de que em um *blog* com essas características, o autor tem, a princípio, plena liberdade de produção e ele é o fio condutor do que é escrito ali, baseado em suas convicções políticas pessoais.

O discurso do sujeito o representa, diz quem ele é ou quem ele gostaria de ser perante o outro. Afinal, é na interação com o outro que o sujeito se identifica (através da semelhança ou da diferença) e é identificado. Essa construção que o sujeito faz de si para o outro não é determinada apenas pelo sujeito emissor, é uma representação influenciada pelo outro, que também está ali se representando, e pelo meio (espaço físico) em que os dois estão localizados no processo de interação, assim como pelo meio de comunicação que, eventualmente, esteja mediando aquela interação.

John Thompson (1998) faz considerações sobre os processos de interação e os classifica de acordo com a inserção tecnológica no cotidiano. A interação face a face é determinada pela copresença dos sujeitos no mesmo espaço e tempo, compartilhando o mesmo referencial simbólico. Então, o arcabouço informacional que o sujeito pode ter sobre o outro está ali à sua frente. Em seguida, Thompson apresenta a interação mediada que se dá por meios técnicos: cartas, telefones, etc. Os sujeitos já não compartilham do mesmo espaço e

contexto, levando a comunicação entre eles a um nível menor de referenciais simbólicos semelhantes. Por fim, ele esboça o conceito de quase-interação mediada, referindo-se aos meios de comunicação de massa. Esta interação se dissipa no espaço-tempo, estreitando ainda mais os referenciais simbólicos e a produção da informação. Ao contrário das outras interações, é direcionada para um sujeito desconhecido que compreende o público do meio de comunicação em questão e, dessa maneira, unilateral e monológica, em que o processo interativo não oferece meios de o público se manifestar em tempo real.

A pesquisa de Thompson estacionou nos tradicionais meios de comunicação de massa – televisão e rádio. Hoje, a tecnologia de informação evoluiu bastante e estes meios não são os únicos a emitirem informação em larga escala para o público. Muito já se avançou no setor tecnológico, o que tornou cada vez mais imediata a troca de informações entre sujeitos. A evolução da tecnologia da comunicação vem do impresso, passa pelos meios de comunicação de massa e chega à Internet, rede mundial de computadores, onde a fronteira ou a distância geográfica entre os sujeitos não é mais obstáculo ao processo comunicacional. A Internet e o universo que ela habita – o ciberespaço – constituem, então, o campo de investigação desta pesquisa, em que mora a problemática que aqui será apresentada.

1.2. O problema e objetivo da pesquisa

A Internet tornou-se¹ meio de comunicação diferenciado por proporcionar vários níveis de interação entre sujeitos, já que se trata de um meio híbrido, com vários tipos de mídias agregados e vários sujeitos conectados. Sujeitos, esses, que podem ser grandes corporações midiáticas ou o sujeito comum, consumidor dos produtos disponibilizados por essas grandes corporações. A Internet, ao evoluir, mostrou-se, nesse sentido, um meio democrático, já que põe veículos de comunicação e sujeitos em relação de comunicação horizontal e dialógica.

A *web*², atualmente, permite que o sujeito produza informações naquele espaço virtual que ficarão disponíveis por tempo indeterminado, podendo ser acessadas em qualquer

¹ Diz-se aqui que a Internet se tornou meio de comunicação diferenciado, pois no início, apesar de ser um elo de comunicação, tinha fins militares e não era utilizada pela sociedade civil como é hoje. O acesso era restrito e ela disponibilizava poucas possibilidades de interação, por estar na fase inicial. Como poderá ser visto adiante, ela se torna meio de comunicação, interação e participação a partir da década de 90 com o nascimento da *web 2.0*.

² Em inglês significa “rede” e o utilizaremos ao longo do texto para designar o termo Internet.

lugar ou horário. Dada essa capacidade de armazenamento informacional, diferente dos meios de comunicação de massa (em que o acesso é mediado pelos “detentores” da informação), muitos autores que dedicam estudo à Internet, considerando-a um espaço sem fronteiras, um não-lugar³.

Se o embate teórico aqui proposto reside na afirmação da territorialidade em detrimento da desterritorialização no espaço virtual, o problema desta pesquisa foi formulado da seguinte maneira: que aspectos discursivos utilizados nos *blogs* Zema Ribeiro e Luís Cardoso demarcam a territorialidade de seus respectivos sujeitos, e sob quais motivações, ditas e não-ditas, esses aspectos foram produzidos e divulgados no ciberespaço, por meio dos *blogs*?

O objetivo, então, é evidenciar a presença de fatores discursivos que demarquem a territorialidade do sujeito no *blog*. É parte desse objetivo, entender a relação entre as vivências *offline* (fora da virtualidade) e *online* (na virtualidade), assim como identificar dados implícitos na construção discursiva que levam o sujeito a escolher temas locais em detrimento de temas nacionais ou globais.

1.3. Justificativa

A Internet e o ciberespaço são considerados, hoje, espaços desterritorializantes, pois as hipóteses estudadas distanciam o sujeito de seu território e de sua cultura local, ao partilhar um meio cujas referências culturais estão dispersas ou apresentam elementos estranhos a seu ambiente de origem ou de vivência. O primeiro ponto que fundamenta esse posicionamento é o fato de a *web* estar imersa em uma esfera virtual, o ciberespaço. O aspecto da virtualidade, que impede a convivência face a face como em outras esferas sociais, credita à *web* e ao ciberespaço, como todo, o conceito de espaço sem lugar, que está em todo lugar, mas não pertence a lugar algum.

A problemática anteriormente exposta comanda os rumos desta pesquisa, que toma o *blog* como ferramenta de comunicação, interação e, além disso, um meio de representação do sujeito e seu território no ciberespaço. A escolha do *blog* se deu por ser ferramenta popular, de fácil manuseio e um dos expoentes da chamada *web 2.0*. Foram escolhidos, então, dois *blogs* para análise: o *Blog* do Zema Ribeiro e o *Blog* do Luís Cardoso. Ambos são espaços

³ Expressão utilizada por Marc Augé (1994) para denominar lugares de trânsito, para o qual não há vivências demarcadas por valores e tradições.

individuais, atualizados, cada um, por um sujeito, e não vinculados a qualquer empresa de comunicação, são veículos independentes.

Esta pesquisa justifica-se, a princípio, por implementar uma linha de raciocínio diferente acerca do ambiente *online*, assentada na perspectiva da atuação do sujeito pelo que diz e como diz, e que referenciam certos limites territoriais, e não só pelas possibilidades tecnológicas, como, geralmente, ocorre nos estudos sobre o tema. Ademais, a pesquisa desenha-se como proposta interdisciplinar, em razão da complexidade do assunto, e analisável pelas ferramentas de vários campos de saber.

Como a hipótese que se discutirá ao longo destas páginas refere-se à consistência da dimensão territorial no ciberespaço, exposta e circunscrita pelo discurso, vamos nominá-la por *ciberterritorialidade*. E para dar conta dos fatores referentes à manifestação do sujeito no fazer-se da linguagem, utilizaremos o instrumental da análise de discurso, por entender que ele não apenas fornece ferramentas que se adéquam ao escopo deste trabalho, mas porque, e principalmente, as suas linhas teóricas e a sua plataforma metodológica permitem a conversação produtiva com autores que forneceram bases conceituais a este estudo.

Esta investigação está dividida em quatro capítulos interdependentes, conforme descritos a seguir.

1.4. Etapas da dissertação

No capítulo inicial – **Apanhado teórico: Ciberespaço, Territorialização e Desterritorialização** – faz-se uma contextualização histórica do ciberespaço e da *web*, para que se possa entender o meio no qual está localizado nosso objeto de estudo, o *blog*, assim como compreender as características e o uso da *web* enquanto meio de comunicação e informação. Estudos acerca do ciberespaço serão postos em revista para elencar as diretrizes que estão sendo construídas e disseminadas, principalmente as que classificam o ciberespaço como meio de *desterritorialização* do sujeito e da informação. Sabe-se que tal recorte advém, em parte, de estudos antropológicos contemporâneos que abordam a influência da globalização na cultura local. Portanto, visitar-se-á algumas coordenadas sobre globalização para se verificar o surgimento do conceito de desterritorialização, o que ele realmente significa e como se aplica em outros campos de pesquisa. Por fim, ver-se-á também a concepção de *territorialização* sob uma perspectiva simbólico-cultural, buscando identificar seus elementos no ambiente do ciberespaço.

A discussão de representação do território no domínio virtual permeia a questão da representação das identidades do sujeito. Como dito, o sujeito representa a si através de marcadores identitários. Estes marcadores fazem referência às esferas sociais, à localidade, à cultura e ao sujeito. No capítulo chamado **Identidade e Cultura Local** abre-se espaço para, então, discutir-se a questão da identidade na contemporaneidade, no que tange à multiplicidade identitária que se constrói e se complexifica à medida que o sujeito se insere em novos contextos sociais, ao ter contato com diversas experiências culturais que vão sendo agregadas. Ele se torna, assim, ser mais complexo, devido à diversidade de seus referenciais simbólicos. Diante das múltiplas identidades e identificações que o sujeito moderno adquire nas diferentes esferas das quais participa, este segundo momento vai buscar entender como se dá a relação entre o sujeito e a identidade local no contexto atual, assinalada pela globalização.

Desse modo, serão apresentados os principais estudos sobre identidade no atual contexto, articulando-os com os conceitos de referências simbólico-culturais locais, como as de Stuart Hall, Anthony Giddens e Manuel Castells. De outro lado, tomar-se-á o conceito de cultura local para compreender como ela se mantém ou se altera na contemporaneidade com base nos estudos de Clifford Geertz, Michel de Certeau e Néstor Canclini. O objetivo desse capítulo é, a partir da compreensão dos conceitos de identidade e cultura local, flagrar de que forma o sujeito representa sua realidade local nos *blogs* escolhidos para esta análise, e também para refletir sobre o que os levam a representar de determinada maneira o *locus* onde vivem, optando por aspectos específicos em detrimento de outros.

O capítulo seguinte – **Produção de sentidos e Identidade Territorial** – tratará, por sua vez, da pesquisa teórica aplicada ao estudo do discurso nos *blogs*. Ver-se-á, neste capítulo, a base teórica e os recursos metodológicos para analisar especificamente a representação de território nos *blogs* a partir do discurso. Dentre as possibilidades de investigação das manifestações discursivas, escolheu-se a Análise de Discurso (AD) por algumas razões, entre as quais: suas ferramentas permitem tanto explicar e detalhar de que modo e com que meios o sujeito se manifesta através do discurso, como também esmiuçar a produção de efeitos de sentido, estudando o discurso como prática social que contribui para o estabelecimento de identidades socioculturais. Procura-se com a AD compreender a construção simbólica e/ou produção de sentidos que está sendo dita (e não-dita) nos textos a serem analisados. Lembrando que tais textos serão considerados sob a perspectiva da produção de sentidos referentes à territorialidade do sujeito, percebendo como a identidade

territorial é construída e representada, bem como, quais fatores motivaram sua construção, por que está sendo dita de tal modo e não de outro.

Após a discussão teórica em torno da AD, no último capítulo, **Territorialidade nos blogs: analisando o objeto**, aplicar-se-ão as categorias de análise formuladas para identificar os pontos que demarcam a territorialidade nos discursos disseminados nos *blogs*. Seis textos extraídos de cada *blog* serão analisados e interpretados de acordo com o referencial teórico apresentado no capítulo anterior. Os textos do *blog* Zema Ribeiro são: *Pra não dizer que não falei de big brother*, publicado em 25/01/12; *Nagô*, publicado em 02/02/2012; *Cinema grátis e de qualidade*, publicado em 30/03/2012; *Pequena amostra do jornalismo Décio Sá*, publicado em 26/04/12; *Papoético premiará hoje vencedores de seu I Festival de Poesia*, publicado em 31/05/12; e, *Nossa miséria cultural (ou: acorda, serpente!)*, publicado em 09/06/12.

Já os seis textos do *blog* Luís Cardoso são os seguintes: *Hospital de Bacabal é um caminho para a morte*, publicado em 31/03/12; *Assim que a OAB reage à morte de um jornalista*, publicado em 26/04/12; *Grupo político racha em Balsas*, publicado em 27/05/12; *Só no Maranhão: cinco cidades têm mais eleitores do que população*, publicado em 22/06/12; *Bagunça na via Expressa: carro de deputado foi rebocado*, publicado em 25/07/2012; *Vice-governador quer fechar o blog*, publicado em 29/08/2012.

Estes textos serão esmiuçados em relação às categorias de análise elaboradas para se verificar a produção de sentido em relação à representação da territorialidade do sujeito no ciberespaço. Pretende-se, portanto, contribuir para lançar algumas luzes dentro do campo de pesquisa do ciberespaço, enveredando por novas perspectivas que vão em direção contrária à interpretação hegemônica que considera o ambiente virtual a partir de sua tecnicidade e não a partir do sujeito que o habita.

2. APANHADO TEÓRICO: CIBERESPAÇO, TERRITORIALIZAÇÃO E DESTERRITORIALIZAÇÃO.

O convívio social é demarcado pela interação entre sujeitos que revelam os referenciais simbólicos utilizados por cada um em seu discurso e que dizem respeito também à cultura local que o constitui enquanto sujeito cultural. Por meio do discurso, o sujeito materializa sua cultura e suas identidades. O advento das tecnologias de comunicação passou a promover trocas simbólicas fora do modelo “face-a-face”, diminuindo o leque de referenciais simbólicos que os sujeitos tinham disponíveis como mecanismo de leitura e identificação do outro. John Thompson (1998) explica que os meios de comunicação de massa promovem uma quase-interação mediada por não permitir o diálogo entre os sujeitos envolvidos na interação⁴. Os meios de comunicação aos quais Thompson se refere são frutos do processo global e estes meios, para ele, desconectam o sujeito do convívio social.

O ciberespaço caracteriza uma nova realidade comunicacional dotada de aspectos pós-massivos⁵ e híbridos e que, portanto, promovem interações de várias modalidades entre os sujeitos ali presentes. Quando Thompson fala da redução dos referenciais simbólicos causados pela inserção da tecnologia como mediadora da interação entre sujeitos, ele não afirma que o sujeito perde seu referencial simbólico, apenas constata que o interlocutor não consegue visualizar os referenciais simbólicos do Outro. Nota-se que Thompson constrói uma concepção de referencial simbólico atrelada à imagem, descartando, por exemplo, referenciais que estão circunscritos na própria fala e articulação de ideias do sujeito interlocutor.

No campo das pesquisas acadêmicas desenvolvidas em torno do ciberespaço, uma corrente de estudos defende a ideia de que o ambiente virtual *desterritorializa* o sujeito em

⁴ Em trabalho focado no processo de globalização, John Thompson associa o papel da mídia à modernidade e estabelece três níveis de interação. A interação face a face, determinada pela copresença dos sujeitos no mesmo espaço e tempo, compartilhando o mesmo referencial simbólico. Em seguida, ele apresenta a interação mediada que se dá por meios técnicos: cartas, telefones, etc, em que os sujeitos já não compartilham mais o mesmo espaço e contexto, levando a comunicação entre eles a um nível menor de referenciais simbólicos semelhantes. Por fim, esboça o conceito de quase-interação mediada, referindo-se aos meios de comunicação de massa. Esta interação se dissipa no espaço-tempo, estreitando ainda mais os referenciais simbólicos e a produção da informação, ao contrário, das outras interações, é direcionada para um sujeito desconhecido que compreende o público do meio de comunicação em questão e caracteriza-se, dessa maneira, como unilateral e monológica.

⁵ Mídia pós-massiva é aquela que promove uma comunicação bidirecional, através de um fluxo de informação em rede que cria polos de produção de informação, descentralizando o monopólio das mídias massivas.

relação à sua cultura local⁶. Essa teoria dialoga com o pensamento de Thompson e acredita na perda do referencial simbólico do sujeito em meio à globalização. A hipótese lançada nesta pesquisa, no entanto, segue em direção inversa e busca mostrar que há também movimentos de *territorialização* dentro do ciberespaço. O território e a cultura local, onde o sujeito está inserido, são demarcados no ambiente virtual a partir de elementos discursivos que serão esmiuçados aqui ao analisar os *blogs* Zema Ribeiro e Luís Cardoso.

Verifica-se que o conceito de *desterritorialização* tem sido aplicado à cultura virtual em sua totalidade, referindo-se ao aspecto técnico e global do ciberespaço, sem considerar as relações sociais que são praticadas e construídas pelo sujeito ali imerso. Portanto, com a intenção de compreender o caráter territorializante, é necessário entender como se configura a *desterritorialização*, para analisar os dois movimentos na esfera do virtual. Antes disso, é importante ver como se constitui o campo de estudo desta pesquisa, o ciberespaço, para verificar se ele pode ser considerado um espaço de trocas simbólicas e vivências sociais.

2.1. Entendendo o campo de estudo: Ciberespaço e Internet

O homem vem, constantemente, desenvolvendo mecanismos que satisfaçam sua necessidade inerente de comunicação. Desde os desenhos rupestres, ele busca meios de se comunicar com o próximo. Hoje, nanotecnologias carregam arquivos digitais com textos, imagens fotográficas, vídeos que podem ser compartilhados rapidamente por redes móveis.

A criação dos meios de comunicação de massa (TV e rádio, principalmente) pareceu representar ao máximo o potencial comunicativo do homem, mas eis que algo maior estava por vir, conectando o mundo todo através de redes informacionais, que permitem não só o envio, mas o compartilhamento e, principalmente, a produção de informação por polos de comunicação, criando uma gama maior de meios alternativos de comunicação em detrimento do caráter monopolizador e massivo dos meios de comunicação tradicionais, TV e rádio.

⁶ A título de informação, segue relação de alguns trabalhos que defendem a desterritorialização cultural e informacional do sujeito: *A desterritorialização da comunicação comunitária pela Internet e suas novas interfaces no radialismo comunitário do Piauí*, de Orlando Berti, publicado em Anais do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Natal, RN – 2 a 6 de setembro de 2008; *Ciberespaço e Tecnologias Móveis: processos de Territorialização e Desterritorialização na Cibercultura*, de André Lemos, publicado em Imagem, Visibilidade e Cultura Midiática, de Médola, Ana Silvia; Araújo, Denise; Bruno, Fernanda. (orgs), Porto Alegre, Editora Sulina, 2007; *A desterritorialização e a identidade na experiência humana no estudo dos meios de comunicação pós-modernistas como a web*, de Gilberto Consoni, publicado em Anais do X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul – Blumenau – 28 a 30 de maio de 2009.

Na década de quarenta do século XX, foram dados os primeiros passos para criação desse novo lugar, espaço de conexão mundial das pessoas que realizou mudanças significativas no processo comunicativo e nas práticas sociais: o ciberespaço.

Dada sua relevância na história recente, o ciberespaço tem sido alvo de inúmeras pesquisas. Estudiosos de vários campos de saber vêm se dedicando com afinco sobre este tema e suas particularidades. Para iniciar este trabalho, serão apresentadas algumas concepções sobre o ambiente virtual já que se trata do campo onde estão localizados os *blogs* (Zema Ribeiro e Luís Cardoso) selecionados para análise nesta pesquisa. O objetivo deste momento é mapear as principais pesquisas sobre ciberespaço para analisar como ele é visto e interpretado, com ênfase nas abordagens sobre espaço, *desterritorialização* e *territorialização*, conceitos que serão explorados adiante.

Lúcia Santaella (2003) e Pierre Lévy (1999) afirmam que o primeiro escritor a utilizar o termo ciberespaço foi o romancista William Gibson, em 1984, na obra *Neuromancer*⁷. Este livro é o primeiro de uma trilogia que narra a história do jovem Case. Ele vive em uma sociedade conectada ao ciberespaço o tempo todo e o “entrar e sair” deste espaço é controlado por donos de multinacionais. Com esse romance *cyberpunk*⁸, Gibson lança na literatura a ideia de um espaço virtual onde pessoas convivem através de interconexões, uma espécie de realidade paralela que reflete os hábitos e comportamentos da “verdadeira realidade”, por assim dizer.

No campo da pesquisa científica, o próprio Pierre Lévy se destaca como um dos expoentes nos estudos sobre ciberespaço, tendo seu livro, *Cibercultura* (1999), fundamentado diversas pesquisas sobre o tema. Nele, Lévy traça um breve histórico do ambiente virtual, explanando sobre todos os termos inerentes a esse espaço, e sua evolução tecnológica para observar as “mutações sociais e culturais” decorrentes de tal evolução.

Segundo Lévy, os primeiros computadores foram construídos na década de quarenta, nos Estados Unidos e Inglaterra, com fins militares, dando início à indústria da informática. Eram aparelhos grandes, porém frágeis, que ficavam isolados em salas refrigeradas, executando cálculos e estatísticas referentes aos interesses estatais. Mesmo nessa fase inicial, o autor afirma que já se podia prever que a informática seria responsável por um “movimento

⁷ A edição brasileira do livro *Neuromancer* foi lançada em 1991 pela Editora Aleph.

⁸ André Lemos conceitua o *cyberpunk* como uma sub-cultura juvenil emergente do antiautoritarismo *punk* e do apreço pela revolução tecnológica. Ver mais em: LEMOS, André. *Cibercultura, Tecnologia e Vida Social na Cultura Contemporânea*. Porto Alegre, Ed. Sulina, 2002.

geral de virtualização da informação e da comunicação, afetando profundamente os dados elementares da vida social” (*ibid*, p. 31).

Só nos anos setenta, do século XX, o computador passa a ser consumido pela população, surgindo uma versão menor do aparelho que foi chamada de computador pessoal (*personal computer*). Aqui, a máquina adquirira outras funções, além das iniciais, como criação de textos e imagens e armazenamento de dados, além de tornar-se um meio de entretenimento. Em oitenta, o consumo do computador enquanto aparelho pessoal cresceu exponencialmente diante da constante evolução tecnológica e a redução do custo do produto. Foi nessa década também que foi desenvolvido o sistema de digitalização de informação, agregando ao computador uma importante função, a de banco de dados.

Embora se falasse em interação, nota-se que não se discutia o caráter relacional do ponto de vista comunicativo. Os aspectos interacionais abordados eram tomados de um ponto de vista macro, a interação a qual se refere o autor é primária e se dá entre homem e máquina apenas. Até mesmo por que se tratava de um ciberespaço incipiente e, portanto, as relações advindas daí só passaram a ser dimensionadas mais tarde.

Com o desenvolvimento de *softwares* que aperfeiçoaram as funções do computador e a própria evolução tecnológica do aparelho que passou de uma grande máquina, que ocupava uma sala inteira, para um aparelho que pode ser levado no bolso, a exemplo dos modelos mais recentes (*tablets, smartphones*), o PC tornou-se parte estruturante do que veio a ser chamado de ciberespaço. Trata-se de “um computador cujo centro está em toda parte e a circunferência em lugar algum, um computador hipertextual, disperso, vivo, fervilhante, inacabado: o ciberespaço em si” (p. 44). A partir dessa explanação histórica do computador e da informática, Lévy fundamenta seu conceito de ciberespaço, denominando-o como “espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores” (p. 92).

André Lemos (2004), por sua vez, compreende o ciberespaço por duas vias: lugar onde estamos quando entramos em um ambiente simulado e conjunto de redes de computadores interligados (p. 128). Ele acrescenta ainda que a humanidade está se direcionando para a fusão das duas concepções acima mencionadas, afirmando que o ciberespaço não está desconectado da realidade. Ele é, na verdade, um “complexificador do real”.

A complexidade do real a qual se refere Lemos se deve à ressignificação da relação espaço-tempo no ciberespaço. Se no ambiente real, espaço e tempo caminham em sincronia, na esfera virtual há um “deslocamento” do espaço ou mesmo desmaterialização como muitos autores afirmam. Lúcia Santaella (2007, p. 27), por exemplo, afirma incisivamente que no ciberespaço ‘o tempo se espacializa e o espaço se fluidifica na circulação da informação’.

Duas décadas depois de o primeiro computador ser ativado, é criada a ARPANET, precisamente em 1969, uma rede de interconexão de computadores da *Advanced Research Project Agency* (ARPA). Segundo Manuel Castells (2003), o objetivo desta empresa, de origem americana, era reunir recursos de pesquisa no campo da tecnologia militar para manter-se superior na corrida tecnológica contra a União Soviética. A ARPANET era uma rede específica em que os pesquisadores, geralmente estudantes universitários, compartilhavam informações em um mínimo espaço de tempo, sem necessidade de deslocamento, o que otimizava as ações militares dos Estados Unidos.

Os pesquisadores foram criando mecanismos de aperfeiçoamento da comunicação entre os polos de pesquisa espalhados no país e elaboraram na década de setenta outras redes, semelhantes à ARPANET, para se interconectarem a esta, formando assim “uma rede de redes”. Com tal expansão, os militares, por segurança, solicitaram a criação de outra rede específica para seus interesses, a MILNET, deixando assim, a ARPANET inteiramente sob os cuidados dos pesquisadores. Após a liberação dessa rede, aconteceu a proliferação de modelos semelhantes que se conectavam à ARPANET. Em 1990, ela foi desativada e o seu domínio foi delegado à *National Science Foundation* (NSF) que preferiu privatizar o serviço de conexão.

Fabricantes de computadores começaram a inserir em suas máquinas os protocolos que permitiam o acesso à Internet – novo nome da ARPANET, após sua desativação. No entanto, o ápice da Internet ocorreu com a criação do aplicativo WWW (*world wide web*) para compartilhamento de informação na rede. Criado pelo inglês Tim Bernes-Lee, em 1995, este aplicativo permitia que os programas de navegação localizassem os endereços *online* com mais facilidade e praticidade, tornando a rede global. Assim, vários programas de navegação foram criados, inclusive o *Internet Explorer* da Microsoft, um dos navegadores mais populares atualmente.

A partir da década de noventa, do século XX, a rede, agora mundial, começou a ser desenvolvida não só por e para cientistas gabaritados, mas também por e para usuários, com

inúmeras finalidades e interfaces visuais⁹ mais fáceis de decodificar e manusear. A história do ciberespaço está intrinsecamente ligada à da Internet. O ciberespaço expandiu quando a Internet deixou de ser um serviço de conexão entre universidades e passou a ser utilizada pela população. Desde então, os mecanismos de manuseio e acesso vêm sendo aprimorados, mais serviços foram agregados e o ciberespaço tornou-se um espaço híbrido habitado por distintos segmentos da sociedade. Em meados da década de 90, mais de cem milhões de pessoas já acessavam Internet regularmente (WERTHEIM, 2001).

Embora hoje sejam partes interligadas, sendo, às vezes, consideradas sinônimas, ciberespaço e Internet são instâncias diferentes dentro da cibercultura. Como bem destacou Lévy (1999), o ciberespaço se consolida com a Internet ao proporcionar a interação “não-presencial” entre pessoas, mas antes, na interação homem-máquina, já se cogitava a existência deste, pois se tratava de “adentrar” um espaço virtual para realizar atividades simuladas pelo computador. A cibercultura, por sua vez, nasce na década de quarenta, junto à informática e diz respeito não só ao aparato tecnológico que foi desenvolvido desde então, mas também, e principalmente, ao comportamento social que foi modificado com a inserção dessa tecnologia na cotidianidade.

A *web* transformou-se em um espaço de interação social, entretenimento, educação e negócios. Os usuários reencontram pessoas, fazem novos contatos, conversam uns com os outros, mesmo geograficamente distantes, fazem compra *online*, fazem cursos à distância, têm acesso a filmes, música, produtos televisivos etc. Hoje, a maioria dos produtos e serviços de grande procura está migrando para o espaço virtual. São serviços presentes no mundo real, por assim dizer, que oferecem na Internet o conforto do “não-deslocamento” ao usuário que, por sua vez, tem acesso ao leque informacional que a *web* oferta sem sair de seu ambiente geográfico e também simbólico-cultural.

À medida que um número sempre crescente de meios de comunicação, empresas, jornais, revistas, centros comerciais, cursos universitários, bibliotecas, catálogos, bancos de dados e jogos se tornarem disponíveis on-line, seremos cada vez mais forçados a frequentar o ciberespaço – quer queiramos ou não (WERTHEIM, 2001, p. 177).

⁹ Interface é uma expressão que pode ter várias definições de acordo com a área em que é aplicada. De maneira geral, é tomada como intermédio entre duas partes, permitindo a interação entre elas. No campo da informática, especificamente, trata-se também de um conjunto de dispositivos icônicos que foi desenvolvido para facilitar o manuseio de usuários que não dominam o código binário. Exemplo: os ícones da área de trabalho em um computador fazem parte da interface visual deste e permitem que o usuário acesse serviços do sistema operacional apenas com o cursor, sem a necessidade de digitar os comandos técnicos do sistema.

No entanto, a Internet nem sempre foi interativa, relacional e polo descentralizador de produção da informação. Alex Primo (2007) destaca que ela divide-se em duas gerações de serviços *online*. A primeira, batizada de *Web 1.0*, reproduzia, de certa forma, o modelo “transmisionista” dos meios de comunicação de massa. Os *sites* eram trabalhados de maneira isolada, sem interconexão ou *links* entre eles. E mais: a manutenção destes só poderia ser feita por pessoas especializadas que tivessem domínio dos códigos da informática. Qualquer postagem de texto, imagem ou vídeo requeria um conhecimento específico do usuário.

O aprimoramento dos serviços *online*, o crescimento do número de usuários e a criação de novos *softwares* que facilitavam o manuseio e atualização das páginas deram origem à segunda geração da Internet, assim chamada de *Web 2.0*. Primo considera que o que diferencia a primeira da segunda geração é a melhoria nas formas de publicação, compartilhamento e organização das informações. A *Web 2.0* tem repercussões sociais importantes, que potencializam processos de trabalho coletivo, de troca afetiva, de produção e circulação de informações, de construção social de conhecimento apoiada pela informática (PRIMO, 2007).

O caráter participativo ou colaborativo é o “carro-chefe” da *Web 2.0*. Alex Primo elenca, então, as principais ferramentas que demarcam a existência desta, tais como os sistemas de RSS (*Real Simple Syndication*) – sistema de assinaturas no qual o internauta pode escolher quais atualizações quer receber diretamente em seu *e-mail*. O maior expoente da *Web 2.0*, segundo o autor, é o *blog*, por ser uma ferramenta relacional no sentido de permitir que autor e leitores interajam, troquem informações, debatam.

A progressão geométrica do número de *blogs* é uma recorrente ilustração da *Web 2.0*. Muito embora a imprensa insista em descrevê-los como meros diários *online*, reduzindo-os a uma ferramenta de celebração do ego, os *blogs* transformaram-se em um importante espaço de conversação (2007, p. 03).

A expansão dos *blogs*, especificamente, tem sido expressiva em escala nacional, segundo Lemos e Lévy (2010). A comunidade de blogueiros ativos no país já alcança o número de nove milhões entre 170 milhões contabilizados no mundo todo. Para eles, os brasileiros são os mais ativos produtores de informação (p. 23). Nesse novo estágio da Internet, quem assume o papel de protagonista são os usuários, internautas que se tornam,

em certa medida, os nós principais, os cruzamentos, os comutadores da computação social, recolhendo, filtrando, redistribuindo, fazendo circular informação, a influência, a opinião, a atenção e a reputação de um dispositivo a outro. (LEMOS; LEVY, 2010, p. 12).

2.1.1. *Blogs*: o objeto de estudo

Os *blogs* do tipo individual/misto, objeto de estudo deste trabalho, são denominados ferramentas pessoais de publicação periódica sobre diversos temas. Outros consideram os *blogs* como diários *online*. Uma pesquisa do *site* Technorati constata que em 2006 foram contabilizados cerca de 27,2 milhões de *blogs*. Na mesma pesquisa consta que 75 mil *blogs* são criados por dia e 50 mil atualizações são feitas diariamente.

Acompanhando a evolução da *Web*, o *blog* também evoluiu e passou de simples diário, de ferramenta pessoal a ferramenta de colaboração *online*, em que usuários trocam informação, disponibilizam, em suas páginas, *links* de outros blogueiros, gerando uma comunidade consistente de produtores de informação, a blogosfera.

Um ou dois *blogs* podem não surtir efeito na web – em meio a tantos portais e *sites* –, mas uma comunidade de *blogs* que sempre fazem referência um ao outro ganham destaque na rede, sobressaindo-se diante dos grandes portais de notícias. Dessa maneira, eles transformam-se em ferramenta social, potencializando a cultura participativa e colaborativa na rede, principalmente através dos comentários. Para Alex Primo, através dos *blogs*, pequenas redes de amigos ou de grupos interessados em nichos específicos podem interagir. Já a interconexão entre esses grupos pode gerar significativos efeitos na rede (2007, p. 03).

O termo *blog* advém da palavra *weblog* (*logging the web*)¹⁰, utilizada pela primeira vez por John Barger, em 1997, referindo-se a *sites* que divulgavam *links* e textos na *Web* (AMARAL; RECUERO; MONTARDO, 2009). Desde a década de noventa, do século passado, até os dias atuais, o *blog* passou por diversas mudanças em suas configurações e aplicativos, tornando-se mais fácil sua manutenção e publicação, ganhando características próprias.

Amaral, Recuero e Montardo (2009) reúnem algumas definições de *blog* a partir da abordagem de alguns pesquisadores. Uns definem *blog* a partir de sua estrutura como espaço de atualização diária com cronologia reversa. Outros o classificam a partir de sua função enquanto meio de comunicação alternativo. A terceira denominação compreende a ferramenta como artefato cultural, sendo “apropriado pelos usuários e constituído através de marcações e motivações” (p. 32). Entende-se, aqui, que o *blog* é constituído por todas as definições acima

¹⁰ *Weblog* é a junção de *web* + *log*, abreviação de *logging the web*, ou seja, ficar *online* na Internet.

elencadas. São aspectos diferentes que não anulam um ao outro, ao contrário, se complementam.

Dentre as diversas classificações para determinar os tipos de *blog*, elaborou-se, aqui, uma categoria a partir das classificações propostas por Raquel Recuero e Suely Barbosa. Barbosa (2003) elenca dois tipos de *blogs* quanto ao número de usuários que gerenciam a ferramenta: individual e coletivo. Recuero (2003), por sua vez, trabalha com o conteúdo do *blog* e, assim, o classificou em cinco modalidades:

Diário – com informações pessoais;

Publicação – sobre eventos e fatos públicos;

Literário – como o nome sugere, dedicado a textos literários e artísticos;

Clipping – com recortes de outras publicações;

Misto – mesclando as categorias acima.

O perfil de *blog* escolhido para esta pesquisa tem características do tipo individual/misto, gerenciado por uma pessoa e abordando diversos temas, pessoais ou não, de acordo com a escolha do blogueiro. Outro item que deve ser destacado é que os *blogs* a serem analisados são páginas independentes, e não estão vinculados a nenhum *site* que possa limitar/policar o discurso ali produzido. A escolha dessa modalidade se dá pelo fato de que em um *blog* com essas características, o autor tem plena liberdade de produção e ele é o fio condutor do que é escrito ali. Isto não quer dizer que outras modalidades de *blogs* deixem de demarcar a territorialidade do sujeito¹¹, mas nesta, por apresentar relação mais pessoal entre a ferramenta e o blogueiro, é provável que os aspectos territorializantes sejam melhor identificados.

O estudo do *blog*, como ferramenta de *territorialização* (conceito a ser trabalhado adiante) no ciberespaço, é oportuno diante das inúmeras pesquisas que vêm sendo feitas sobre o tema. A maioria delas (livros, artigos científicos etc.)¹² enfatiza o caráter descentralizador e desterritorializador, partindo do pressuposto de que toda informação postada na *Web* e o

¹¹ Há, por exemplo, o *blog* coletivo Todo dia um *look* (<http://tododiaumlook.virgula.uol.com.br/>) que é um *blog* de moda (de um ponto de vista bem humorado) escrito por três rapazes do Rio Grande do Sul. Embora a temática seja global, nota-se sempre referências a traços simbólico-culturais que permeiam o território gaúcho, desde piadas sobre o homem gaúcho a eventos do local, e datas comemorativas, como a da Revolução Farroupilha.

¹² Veremos ao longo deste trabalho Giddens, Ortiz, Lévy e Hall defendendo o conceito de desterritorialização em suas áreas específicas de saber. Estes são reproduzidos por estudos mais recentes sobre ciberespaço, como os mencionados na nota de rodapé nº 06 deste capítulo.

próprio sujeito se desprendem do lugar de origem e se tornam universais. Entende-se que este raciocínio comete exagero, já que *blogs* como os de Zema Ribeiro e Luís Cardoso, a serem estudados aqui, apontam para outra direção, ao trazer informações sobre a localidade de origem em seus espaços *online*. Na perspectiva discursiva, o *blog* atua como nova forma de materialização do discurso e o contexto da virtualidade (alcance global, caráter hipertextual) alteram a produção de sentidos do discurso. O texto publicado em um jornal impresso produzirá determinados sentidos, que podem ser diferentes se o mesmo texto for publicado na *web*. Adiante, no capítulo sobre produção de sentidos, esta distinção será melhor explicitada. O que se ressalta aqui é que o meio em que é dito também constitui o discurso e agrega sentido.

Esclarecido o campo em que está localizado o objeto deste estudo e o próprio objeto, é importante agora compreender os principais apontamentos sobre *desterritorialização* e *territorialização*, já que se pretende mostrar que os *blogs* aqui escolhidos são ferramentas que expõem a territorialidade de seus usuários na *Web*.

2.2 Globalização: início da Desterritorialização

A globalização desencadeou-se com a revolução Industrial¹³, ocasionando processos culturais de desencaixe (GIDDENS, 1991) ou desterritorialização (ORTIZ, 1994) ou ainda deslocamento (HALL, 2006). Os três termos referem-se à questão cultural no âmbito global. Tratam do distanciamento no espaço-tempo (GIDDENS, 1991) que afetam as culturas locais em nome de uma cultura mundializada (ORTIZ, 1994), fragmentando as identidades culturais (HALL, 2006). Estes processos originaram a *desterritorialização* e por isso faz-se necessário estudá-los para entender o conceito e aplicabilidade do caráter desterritorializante no ciberespaço.

Giddens é um dos primeiros a discutir o tema e explica que a modernidade é em sua essência globalizante. Ele destaca como principal fator da era moderna o desencaixe das relações sociais, ocasionado pela separação espaço-temporal que ganha reforço com o advento da globalização.

Em suas palavras,

¹³ A revolução industrial demarca os primeiros passos da globalização no mundo moderno. Com ela, a produção de trabalho, antes manufaturado, passa a ser realizado em larga escala, aprimorando o tempo de execução, reconfigurando, assim, o modelo de trabalho e, por consequência, a ordem social, econômica e cultural.

Na era moderna, o nível de distanciamento tempo-espaço é muito maior do que em qualquer período precedente e as relações entre formas sociais e eventos locais e distantes se tornam correspondentemente alongados. A globalização se refere a este processo de alongamento, na medida em que as modalidades de conexão entre diferentes regiões ou contextos sociais se enredaram através da superfície da Terra como um todo (1991, p. 69).

A distância entre tempo e espaço a qual se refere o autor diz respeito à antiga relação que ambos exerciam nas relações sociais e que foi modificada pela velocidade do fluxo de informação que vai de um canto a outro do planeta. Antes, a distância entre os espaços era determinada também pelo tempo, levavam-se horas, semanas ou meses para que um acontecimento na América chegasse aos ouvidos asiáticos, por exemplo. Com a globalização e os meios de comunicação, o fato que acontece de manhã, já é notícia no telejornal de meio-dia. Com a Internet, então, em poucos minutos a notícia já fica disponível para vastíssimo público. O distanciamento entre estes dois fatores acontece quando a noção de um espaço em relação a outro não depende mais do tempo. As relações sociais mediadas por tecnologias suprimem o tempo e são, assim, alongadas por terem a possibilidade de abarcar diversos espaços ao mesmo tempo.

Dessa maneira, Giddens compreende a globalização como a potencialização das relações sociais em nível mundial. Eventos locais agora são moldados a partir de outros, localizados em outra parte do planeta, em uma espécie de encadeamento de vários locais dentro do sistema global. É o que ele chama de “transformação do local”, processo em que fatores de ordem mundial interferem ou refletem de modo a alterar a cotidianidade do local.

A economia capitalista e o sistema estado-nação são dimensões fundantes da globalização, segundo Giddens. Em suma, o capitalismo estimula o crescimento dos estados-nação que com a expansão econômica rompem fronteiras, dando corpo ao sistema global, a exemplo das multinacionais que mesmo sediadas em determinado país, se inserem em outros, fazendo parte do cotidiano destes.

Renato Ortiz (1994) explora o conceito de globalização como fator de onde advém a desterritorialização cultural, afirmando que este processo é “imaneente à modernidade”. Para Ortiz, porém, mundialização e globalização são aspectos distintos. Mundialização e globalização não são sinônimas, são partes que se intercalam, se complementam e estão presentes na modernidade. A primeira refere-se a questões ligadas diretamente à cultura, a alterações nas práticas culturais. A segunda, por sua vez, diz respeito a fatores de ordem econômica e tecnológica. Ao afetar os sistemas econômicos e tecnológicos, a globalização reflete diretamente nas práticas culturais que se mundializam. No quesito tecnologia, que se

vincula ao núcleo central desta pesquisa, percebe-se como a evolução tecnológica permitiu novas formas de interação social e de comunicação, dispensando a copresença e permitindo, assim, que pessoas geograficamente distantes conversem em tempo real a um custo baixo (Internet e seus aplicativos de conversação).

Stuart Hall (2006), por sua vez, em seu estudo sobre as modalidades identitárias do sujeito moderno, aponta a globalização como deslocamento das identidades culturais nacionais no fim do século XX e a denomina por

(...) processos, atuantes numa escala global, que atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo, em realidade e em experiência, mais interconectado (p. 67).

Hall ainda faz referência a vários trechos da obra de Giddens (1991), principalmente a ideia de distanciamento espaço-temporal da qual ele extrai três fatores que considera consequências da globalização sobre as identidades culturais.

As identidades culturais estão se desintegrando, como resultado do crescimento da homogeneização cultural e do “pós-moderno global”; as identidades nacionais e outras identidades “locais” ou particularistas estão sendo reforçadas pela resistência à globalização; as identidades nacionais estão em declínio, mas novas identidades – híbridas – estão tomando seu lugar (Hall, 2002, p. 69).

Nesse ponto, as ideias de Hall cruzam-se com o pensamento de Ortiz no tocante à particularização do local, à valorização deste perante o global, porém tal processo é, na verdade, parte integrante do sistema complexo globalizante e atende à uniformidade final dele, como explica Ortiz ao dizer que cultura mundializada corresponde a uma civilização territorializada que se globalizou (p. 31). O território não deixa de existir, mas é ressignificado dentro do *world-system*.

Outra contribuição para a compreensão do processo de globalização é dada por Néstor Canclini (2007) ao tratar da cultura do consumo. Canclini afirma que a identidade na modernidade está atrelada mais aos bens de consumo impulsionados pela globalização do que aos valores tradicionais locais. Nesse sentido,

A globalização supõe [...] interação funcional de atividades econômicas e culturais dispersas, bens e serviços gerados por um sistema com muitos centros, no qual é mais importante a velocidade com que se percorre o mundo do que as posições geográficas a partir das quais se está agindo (p. 32).

Canclini concorda que haja desterritorialização cultural em função da globalização, mas não vê como homogeneizador o processo de ressignificação cultural, na medida em que o sistema global reforça as diferenças, convertendo-as em desigualdades. Ele apresenta cinco processos socioculturais resultantes do sistema de globalização. O primeiro deles refere-se ao

crescimento de empresas multi ou transnacionais em detrimento das locais, nacionais. A expansão da área urbana é outro fator que desloca o sujeito de seu lar para um ponto distante, ao passo que ele gasta maior parte de seu tempo fora de casa seja trabalhando, estudando ou consumindo. Canclini aponta como terceiro fator a ressignificação do que é “próprio” em meio a uma sociedade que agora consome bens globais que predominam sobre os locais. O “próprio” aqui se refere à origem do produto consumido. O que é próprio do local em uma sociedade globalizada onde um “Ford [americano] é montado na Espanha, com vidros feitos no Canadá?” (p. 31)”.

O quarto aspecto resultante da globalização, segundo Canclini, refere-se à redefinição de identidade e pertencimento. Para ele, o sujeito (cidadão) está cada vez menos ligado a fatores locais, territoriais e muito mais conectado a comunidades “transnacionais ou desterritorializadas de consumidores: os jovens em torno do *rock*, os telespectadores que acompanham os programas da CNN, MTV e outras redes transmitidas via satélite” (p. 40). Por fim, o último fator diz respeito à transformação do conceito de cidadão que passa de um ser ligado ao direito e à opinião pública a um ser preocupado em consumir bens que lhe proporcionem melhor qualidade de vida.

Este autor ainda discute a questão da identidade cultural atualmente, afirmando que a globalização também é marcada pelo processo de transição entre as “identidades modernas” e as “pós-modernas”. Para ele, “as identidades modernas eram territoriais e quase sempre monolinguísticas” (p. 45), já as identidades pós-modernas “são transterritoriais e multilinguísticas” (p. 46).

Nota-se que há divergência em determinar o período em que se vive. Alguns autores acreditam que a sociedade tenha alcançado a pós-modernidade, outros, no entanto, defendem que, desde a industrialização, a sociedade ainda não rompeu relações socioeconômicas que demonstrem o surgimento de uma nova era. Tudo que acontece ainda é desdobramento e evolução da industrialização, sem que isso represente a sua superação. Essa discussão, embora salutar e complexa, não será abordada neste trabalho. Independente de como denominem a contemporaneidade, se moderna ou pós-moderna, o que interessa é analisar a mudança nas relações sociais com a inserção da Internet no cotidiano. Procura-se saber como o sujeito articula a esfera do global (que é representado pela *web*) com o local, assim como interessa entender também como são interpretados os processos de *Desterritorialização* e *Territorialização* no âmbito virtual.

2.3. Desterritorialização: cultura sem território

Como visto, há consenso entre os autores visitados acerca do processo de globalização ser fator determinante do que é chamado de *desterritorialização*. A contemporaneidade é marcada pela mudança nos processos comunicativos, relacionais e identitários. A maioria dos autores que estuda este tema afirma que estamos imersos em uma realidade global, fragmentada, efêmera, cujas relações são mediadas por máquinas e os valores são outros. O sujeito não está mais vinculado à concepção usual de território, de localidade, de identidade nacional. Agora, o que o conecta aos outros são interesses caracterizados como globais, o sujeito agora é “cidadão do mundo” como no entendimento de Ortiz (1994). Dessa perspectiva, surgiu o termo *desterritorialização* para designar o processo de deslocamento territorial do sujeito em meio à globalização, da qual deriva a cibercultura.

Renato Ortiz (1994, p. 7) lança mão da hipótese de que há a emergência de uma sociedade global, diante da existência de processos globalizantes que transcendem grupos, classes sociais e nações. Em seu discurso, voltado ao estabelecimento dos meios de comunicação de massa e das multinacionais, o autor defende o surgimento de uma “cultura mundializada” que se revela no cotidiano da sociedade à medida que o sujeito passa a ter suas decisões determinadas por fatores externos. Por exemplo, o consumo de bens que foram largamente disseminados pela TV. Para ele, “a cultura do consumo (...) se transformou numa das principais instâncias mundiais de definição da legitimidade dos comportamentos e dos valores (p. 10)”.

Ortiz faz uma série de críticas a autores que ainda utilizam os conceitos de ‘indivíduo’, ‘classe’ ou mesmo ‘Estado’ dentro dessa nova ordem social mundializada. Ao trabalhar com o paradigma do *world-system*, ele defende a presença de diferenças culturais dentro do sistema global, mas que têm um papel funcional, contribuindo para a coerência do todo. Ele não descarta a complexidade que é conferida à sociedade global, mas insiste na unidade desse sistema. “Uma cultura mundializada não implica o aniquilamento das outras manifestações culturais, ela coabita e se alimenta delas (p. 27)”.

Ele ainda afirma que a mundialização enquanto processo e totalidade se reveste

De uma dimensão abrangente, englobando outras formas de organização social: comunidades, etnias e nações. A totalidade penetra no seu âmago, redefinindo-as nas suas especificidades. (...). O processo de mundialização é um fenômeno social total que permeia o conjunto das manifestações culturais. Para existir, ele deve se localizar, enraizar-se nas práticas cotidianas do homem, sem o que seria uma expressão abstrata das relações sociais. (1994, p. 30).

As culturas locais, embora ainda consideradas específicas de determinada região, são ressignificadas dentro da esfera global. É o que ele vai chamar de *desterritorialização* ou “territorialidade globalizada”. Por territorialidade, ele deixa claro tratar-se dos valores locais, que reúnem os sujeitos em torno de comunidades, estados e mesmo nações. Na esfera global, no entanto, e com a emergência de uma cultura mundializada, esses valores são remodelados e passam a atender a necessidades globalizantes.

Ortiz usa o exemplo da comida típica para ilustrar seu raciocínio. A existência de um restaurante chinês na França, por exemplo, demarca justamente essa mundialização cultural que aproxima as culinárias, antes longínquas. A culinária chinesa é deslocada de seu território, mas sem perder sua “nacionalidade”, porque se faz necessário manter a ideia de localidade dentro do sistema global, como parte que integra esse sistema, mesmo que o produto não esteja mais na China nem seja produzido exatamente do mesmo modo como em seu país de origem. “No mundo funcional da modernidade-mundo, os alimentos perdem a fixidez dos territórios e dos costumes. Eles se adequam às circunstâncias que os envolvem.” (1994, p. 87).

Uma das principais características da modernidade apontadas por Giddens (1991) é a ruptura que há no espaço-tempo das relações que o autor chama de desencaixe dos sistemas sociais, pois o deslocamento dessas relações de seus contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço (p. 29). Ao se desprenderem de seus locais, as relações são reorganizadas em uma esfera global, adquirindo, assim, nova significação. Para o autor, o local se desarticula em meio à globalização, hibridizando-se com outros locais e dessa mistura ganha novo sentido dentro da esfera mundial.

Em condições de modernidade, o lugar se torna cada vez mais fantasmagórico: isto é, os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles. O que estrutura o local não é simplesmente o que está presente na cena; a forma visível do local oculta relações distanciadas que determinam sua natureza (GIDDENS, 1991, p. 27).

O deslocamento do qual fala Hall (2006) não é visto por ele de maneira negativa. Hall explica que a globalização não aniquila ou substitui o local, ela “explora a diferenciação local”. O local, no entanto, não deve mais ser entendido na concepção tradicional de espaço demarcado geograficamente com identidades enraizadas. Neste novo contexto, o local se aproxima do global, agindo dentro dele, onde surgem “novas identificações globais e novas identificações locais”.

Inserimos nesta discussão, também, as coordenadas de Boaventura Santos (1999) para quem, mesmo em um cenário globalizado, onde as relações sociais pareçam desterritorializadas por ultrapassarem as fronteiras geográficas, há, na verdade, uma potencialização do simbólico-cultural local a partir do seu deslocamento territorial. É o que ele chama de desabrochar de novas identidades regionais e locais alicerçadas numa revalorização do direito às raízes (p.22). Boaventura fala de situações em que o indivíduo ou grupo de indivíduos sai de seu território e vai viver em outro com uma cultura distinta da sua. A potencialização da localidade se dá tanto por parte do sujeito deslocado quanto dos nativos do “novo local”. O sujeito utiliza mecanismos de afirmação e pertencimento que o identifiquem em um território novo.

Pierre Lévy quando escreveu *O que é virtual*, em 1996, afirmava que a virtualização não dizia respeito só à informação e à comunicação, mas também às pessoas, aos corpos, atingindo a “modalidade de estar junto, a constituição do ‘nós’ (p. 02)”. O objetivo do autor é mostrar que o processo de virtualização não tem relação com ilusão ou imaginário, é um processo de transformação do outro num ser outro (p. 02). Ele critica correntes que “demonizam” a virtualização e não opõe o conceito de virtual ao de real. Para ele, virtualidade é oposto de atualidade e assim explica:

O virtual tende a atualizar-se, sem ter passado, no entanto, à concretização efetiva ou formal. A árvore está virtualmente presente na semente. Em termos rigorosamente filosóficos, o virtual não se opõe ao real, mas ao atual: virtualidade e atualidade são apenas duas maneiras de ser diferentes (p.04)

Nesse sentido, o virtual está na ordem do que acontece só que não de forma real. Ele usa o exemplo de uma empresa que deixa de ser real e se torna virtual. O trabalho antes desempenhado com os funcionários reunidos em um prédio, agora é feito via Internet, por exemplo, a organização do trabalho não se “desrealiza”, no entanto, não é mais feita dentro da estrutura do real, a empresa não tem mais uma localidade onde os funcionários se reúnem. Agora eles se comunicam e executam suas funções virtualmente. É uma empresa real que existe em uma plataforma virtual.

A partir desse exemplo, Lévy, então, explica que o virtual, embora não se oponha ao real, não está presente, em relação a uma localidade e em relação ao tempo também. Desse modo, o virtual desterritorializa a informação, as pessoas e a coletividade. Ele afirma que apesar de cada pessoa estar localizada em determinado espaço, a interação que acontece entre elas, por meio da *web*, não pertence a lugar algum, logo o lugar onde estão localizados os

sujeitos que interagem não influencia na interação, por isso ele os considera desterritorializados quando interagem com outros em plataformas virtuais.

Para Lévy,

Quando uma pessoa, uma coletividade, um ato, uma informação se virtualizam, eles se tornam “não-presentes”, se desterritorializam. Uma espécie de desengate os separa do espaço físico ou geográfico ordinários e da temporalidade do relógio e do calendário (p.09).

O autor esclarece que a virtualização não elimina a relação espaço-tempo, ela cria novos espaços-tempos que o autor considera mutantes. Ele compara a evolução dos meios de comunicação à evolução dos transportes, pontuando que com a criação de transportes mais velozes, a distância entre os lugares foi redimensionada, modificando o espaço. O virtual também, do mesmo modo, redimensiona o espaço, ao reconfigurar o processo de interação entre pessoas localizadas em diferentes cidades.

No real, as relações sociais são visivelmente definidas por estarem localizadas em espaços que as legitimam. No virtual, conceitos se misturam como público e privado, subjetivo e objetivo. Voltando ao exemplo da empresa virtual, o funcionário tem a concepção de espaço público (empresa) e privado (residência) imbricada, confusa, onde é difícil estabelecer um ponto em que um se encerre e o outro comece.

O virtual, no entanto, ressalta o autor, não foi inaugurado com a emergência da informática ou da Internet. Lévy explica que o processo de criação de linguagem, códigos, meios de transporte, meios de comunicação já acenava para o caráter virtual do sujeito e da informação, no sentido de metamorfosear as relações sociais, tornando-as independentes de espaços atuais. A cada avanço tecnológico, a sociedade virtualizou a atualidade, diminuindo o tempo e o espaço de atividades de locomoção e comunicação. Com o ciberespaço este processo foi potencializado.

O autor acredita que o corpo também se virtualiza e quando o faz, se reinventa, torna-se um corpo híbrido, coletivo, mundializado pelas redes digitais ao se desfazer do local e se inserir em um espaço sem fronteiras, tornando-se desterritorializado. O que Lévy afirma é que quando virtualizado, o corpo real cria um corpo virtual, que é diferente do primeiro por não estar “preso” a um local específico, mas a experiência do corpo virtual causa efeitos no corpo real, o atualiza. Outra razão que justifica a ausência do território é que

No ciberespaço, em troca, cada um é um emissor e receptor potencialmente em um espaço qualitativamente diferenciado, não fixo, disposto pelos participantes, explorável. Aqui, não é principalmente por seu nome, sua posição geográfica ou

social que as pessoas se encontram, mas segundo centros de interesses, numa paisagem comum do sentido ou do saber (pág. 113).

Para o autor, o que motiva os sujeitos a “entrarem” na esfera virtual são interesses de ordem subjetiva e eles não se relacionam mais por afinidades ligadas a questões territoriais/locais. As relações são pautadas por assuntos globais ditados pela própria esfera do virtual/global. Embora com uma abordagem filosófica, a concepção de Lévy é semelhante à de Giddens e Hall, por exemplo. Para ele, a evolução da Internet (produto da globalização) recria as relações sociais, no âmbito da virtualidade, elas não acontecem como na esfera real, pois na Internet são outros corpos que interagem e estes corpos não pertencem a lugar algum, por isso, são desterritorializados. Desterritorialização, para Lévy, se dá nesse contexto em que o corpo e a informação não são reproduções da realidade, são criados no ciberespaço, um não-espaço. Este posicionamento levanta algumas questões: como o sujeito é capaz de criar outro corpo de si sem ter ligações com o espaço real onde habita? Como esse outro corpo é constituído? Quais são as referências que este outro corpo utiliza para se estruturar virtualmente? Afirmar que o virtual não acontece, no sentido palpável, é reduzir a problemática apenas a questão material, física. O trabalho da empresa *online* trará resultados reais à vida de seus funcionários e o processo de produção continua sendo pautado em sistemas empresariais reais. O que parece é que Lévy maximiza o aspecto tecnológico diante das relações sociais, descrevendo uma situação típica da que é vivida em Matrix¹⁴, onde o sujeito real está adormecido e não tem controle sobre as ações da sua versão virtual.

2.4. Territorialização: negociações entre global e o local

No período pré-moderno, o sujeito precisava estar atrelado a uma comunidade por questões de convivência e de sobrevivência. A vida em grupo facilitava a resolução de questões referentes ao trabalho, à perpetuação de uma tradição e a proteção dos indivíduos daquele grupo. Se a história da humanidade fosse aqui resgatada, seriam elencadas diversas etapas de evolução da sociedade em que a necessidade de ordenamento social criou comunidades que eram demarcadas não apenas pelo limite geográfico, mas também pelas tradições históricas, valores e linguagem em comum.

¹⁴ O filme Matrix é um longa-metragem americano, lançado em 1999, em que um jovem descobre que o mundo onde vive não é real e sim programado e controlado por máquinas inteligentes, chamado Matrix. No verdadeiro mundo, os humanos são mantidos inconscientes, onde estão conectados a seus corpos presentes na Matrix, mas não têm controle sobre eles.

À medida que novos modelos de relações sociais foram se estabelecendo, influenciados pela evolução e expansão tecnológica, mecanismos foram criados – a exemplo da moeda nacional – para dirimir as diferenças entre as comunidades, que assim foram se tornando estados e depois nações. Até aqui a concepção de territorialidade se desenha como o pertencimento a um espaço geográfico com referenciais simbólicos específicos que são comuns aos habitantes daquele espaço.

Com o aparecimento da globalização esses referenciais simbólicos específicos de determinado local passaram a ser disseminados em outros espaços, promovendo uma troca simbólica entre diferentes comunidades ou territórios. Essa troca era subsidiada pelo processo globalizante que supostamente passa a ressignificar o conceito de cultura local e a justificativa para essa ação seria a de que agora a cultura local não é mais localizada e atende a um ordenamento global.

Dito isso, pergunta-se: como um traço cultural local deixa de pertencer ao seu espaço de origem só por estar em contato com outros espaços culturais ou por ser praticado em outros locais? O cacuriá, manifestação popular oriunda do Estado do Maranhão, não deixará de pertencer ao estado ou fazer referência a ele por ser praticado em Brasília¹⁵, por exemplo. De fato, é outro estado com outras manifestações populares, com outras tradições, mas eles optaram por reproduzir a manifestação do cacuriá com toda a simbologia das vestimentas e dos rituais que permeiam a brincadeira genuinamente maranhense.

Nota-se, no entanto, que a maioria dos estudos que se debruçam sobre a relação da cultura local com a globalização, afirma incisivamente que o local se dilui frente ao global – como visto no tópico anterior –, ganhando novo significado que só faz sentido dentro da estrutura globalizante. Outros estudos, porém, mesmo admitindo a desterritorialização ou deslocamento, acreditam que há uma revalorização do local, que pode até atender a outros interesses, mas não elimina o local dentro da esfera global, ele é, na verdade, potencializado. Essa potencialização se dá pelo próprio sujeito que, a exemplo do grupo de cacuriá brasiliense, reproduz simbolicamente sua cultura local e territorialidade nos diversos espaços que habita a partir do discurso.

¹⁵ Existe um grupo de cacuriá tradicional em Brasília chamado “Cacuriá Filha Herdeira”. Como o nome sugere, a criadora do grupo é filha de maranhenses que aqui praticavam a brincadeira e a reproduz à risca tal como é feita no Maranhão. O Cacuriá Filha Herdeira é sediado em Brasília, é composto por brasilienses, é assistido por brasilienses, mas continua sendo uma manifestação da cultura popular maranhense. É um exemplo de territorialidade simbólica demarcada pela tradição e memória.

A relevância de trazer para esta discussão um esclarecimento sobre globalização serviu não só para entender o contexto do qual surge o movimento de desterritorialização, mas também para entender como os autores concebem território. Percebe-se que os defensores da desterritorialização levantam o conceito de território que parece ser meramente físico e, por isso, quando analisam o ciberespaço, o consideram desterritorializante pelo fato – não exclusivamente – de ele não ser um espaço geográfico, considerando-o, assim, um não-lugar¹⁶. No entanto, considerar, de antemão, o ciberespaço como um não-lugar é ignorar as relações sociais vividas ali e as trocas simbólicas que são realizadas. Ainda que mediadas pela tecnologia (o computador e a Internet), essas trocas existem, e são a força motriz da dinâmica no ciberespaço, assim como são para a dinâmica de qualquer esfera social no ambiente real, por assim dizer.

Na contramão dos estudos que defendem um processo de desterritorialização cultural na contemporaneidade, o geógrafo Rogério Haesbaert (2007) considera que a desterritorialização é um mito, apresentando a “multiterritorialidade” como fator decorrente da globalização. Em seu vasto trabalho sobre Territorialidade, ele põe em cheque os estudos sobre *desterritorialização*, apontando como principal causa a “confusão conceitual” que se faz entre espaço e território. Desse modo, para mostrar que se trata de um equívoco por parte dos cientistas sociais que consideram que o mundo deixa de ser territorial para ser reticular ou das redes, ele parte da análise sobre o que é território para, então, refletir acerca da “suposta” *desterritorialização*.

Em sua pesquisa, Haesbaert elenca os principais conceitos utilizados nas Ciências Sociais para território e os divide em dois grupos que desenham a linha teórica por traz daquelas concepções. O primeiro grupo consiste

No binômio materialismo e idealismo, desdobrado depois em duas outras perspectivas, a visão mais totalizante e a visão mais parcial de território em relação a: i) o vínculo sociedade-natureza; ii) as dimensões sociais privilegiadas (econômica, política e/ou cultural) (2007, p. 45).

¹⁶ Não-lugar é uma expressão postulada pelo francês Marc Augé (1994) para denominar espaços criados pelo que ele chama de ‘supermodernidade’ e que pela velocidade e dinamismo da vida contemporânea não permite a criação de laços e memória como na concepção de lugar antropológico, onde o sujeito vivencia experiências, estabelecendo uma relação de pertencimento e memória afetiva. Esse lugar é reconhecido por aspectos identitários, relacionais e históricos. O não-lugar, segundo Augé, não apresenta essas características. É um lugar de trânsito apenas. Dentro do que o autor considera como não-lugar estão “as vias aéreas, ferroviárias, rodoviárias e os domicílios móveis considerados ‘meios de transporte (aviões, trens, ônibus), os aeroportos, as estações e as estações aeroespaciais, as grandes cadeias de hotéis, os parques de lazer, e as grandes superfícies da distribuição, a meada complexa, enfim, redes a cabo ou sem fio, que mobilizam o espaço terrestre para uma comunicação estranha que muitas vezes só põe o indivíduo em contato com uma outra imagem de si mesmo (p.74)”.

Já o segundo grupo teórico consiste na

Historicidade do conceito, em dois sentidos: i) sua abrangência histórica – se é um componente ou condição geral de qualquer sociedade ou se está historicamente circunscrito a determinado(s) período(s) ou grupo(s) sociais; ii) seu caráter mais absoluto ou relacional: físico-concreto (como “coisa”, objeto), a *priori* (no sentido de espaço kantiano) ou social-histórico (como relação) (2007, p. 45).

Cada teórico conceberá território a partir de seu posicionamento filosófico, mas Haesbaert alerta para o fato de que hoje vivenciamos um “entrecruzamento de proposições conceituais”, caráter contemporâneo, considerando arriscado tomar partido de uma posição simplista sem considerar o todo complexo que envolve a concepção de território. O autor ainda faz um mapeamento das frentes conceituais que definiram o território a partir dos grandes grupos acima elencados.

Da vertente que toma o território numa posição materialista, ele destaca o estudo de Maurice Godelier (1984) que concebe território como “um espaço sobre o qual uma determinada sociedade reivindica e garante a todos ou parte de seus membros direitos estáveis de acesso” (2007, p. 47). Da vertente histórica, território é visto a partir das relações sociais ou culturais no qual está imerso. Na terceira vertente que considera território de um ponto de vista absoluto e relacional, ele destaca a pesquisa de Souza (1995) que trabalha território em uma perspectiva que entrecruza o materialismo e as relações sociais, tomando o primeiro como mediador do segundo.

A última vertente a ser vista é a perspectiva cultural de território. Aqui, ele apresenta o conceito de Bonnemaïson e Cambrézy (1996) para quem a concepção cartesiana baseada no esquema estado-nação foi superada por

Uma lógica culturalista ou, se preferirmos, pós-moderna, que a geometria não permite medir e a cartografia, menos ainda, representar. Nesta perspectiva, o pertencimento ao território implica a representação da identidade cultural e não mais a posição num polígono. Ela supõe redes múltiplas, refere-se a geossímbolos mais que a fronteiras, inscreve-se nos lugares e caminhos que ultrapassam os blocos de espaço homogêneo e contínuo da ideologia geográfica (*apud HAESBAERT, ibidem*, p. 50)

O território integra-se a identidade cultural, inscrevendo-se dessa forma, no sujeito e, por consequência, nos lugares onde este passa. Esta é a concepção adotada neste estudo para trabalhar a hipótese proposta. Se o território, enquanto conjunto de valores simbólico-culturais é agregado ao sujeito, ele é representado em qualquer espaço onde o sujeito se apresente. Ele integra o discurso de representação que o sujeito faz de si. No caso desta pesquisa, como já foi dito, entende-se o ciberespaço como uma esfera social complexa e híbrida na qual o sujeito interage com outros, evidenciando aspectos simbólico-territoriais que lhe são inerentes. Pode-

se dizer, portanto, que o ciberespaço é um emaranhado de territórios que se entrecruzam à medida que seus usuários entram em contato uns com os outros.

O próprio Haesbaert (2007) observa que o sentido contemporâneo de território é cruzado com a concepção de rede, largamente difundida com o advento da Internet e também é alvo de alguns equívocos. Há aqueles que consideram rede e território totalmente divergentes e outros que subordinam a rede ao território.

Castells, por exemplo, diz Haesbaert, “propõe a existência de uma sociedade em rede em detrimento de uma sociedade territorial” (*apud ibid 2007*, p. 57). A rede substitui o território. Lévy (1993) já considera rede e território como instâncias diferentes que coexistem. Enquanto o território refere-se ao geográfico, material, a rede refere-se ao descontínuo, não-material. Outra perspectiva é a de que a rede pode tanto complementar o território, como ser exterior a ele, “promovendo a sua desestruturação, ou seja, um processo de desterritorialização” (p. 58).

Para Haesbaert, no entanto, no contexto atual da sociedade da informação, a rede é o principal elemento na configuração da territorialidade contemporânea. Neste ponto, Haesbaert se insere na discussão sobre desterritorialização e territorialização no campo do ciberespaço. Ele toma como foco Pierre Lévy (1999) para quem o ciberespaço é desterritorializante, tendo em vista que se trata de um espaço virtual. Lévy, por sinal, associa virtualidade à desterritorialidade, afirmando que “toda entidade desterritorializada é capaz de gerar diversas manifestações concretas em diferentes momentos e locais determinados sem, contudo, estar ela mesma presa a um lugar ou tempo em particular” (*apud HAESBAERT, 2007*, p. 64).

Pierre Lévy é, de fato, como visto, um dos principais expoentes nos estudos sobre ciberespaço e cibercultura, mas sua concepção “entusiasmada” tem sido combatida por alguns autores, a exemplo de Haesbaert. Para Lévy, a cibercultura propaga a copresença e esta não é vista como dois sujeitos face-a-face. Ele compreende a copresença como a interação em tempo real, independente do espaço físico no qual se esteja. O virtual “é uma dimensão muito mais importante da realidade”, e, de modo algum, o virtual pode ser considerado sinônimo de irrealidade ou de simulação. Desse pensamento, concorda-se com a concepção de que o virtual é uma dimensão da realidade. No atual contexto, o virtual passa a integrar a memória afetiva do sujeito, tendo seu valor diante das novas formas de interação e práticas sociais, instituídas pela inserção da Internet na cotidianidade.

Nesta pesquisa, busca-se perceber a vivência no virtual como um reflexo do real, salvo, claro, algumas especificidades¹⁷. Pois se o território é considerado um espaço simbólico-cultural que está, por assim dizer, registrado no sujeito, este o representará, involuntariamente, no ambiente que estiver, seja real ou virtual. O homem é um ser social e, enquanto tal, é um ser cultural, imerso em costumes e práticas sociais desde o nascer. Práticas, estas, que o integram, compõem sua personalidade, suas identidades. Considerá-lo desmaterializado ou desterritorializado ao “adentrar” no ciberespaço é ignorar a própria identidade cultural (adquirida no espaço real) que constitui o sujeito. A identidade do sujeito torna-se, portanto, fator importante dentro da pesquisa, pois é através dos mecanismos de identidade, exteriorizados pelo discurso, que o sujeito se representa e representa sua cultura local.

¹⁷ Não estão incluídos em nosso campo de análise os sujeitos que criam perfis falsos na Internet, mas não descartamos a existência deles.

3. IDENTIDADE E CULTURA LOCAL

Como foi visto, o homem é exposto a um cabedal de valores e práticas socioculturais a partir do seu nascimento. Estas práticas são alteradas e substituídas por outras à medida que ele é inserido em novas esferas sociais. O sujeito vivencia diversos contextos culturais, tornando-se um ser mais complexo, diversificando, conseqüentemente, seus referenciais simbólicos. Diante das múltiplas identidades e identificações que o sujeito moderno adquire nas diferentes esferas das quais participa, este capítulo dedicará sua atenção àquela que está relacionada com a cultura local e o território.

Desse modo, serão visitados os principais estudos sobre identidade no contexto atual, articulando-os com as referências simbólico-culturais locais. Alguns conceitos de cultura local e como esta se manifesta no atual cenário globalizado serão importantes para o debate sobre construção da identidade. Espera-se, assim, compreender de que forma o sujeito representa sua realidade local nos *blogs* escolhidos para esta análise, para também refletir sobre o que os levam a representar de determinada maneira o *locus* onde vivem, optando por aspectos específicos em detrimento de outros.

3.1. A construção da Identidade na contemporaneidade

Entre os autores visitados, vimos que a questão da identidade é preocupação específica da contemporaneidade. A identidade enquanto objeto de estudo tornou-se alvo de pesquisas quando passou a ser fortemente influenciada pela globalização.

Stuart Hall (2006) busca com seu trabalho estudar a crise da identidade a fim de constatar a existência dela, compreendendo suas nuances e a direção que está tomando. O autor faz uma classificação do sujeito quanto à construção de identidade a partir do período da modernidade. Assim, ele apresenta tipos de “sujeito moderno” que foram moldados por mudanças específicas no contexto sócio-histórico.

Hall procura entender o nascimento e a morte do “sujeito moderno”, percorrendo seu trajeto e pontuando três fases significativas na história. Para ele, a modernidade¹⁸ assinala o

¹⁸ Mais uma vez, ressalta-se que não é de interesse deste trabalho esmiuçar o conceito de modernidade, confrontando com a pós-modernidade. Os períodos históricos serão apresentados tais quais os autores os concebem, moderno ou pós-moderno. Isto não implica dizer que se concorde aqui com a nomeação dada ao contexto analisado. Para tanto, a expressão “contemporaneidade” sanará a necessidade de nomear o tempo

individualismo do homem, a autonomia do pensar e do ser, libertando-se de estruturas tradicionais, “divinamente estabelecidas”, pré-determinadas e imutáveis. O autor, então, relaciona as três concepções de identidade associadas a três tipos de sujeito: o sujeito do Iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno.

O sujeito do Iluminismo consiste no indivíduo centrado, portador de um núcleo unitário, imune a qualquer influência externa que se apresenta como “comando central” e o acompanha em sua vida social. Aqui, a identidade do sujeito nasce com ele e permanece imutável, não sofrendo alterações advindas do convívio social. O contexto específico de surgimento deste perfil consiste no período da Reforma e do Protestantismo que, segundo Hall, “libertaram a consciência individual”. O Humanismo Renascentista eleva o homem ao status de centro do universo. A ciência, por sua vez, confere ao homem o poder da investigação e do questionamento e, por fim, o Iluminismo “centra-se na imagem do Homem racional, científico, libertado do dogma e da intolerância, e diante do qual se estendia a totalidade da história humana, para ser compreendida e dominada” (p. 26). Este mesmo sujeito foi chamado por Descartes de “sujeito cartesiano” por ser racional, pensante e consciente, localizado no centro do conhecimento.

Em razão do crescimento e complexidade das sociedades modernas, elas se tornavam mais sociais e coletivas, abandonando o conceito individualista de sujeito. Assim, surge o segundo perfil, o sujeito sociológico que constrói sua identidade a partir de referências externas em confronto com a individualidade. Aqui ainda admite-se a existência de uma essência interior que determinava a personalidade do sujeito, mas tal essência sofria influência das referências exteriores a ele.

Dois eventos marcam o surgimento deste novo sujeito: a Biologia de Darwin e o nascimento das Ciências Sociais, determinando a formação de um sujeito que mantinha ainda o individualismo soberano, mas com algumas alterações advindas do convívio social, das práticas instituídas, das regras e leis de comportamento. O sujeito sociológico partia de uma negociação entre fatores internos e externos.

Paralelo a essa ideia, já havia também uma corrente que defendia uma desagregação do sujeito moderno, um deslocamento ou mesmo, como prefere Hall, descentramento. Este descentramento, o autor sustenta a partir de cinco pontos – a teoria marxista, a descoberta do

presente sem “tomar partido” na discussão que é por si só bastante complexa. O que interessa extrair dos teóricos elencados é a noção de identidade e a articulação dela com a territorialidade no contexto atual de globalização.

inconsciente por Freud, a linguística estrutural de Saussure, a teoria genealógica de Foucault e o movimento feminista – que ele considera cruciais na identificação e caracterização do sujeito pós-moderno. Tais pontos sinalizam para um sujeito com “identidades abertas, contraditórias, inacabadas, fragmentadas (...)”. (2006, p. 46).

O primeiro fator de descentramento da identidade do sujeito vem da teoria marxista do século XIX. A teoria de Marx inspira os estudiosos do século XX ao afirmar que o homem faz a história sob condições que lhes foram deixadas por gerações anteriores. Ele não é autor de sua cultura, apenas vivencia suas experiências culturais a partir do que já foi estabelecido. Essa assertiva separa o homem da concepção de singularidade e individualidade.

O segundo fator está relacionado à descoberta do inconsciente por Freud. Ao revelar a existência de uma parte da mente sobre a qual o sujeito não tem controle, Freud desestrutura a máxima de que o homem é um sujeito centrado, fixo e racional. Nessa concepção, a identidade do sujeito seria formada por informações que se adquire consciente e inconscientemente ao longo da existência e das vivências, opondo-se a vertente iluminista que trata a identidade como algo imutável, central, existente na consciência desde o nascimento.

Ferdinand de Saussure, segundo Hall, lança a terceira corrente que contribui para o esfacelamento do conceito de identidade fixa e individual ao postular que a língua é um instrumento social. Dessa forma, o homem não é autor do que diz, ele reproduz as regras linguísticas já estabelecidas culturalmente para se fazer entender e se comunicar com os demais. Os significados da língua foram elaborados coletivamente, o que se diz só faz sentido na recepção e compreensão do outro. Por isso, a língua é uma prática que não diz respeito à individualidade do sujeito e sim à coletividade, à comunidade.

Michel Foucault e sua “genealogia do sujeito moderno” sustenta o quarto ponto de descentramento apresentado por Hall. Para ele, a contribuição de Foucault reside no poder disciplinar. Esse poder regularia as ações da humanidade, policiando e vigiando a sociedade moderna através de instituições oficiais como quartéis, escolas, hospitais. Esse caráter destituiu o sujeito do papel de regente de sua vida e de suas ações culturais, já que, na concepção de Foucault, tudo é controlado e cerceado pelo Estado.

O último descentramento ao qual Hall se refere diz respeito a um movimento social, o feminismo, que age não só como movimento, mas como crítica à concepção social de identidade. Em meio a uma série de movimentos sociais que surgiram na década de sessenta, o feminismo se destacou por discutir algo além da “guerra de sexos”, levando à discussão

pública a própria formação identitária do sujeito no que diz respeito à sexualidade e ao gênero. Isso desestruturou a concepção de sujeito iluminista por questionar a noção de que homem e mulher são compostos de identidade semelhante.

Para Stuart Hall, esses cinco pontos, esmiuçados brevemente, contribuíram para o estabelecimento do sujeito pós-moderno e descentrado. Sujeito este que não possui uma identidade fixa, essencial e permanente, nem mesmo possui única identidade. São identidades que se formam e se transformam ao passo que o sujeito é inserido em novos sistemas culturais.

O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (HALL, 2006, p.13)

O autor argumenta que esse caráter descentrado, que gerou o sujeito pós-moderno, é específico da modernidade, fundamentando-se em diversos autores que mesmo com expressões diferentes (descentramento, deslocamento, descontinuidade, fragmentação) defendem a mesma ideia, acreditando na mudança sociocultural ocasionada pela globalização.

É evidente a mudança que a globalização causou não só nos processos econômicos como também, e principalmente, nos processos sociais. A criação de meios de comunicação que anulam a distância geográfica foi uma revolução no campo da informação. O sujeito tem a seu dispor diversas possibilidades de adquirir informação e se comunicar com o outro em tempo real. A globalização aproxima culturas, amplia o leque de opções identitárias disponível para o sujeito aderir, mas acredita-se que tais opções giram em torno do sujeito que por si só apresenta-se como a unidade que reúne essas identidades. Dizer que o sujeito é um “eu incoerente” com identidades contraditórias não nos parece uma afirmação plausível, pois afirmar isso é anular a individualidade ou subjetividade, e mais: dizer que o sujeito não tem poder de escolha.

Manuel Castells (1999a), por sua vez, acredita que a identidade se dá de modo interno e individual, embora seja uma informação externa ao sujeito, adquirida de outros. O autor defende a existência de uma “identidade primária (uma identidade que estrutura as demais) autossustentável ao longo do tempo e do espaço” (p. 23). Esta identidade daria ao sujeito a unicidade em relação ao coletivo. Há uma significação coletiva que é incorporada e torna-se particular para cada sujeito de acordo com essa identidade “matriz”.

Castells concentra seu estudo sobre identidade também no período da globalização, procurando perceber como se dá a interação entre globalização (principalmente no quesito tecnológico), identidades e Estado.

Para ele, identidade consiste em um

Processo de construção de significado com base em atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras formas de significado. Para determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas (*ibidem*, p.22).

Assim, a identidade do sujeito está intrinsecamente relacionada à cultura. Ele constrói seu leque de significados baseado na cultura transmitida pelos campos sociais aos quais o homem pertence, tais como família, comunidade, escola, igreja. Tais significados vão além de valores, costumes e mesmo dos papéis sociais que são desempenhados ao longo da vida.

Castells, nesse quesito, se distancia do postulado de Hall que trabalha com a denominação de papéis sociais sendo sinônimo de identidade. Ao contrário, ele alerta para a necessidade de saber diferenciar os papéis sociais do conceito de identidade. Os papéis fazem parte da construção da identidade, mas não a representam por si só.

Castells elabora a distinção entre papéis sociais e identidade do seguinte modo:

Papéis (por exemplo, ser trabalhador, mãe, vizinho, militante socialista, sindicalista, jogador de basquete, frequentador de uma determinada igreja e fumante, ao mesmo tempo) são definidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade. [...]. Identidades, por sua vez, constituem fontes de significado para nossos próprios atores, por eles originadas, e construídas por meio de individuação (1999, p.23)

A construção da identidade, então, ocorre quando o sujeito internaliza o significado de uma ação social por meio de um processo de assimilação individual. Ele absorve a informação ofertada e a internaliza, tornando-a parte de sua identidade. Os papéis atuam como funções e são temporários, em alguns casos. São executados por uma questão de ordenamento social. Alguns podem ser internalizados e, mais tarde, tornarem-se identidades.

Identidade, nesse sentido, refere-se à compreensão e aceitação simbólica de determinado ato. Ao internalizar valores religiosos, por exemplo, o sujeito desempenha seus papéis, em diferentes esferas sociais, refletindo tais valores. A internalização do arsenal simbólico religioso, neste caso, não diz respeito apenas à execução de um papel social, é também um estilo de vida¹⁹, por assim dizer, que o sujeito escolheu para si entre diversas opções que lhe foram ofertadas.

¹⁹ Mais a frente, veremos o conceito de estilo de vida postulado por Anthony Giddens.

Pode-se inferir, a partir do pensamento de Castells, que ainda há certa centralidade no sujeito, posto que o processo de construção de identidade seja determinado pelas ponderações que o sujeito realiza internamente, equilibrando o global e o local para compor sua identidade sociocultural.

Ainda na esteira do pensamento de Castells, podemos pensar na identificação territorial que se revela nas referências aos costumes locais, em expressões específicas do lugar, personalidades locais e mitos propagados²⁰, como aspectos internalizados de uma cultura, indicando a assimilação desse arsenal simbólico, compreendendo aquele local como parte da história e da memória do próprio sujeito que ali habita. A questão não é nacionalismo/patriotismo ou impregnar o discurso com referências locais propositadamente para reafirmar-se diante do outro. São ações naturais do cotidiano, partindo do convívio com outros que derivam tais expressões, gestos e costumes. O homem é naturalmente um ser de representações sociais. Para cada instância do cotidiano, ele se posiciona de maneira diferente, adaptando-se à situação, ao local, às pessoas, mas como Castells diz há uma “identidade primária” que sobrevive ao longo do tempo e nos espaços. Esta identidade contribui para a seleção de outras.

Castells ainda aborda a construção da identidade coletiva e considera que tal construção é demarcada por relações de poder, onde há uma parte dominante que determina tanto o valor simbólico de tal identidade como o significado que ela terá para quem internalizá-la ou excluí-la, distinguindo três tipos de construção de identidade, relacionando com camadas específicas da sociedade.

Identidade legitimadora: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais[...].

Identidade de resistência: criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos[...]

Identidade de projeto: quanto os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social. Esse é o caso, por exemplo, do feminismo de trincheiras de resistência da identidade e dos direitos da mulher para fazer frente ao patriarcalismo, à família patriarcal e, assim, a toda a estrutura de produção, reprodução, sexualidade e personalidade sobre a qual as sociedades historicamente se estabeleceram. (CASTELLS, 1999, p. 24)

²⁰ No caso de São Luís do Maranhão temos a lenda da serpente que está adormecida na parte subterrânea da cidade. Lenda esta que compõe o imaginário da população local.

Configura-se, assim, um tipo de dialética entre dominante (identidade legitimadora) e dominado (identidade de resistência e de projeto) que em relação à identidade cultural não se estabelecem como posicionamentos fixos. Explica-se: de acordo com a evolução cultural, a mudança no ordenamento social, os que antes eram dominados podem tornar-se dominantes. O autor pontua que esses tipos de identidades sociais estão interligadas já que um tipo pode evoluir para outro: a identidade de resistência pode transformar-se em projeto e de projeto tornar-se legitimadora.

As identidades acima elencadas produzem, cada uma, elementos distintos que compõem o corpo da sociedade. A legitimadora gera a sociedade civil²¹ com suas organizações, instituições que impõem regras de conduta, valores que tendem a uma padronização cultural em detrimento da diferenciação local. A identidade de resistência origina comunidades formadas pelos excluídos socialmente que reivindicam reconhecimento e valorização daquilo que são. Por fim, a identidade de projeto forma sujeitos, enquanto atores sociais, oriundos de uma identidade oprimida, mas que buscam além da simples resistência, uma mudança no ordenamento social.

É importante perceber que no jogo das identidades, segundo Castells, há dois pontos determinantes em questão: a subjetividade e as regras socioculturais determinadas coletivamente que se assemelha a proposição de sujeito sociológico descrita por Hall. O sujeito imerso em uma comunidade recebe o arsenal simbólico-cultural daquele meio reproduzido coletivamente por sua família, vizinhos, etc. Essa construção coletiva da identidade se faz necessária para que o homem possa se comunicar, possa viver em sociedade. A sociedade estabelece códigos de conduta e de linguagem para que haja ordem e interação. À medida que o sujeito se desenvolve, a própria evolução da sua capacidade intelectual o faz escolher diretrizes na vida que podem ser contrárias àquela que lhe foi imposta desde o nascer, mas qualquer direcionamento que ele tome, por mais subjetivo que seja, o levará para uma esfera, grupo ou contexto cultural que o obrigará a absorver outros códigos culturais para que ele se integre àquele novo grupo.

De um lado, tem-se a subjetividade que direciona o sujeito na escolha de grupos ou contextos para seguir ou filiar-se, e, de outro, tem o grupo que o sujeito almeja participar, que já possui seus códigos culturais pré-determinados. Esses dois polos não entram em desacordo,

²¹ Castells busca em Gramsci o conceito de sociedade civil que consiste em uma sociedade constituída por uma série de “aparatos” tais como: igrejas, sindicatos, partidos, cooperativas, etc. Instituições que envolvem tanto o Estado quanto os indivíduos.

o primeiro concernente a subjetividade é que determina a escolha do sujeito, o segundo é externo e diz respeito às regras sociais que o sujeito se submeterá se ele quiser fazer parte de determinado grupo novo.

O objetivo do autor Manuel Castells é discutir a construção das identidades no cenário da sociedade em rede, buscando perceber como é articulada a escolha subjetiva com as práticas culturais inerentes ao espaço virtual. Para tanto, ele apoia-se na caracterização de identidade apresentada por Giddens para quem identidade na “modernidade tardia” é uma negociação que o sujeito faz entre as diversas opções de estilo de vida imerso na dialética local x global.

Em outro livro (1999b)²², Manuel Castells explica a origem do que ele chama de sociedade em rede:

No fim do segundo milênio da Era Cristã, vários acontecimentos de importância histórica transformaram o cenário social da vida humana. Uma revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação começou a remodelar a base material da sociedade em ritmo acelerado. Economias por todo o mundo passaram a manter interdependência global, apresentando uma nova forma de relação entre a economia, o Estado e a sociedade em um sistema de geometria variável (p.39)

A instituição dessa sociedade ocasionou o enfraquecimento de alguns modelos econômicos de caráter centralizado com o desmembramento de empresas, por exemplo, que passaram a se organizar em redes globais. Além disso, houve um crescimento na mão de obra especializada, expansão do sistema capitalista, entre outros fatores. Utilizamos para construção argumentativa deste trabalho a reflexão de Castells sobre a negociação das identidades locais diante do cenário globalizado que vai se instalando na sociedade.

O autor acredita que na sociedade em rede e seu sistema global, o sujeito recorre às instâncias culturais territoriais como mecanismo de afirmação identitária.

Nesse mundo de mudanças confusas e incontroladas, as pessoas tendem a reagrupar-se em torno de identidades primárias: religiosas, étnicas, territoriais, nacionais. (...). Em um mundo de fluxos globais de riqueza, poder e imagens, a busca da identidade, coletiva ou individual, atribuída ou construída, torna-se a fonte básica de significado social. (...) a identidade está se tornando a principal e, às vezes, única fonte de significado em um período histórico caracterizado pela ampla desestruturação das organizações, deslegitimação das instituições, enfraquecimento de importantes movimentos sociais e estruturas sociais efêmeras (p. 41).

Nesse sentido, a valorização da identidade dá-se pela própria “tradição” histórica que, segundo Castells, sempre teve a identidade como base de significados na formação de

²² O livro **Sociedade em Rede**, assim como **O poder da identidade**, já utilizado neste capítulo, fazem parte de uma trilogia chamada **A Era da informação** lançada em 1999. O terceiro livro que fecha a coleção tem por título **O fim do Milênio**.

sociedades, a exemplo da identidade étnica que está sendo resgatada no contexto global. Hoje, em um contexto que aparenta esfacerar as sociedades, tornando-as uma única sociedade, chamada de global, os sujeitos firmam-se em valores que antecedem esse novo sistema. O autor acredita que a sociedade em rede gera uma fragmentação social, à medida que o sujeito passa a organizar seu significado a partir do que é e faz. As identidades vão se tornando mais específicas e difíceis de compartilhar (p.41).

Castells faz um trajeto histórico da globalização, pontuando as principais evoluções tecnológicas no campo da indústria. Seu estudo culmina na cultura da virtualidade, no período embrionário, que permeia a sociedade em rede que ele analisa. O autor questiona ao longo de seu texto se não há elo entre a virtualidade e a realidade, propondo a hipótese de que o sujeito negocia os novos modos de sociabilidade com os “antigos”.

Castells se posiciona de modo contrário aos estudos sobre tecnologia e Internet que pregam a total virtualização do sujeito, afirmando que este perde sua identidade territorial na esfera virtual/global. Mesmo em casos de construção de perfis falsos, ele os atribui a anseios da personalidade física (1999b, p. 443). O perfil falso que o sujeito cria na esfera virtual é a representação daquilo que ele gostaria de ser, mas não é por impedimento dos tabus e regras de condutas sociais aos quais ele é submetido. Para o autor, o sujeito molda a tecnologia às suas necessidades e não é moldado por ela. Ele atua no espaço virtual em acordo com seu contexto social pelo qual foi formado enquanto ser sociocultural. De outro lado, a sociedade em rede não impõe uma nova forma de sociabilidade desvinculada do ambiente real, ela apenas cria extensões dessa sociabilidade na virtualidade. Castells exemplifica: as compras *on-line* estão explodindo, não por imposição dos *shoppings centers*, mas vinculadas a eles. “(...) as universidades estão, devagar e sempre, entrando numa era de articulação entre a interface pessoal e o ensino *on-line*” (p. 447).

A teoria de Castells ajuda a fomentar a hipótese deste trabalho ao mostrar que o virtual não se impõe ao real ou o elimina no convívio *on-line*. Da mesma maneira que o setor empresarial utiliza as redes virtuais como mecanismos de expansão dos negócios, mantendo e fazendo referência à estrutura real, o sujeito também utiliza a Internet com motivações que partem da esfera do real. A identidade que se apresenta na *web* é baseada nas referências socioculturais presenciais. A diferença do virtual é que consiste em uma esfera social híbrida, composta por sujeitos oriundos de diversas esferas presenciais (escola, trabalho, casa).

Em acordo com as proposições de Castells, Anthony Giddens (2002) estuda a concepção de sujeito contemporâneo também como ser ativo que determina sua identidade no ambiente da globalização e não é dominado por ela. Ele opta por estilos de vida que são resultado desse diálogo entre o que é externo (global) e o que lhe é inerente (local). Tais estilos de vida ajudam na composição da autoidentidade e da própria vivência diária. Por isso, é classificado como uma ação reflexiva, pois o sujeito não é manipulado pelo processo globalizante, ele planeja a construção dessa autoidentidade, filtrando o que seja interessante para agregar ao seu perfil.

Giddens compreende a autoidentidade como resultado do impacto da modernidade na vida social do sujeito. Sobre o impacto da modernidade no cotidiano ele afirma que

As instituições modernas diferem de todas as formas anteriores de ordem social quanto a seu dinamismo, ao grau em que interferem com hábitos e costumes tradicionais, e a seu impacto global. No entanto, não são apenas transformações em extensão: a modernidade apenas altera radicalmente a natureza da vida social cotidiana e afeta os aspectos mais pessoais de nossa existência (2002, p. 09)

Para o autor, a modernidade não interfere unicamente em esferas macros da sociedade como política, economia ou ordenamento social. Ela afeta, concomitantemente, o cotidiano do sujeito na sua localidade. Quando exposto a toda ordem de informação vinda de vários polos (principalmente, meios de comunicação de massa), o sujeito absorve, processa e internaliza (para lembrar Castells) aquilo que melhor se encaixa na sua realidade sociocultural local. Por isso, Giddens defende que a modernidade conecta as influências globalizantes às disposições pessoais (p. 09).

O estudo dessas interconexões que o autor realiza objetiva analisar os novos mecanismos de autoidentidade que o sujeito cria nesse contexto global x local.

O eu não é uma entidade passiva, determinada por influências externas, ao forjar suas autoidentidades, independente de quão locais sejam os contextos específicos da ação, os indivíduos contribuem para (e promovem diretamente) as influências sociais que são globais em suas consequências e implicações. (*ibidem*, p. 09)

O processo não é unilateral. Não são apenas os aspectos globais que influenciam o local, há também uma influência do local no global. Se uma multinacional resolve instalar sua filial em uma cidade com cultura bem definida e particular, essa multinacional vai ter que fazer uso de artifícios para se enquadrar àquela realidade. Utilizando, por exemplo, a “língua” local para se comunicar com os “nativos”, os ícones da cultura local com os quais os sujeitos se identificam, etc., para se inserir e, dessa forma, ser aceita.

A autoidentidade, então, parte de uma postura reflexiva do sujeito, que atua, de certo modo, como mecanismo de defesa da identidade local para manter uma “narrativa biográfica coerente” (2002, p. 12).

Quanto mais a tradição perde seu domínio, e quanto mais a vida diária é reconstituída em termos do jogo dialético entre o local e o global, tanto mais os indivíduos são forçados a escolher um estilo de vida a partir de uma diversidade de opções (*ibidem*, p.13)

A dialética sobre a qual se refere Giddens que interfere diretamente no processo de construção de identidade do sujeito moderno está intrinsecamente relacionada com a separação do tempo e espaço, os mecanismos de desencaixe e a reflexividade constitucional.

A separação de tempo e espaço: a condição para a articulação das relações sociais ao longo de amplos intervalos de espaço-tempo, incluindo sistemas globais.

Mecanismos de desencaixe: consistem em fichas simbólicas e sistemas especializados (em conjunto = sistemas abstratos). Mecanismos de desencaixe separam a interação das particularidades do lugar.

Reflexividade institucional: o uso regularizado de conhecimento sobre as circunstâncias da vida social como elemento constitutivo de sua organização e transformação. (GIDDENS, 2002, p. 26)²³

Nas sociedades pré-modernas, espaço e tempo atendiam a situacionalidade do local. Cada espaço/lugar operava com tempo próprio, mas a globalização levou ao “esvaziamento do espaço e do tempo”. O tempo não corresponde mais ao lugar, ele agora é universal. O distanciamento desses dois fatores é crucial para a organização moderna no sentido de permitir que mais funções sejam executadas ao mesmo tempo em espaços diferentes, por exemplo, com intermédio de tecnologias que permitam a comunicação entre sujeitos geograficamente distantes. Dinâmica esta que se entrelaça com o segundo aspecto fundante da modernidade: o desencaixe.

Os mecanismos de desencaixe são deslocamentos das relações sociais extraídas de seus contextos locais e realocadas na esfera global. Giddens aponta dois tipos de mecanismos de desencaixe: as fichas simbólicas e os sistemas abstratos. As fichas simbólicas são mecanismos padronizados de valor global, podendo ser usados em qualquer espaço, como o dinheiro. O dinheiro permite o intercâmbio entre sujeitos de nações distintas, além de “alargar” o tempo por ocasião do sistema de crédito.

Os sistemas especializados, por sua vez, consistem nas especificidades dos serviços de que hoje a sociedade dispõe. O novo contexto suscitou demandas de serviços cada vez mais específicos, criando para a mesma área de atuação funções que se diferenciam umas das

²³ grifo em negrito feito pela pesquisa.

outras por pequenos detalhes, que, no entanto, se desenham como indispensáveis na sociedade contemporânea.

Já a reflexividade refere-se à ação revisada do sujeito e das instituições. As atitudes, posturas e escolhas são sempre revistas com a intenção de manter a ordem sobre aquilo que se optou ter como estilos de vida. A autoidentidade parte principalmente da reflexividade, enquanto ação para reafirmar os valores escolhidos pelo sujeito a serem atribuídos à sua imagem.

A reflexividade exprime a constante revisão daquilo que se quer passar ao outro, no convívio social. Dessa forma, a dinâmica da globalização a partir de Giddens, com os esvaziamentos espaço-temporais e os desencaixes culturais, ver-se-á que a reflexividade é um aspecto que contribui para a permanência do local dentro do global.

Entende-se que Anthony Giddens e Manuel Castells compartilham do mesmo discurso no que se refere à autonomia do sujeito em definir suas identidades e identificações, articulando global e local de acordo com suas demandas culturais, por assim dizer. Com base no que foi visto, pode-se considerar que a identidade territorial não é eliminada pelas influências globais. Ela é reorganizada, realocada no bojo de identidades.

Acredita-se que a territorialidade²⁴ é uma das principais referências na constituição cultural do sujeito. É a partir dela que ele processa as informações advindas de novas esferas, de novos contextos, de outros espaços. Mesmo que os meios de comunicação e o processo globalizante, de modo geral, tenham encurtado a distância entre culturas geograficamente distantes, aquilo que se ‘é’, permanece no interior do sujeito convivendo com influências adquiridas no contato com outras culturas.

Os postulados elencados desses três autores – Hall, Castells e Giddens –, que são referência nos estudos sobre identidade no cenário da globalização, servem de subsídios para analisar e compreender o momento atual da questão da identidade, que por ser fluida é considerada como uma identidade em crise.

Não foi descartada a existência das múltiplas identidades e identificações que surgem ao sabor dos papéis sociais e estilos de vida que o sujeito desempenha e seleciona. No entanto, afirmar a existência de alguma crise identitária parece equivocado, visto que, diante

²⁴ Considera-se nesta pesquisa o conceito de “território simbólico cultural” utilizado por Rogério Haesbaert já mencionado no primeiro capítulo.

da própria análise de Hall, podemos perceber que a identidade sempre foi múltipla, mas só agora, com o processo de globalização instalado na sociedade, esse tema ficou em evidência.

Nas sociedades “pré-modernas” havia um fluxo de informação bem menor em relação ao que se tem hoje. Não se tinha muito contato com outros contextos sociais, outras culturas. As práticas e trocas sociais resumiam-se à localidade, mas não implica dizer também, que isso tenha desaparecido de todo. De certo modo, é o que se tem tentado verificar com este trabalho: mesmo em um contexto de globalização, o local ainda é valorizado e ainda mantém suas especificidades. Por isso, o interesse em estudar uma categoria de identidade, a identidade territorial, que parece estar perdida diante da globalização que ocasionou o rompimento de fronteiras culturais com o advento de meios de comunicação e informação imediatos, a exemplo da TV e da própria Internet.

Ainda há outros autores que tocam na questão da identidade no ambiente da globalização. Zigmunt Bauman (2005) se opõe a concepção determinista de identidade, por exemplo. Seria um retrocesso, na visão do autor, tentar solidificar a “liquidez” atual das relações sociais, do comportamento do sujeito a partir da definição de uma identidade. O próprio sujeito é incapaz de definir uma identidade que o represente por toda a vida. Em seu entendimento, muitas outras identidades não sonhadas ainda estão por ser inventadas e cobiçadas durante a sua vida. Você nunca saberá ao certo se a identidade que agora exhibe é a melhor que pode obter e a que provavelmente terá lhe trará maior satisfação (p. 92).

Semelhante ao que pensa Hall, Bauman acredita na fragmentação completa da identidade do sujeito, por vezes contraditórias e impossíveis de previsão. Elas surgem à medida que o sujeito entra em contato com culturas distintas da sua, mas não se pode determinar qual será o impacto destas novas identidades na vida do sujeito. Pode ser que elas permaneçam ou pode ser que elas sejam abandonadas em pouco tempo. Bauman, portanto, descarta a possibilidade de haver uma identidade primária, aquela que se mantém, apesar das mudanças, da “liquidez” da informação e da própria sociedade.

Embora extremista em alguns pontos, utiliza-se do discurso de Bauman a assertiva de que não se pode determinar o que o sujeito será por estar imerso em um contexto globalizado. Como afirmou o autor, o futuro é imprevisível, e diante de tantas possibilidades de identificações que surgem não se pode afirmar, com exatidão, que o sujeito será fragmentado e perderá a identidade local em nome de uma cultura globalizada, sem um território simbólico-cultural como referência. É evidente que ele sofrerá influências globais, mas, como

já foi bastante discutido, essas influências serão absorvidas de acordo com as demandas sociais do sujeito, aquilo que lhe for interessante dentro do jogo de identidades, de relações sociais que pretende manter e da própria narrativa que ele constrói sobre si.

Já para Homi Bhabha (1998), a identidade não é um produto acabado, é, na verdade, um processo, por vezes problemático pelo qual o sujeito passa em meio a totalidade. Bhabha concentra seu pensamento na diferença como item essencial que demarca a identidade do sujeito. A identidade nasce da diferença, da presença do Outro. Desse modo, ele nega a individualidade na construção identitária. A identidade é em si uma construção social, elaborada na convivência com outros sujeitos que ao compartilharem (ou divergirem) de códigos simbólico-culturais se reconhecem uns aos outros dentro de suas culturas específicas.

Com o pensamento de Bhabha, pode-se pensar o local como principal campo social de formação da identidade do sujeito por ser o espaço imediato onde ele vivencia suas experiências cotidianas e é a partir delas que constrói sua identidade, assume seus papéis sociais e escolhe seus estilos de vida.

Michel Maffesoli (1998), por sua vez, distingue, em seu trabalho, identidade de identificação. Ele toma a identidade como algo enraizado, fixo, uma estrutura arraigada que se adequa melhor às sociedades pré-modernas pelo pouco fluxo informacional e pela predominância de aspectos locais e regionais. Já as identificações, na concepção do autor, são as que melhor explicam o sujeito contemporâneo por serem mutáveis e de caráter superficial. As identificações são modos de conduta que o sujeito adota para transitar por esferas sociais distintas, elas são provisórias e mutáveis.

Poderiam ser citados diversos autores que discutem a questão da identidade e defendem um posicionamento específico sobre a constituição do sujeito no cenário atual. Mas os que foram elencados neste capítulo nos dão um bom panorama de como a identidade, no âmbito contemporâneo, tem sido discutida.

Pode-se perceber um consenso entre os autores consultados, de que a identidade é mutável e múltipla, alguns autores acreditam que exista um caráter primário (Castells e Giddens), um resquício do sujeito sociológico, por assim dizer, que ajuda a construir um conjunto de identidades coerentes. Outros, no entanto, acreditam que o sujeito moderno é um ser completamente descentrado, com identidades contraditórias que são descartadas à medida que o indivíduo se insere em novos contextos culturais (Hall).

O que é interessante observar para este estudo, em especial, é que não se observou na análise dos autores acima, referências ao território como formador da identidade do sujeito, como se o sujeito não nascesse mais em um lugar específico e sim em uma sociedade sem nome, sem cultura própria, sem referências, uma sociedade desterritorializada. Mesmo aqueles que defendem a existência de uma identidade que, de certa forma, centralize a subjetividade do sujeito e que coordene as demais identidades, não a relacionam de modo direto com o território. Mas como pensar a formação de um sujeito sem considerar o lugar onde ele nasce e se desenvolve socialmente? Será que o sistema global realmente anula a cultura local que está ali presente no cotidiano deste sujeito? Se assim fosse, como o sujeito contemporâneo constituiria sua subjetividade sem a base de um sistema de valores e códigos?

Algumas lacunas foram identificadas nos postulados dos autores que defendem uma identidade plenamente descentrada, pois não vimos argumentos que considerassem o papel da localidade no processo de construção da identidade. Isto nos deu subsídios para afirmar que a cultura local ainda é parte constituinte da identidade do sujeito e não diz respeito há uma identificação provisória ou um papel social, ela é um aspecto internalizado que se traduz na fala, nos costumes e nas referências simbólicas. A influência do global não é anulada, mas o sistema global não elimina o local. Em alguns ambientes até o exalta, como no caso do ciberespaço, onde fervilham diversas culturas que são afirmadas e reafirmadas por seus sujeitos através de discursos e ferramentas que demarcam o pertencimento²⁵ do sujeito a determinado local.

O ciberespaço, por ser um local tecnicamente sem território, leva seus “habitantes” a criarem mecanismos que conectam uns aos outros e os mecanismos mais recorrentes são os de pertencimento cultural. Um exemplo emblemático que podemos citar, embora não seja o objeto de estudo, são as redes sociais virtuais²⁶. Nelas, uma das primeiras perguntas que aparece na construção do perfil é “de onde você é?”. A partir da resposta dada a essa

²⁵ Pertencimento ou sentimento de pertença é uma expressão comumente usada no campo dos Estudos Culturais para denominar a formação de comunidades. Nestor Canclini assim define: “ser cidadão não tem a ver com os direitos reconhecidos pelos aparelhos estatais para os que nasceram em um território, mas também com as práticas sociais e culturais que dão sentido ao pertencimento e fazem com que se sintam diferentes os que possuem uma mesma língua, formas semelhantes de organização e satisfação de suas necessidades” (1995, p. 22).

²⁶ Redes sociais no contexto do ciberespaço são endereços eletrônicos onde as pessoas se cadastram, construindo perfis sociais, agregando a eles informações que possam lhe definir. As redes sociais virtuais costumam reunir pessoas com interesses comuns. A mais popular delas é o Orkut (www.orkut.com) que se caracteriza por suas comunidades sobre diferentes temas (entretenimento, gastronomia, política, cultura, etc). O Facebook (www.facebook.com) é uma rede social que se caracteriza por atualizações de seus usuários em resposta a pergunta “no que você está pensando?”. Estas são as redes sociais mais populares no Brasil.

pergunta, o sujeito já demarca seu território simbólico-cultural dentro da rede social, pois sua imagem/identidade será associada àquele lugar e aspectos que definam aquele lugar no imaginário da sociedade. O outro compreenderá este sujeito a partir das referências, inclusive as territoriais, que ele fornecer.

É necessário, então, após entender o que é identidade e como ela se constitui, compreender o papel e a importância da cultura local na formação da identidade do sujeito, partindo da própria definição de “cultura local” para mostrar que ela se mantém e é evidenciada em esferas de caráter global. Em específico, entender como ela é representada nos *blogs* selecionados para análise.

3.2. A Cultura Local no contexto globalizado

Foi visto que o mote principal dos discursos sobre globalização é que ela homogeneiza as culturas locais, antes distintas. O processo globalizante eliminaria, por assim dizer, as particularidades culturais e as encaixaria em uma nova ordem sociocultural ditada por interesses que estão além de questões territoriais. Ortiz (1994), já citado no capítulo anterior, por exemplo, defende a manifestação de uma cultura mundializada desencadeada pela globalização.

Clifford Geertz (1989), no entanto, caminha em outra direção e propõe que os cientistas sociais, especialmente os antropólogos, façam estudos mais direcionados e admitam, principalmente, que sua pesquisa não dá conta do todo, mas sim de um recorte específico localizado em determinado contexto. Desse modo, Geertz oferece artifícios para compreender, e mesmo trabalhar, o conceito de cultura local dentro da esfera do virtual, percebendo o nível da presença desta para, então, evidenciar, ou não, movimentos de *Desterritorialização* ou de *Territorialização*.

Admite-se, de antemão, que esta pesquisa faz um recorte dentro da totalidade que é o ciberespaço, ao tentar pontuar a existência de processos territorializantes que demarquem a cultura local, a partir dos *blogs* Zema Ribeiro e Luís Cardoso. Ao considerar território enquanto espaço simbólico-cultural que está além da concepção física, é importante, então, definir o que é essa cultura local, apontando as formas pelas quais ela se manifesta nos atos simbólicos do sujeito e, dessa forma, tentar identificá-la no ambiente *online*.

Partindo de uma definição pautada na semiótica, Geertz afirma que “o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo

teias” (p.04). O autor pontua que, antes de lançar teorias e paradigmas sobre o objeto, é necessário observar o objeto de estudo, ver como ele se comporta no ambiente no qual está inserido. Ele explica, ainda, que o pesquisador não deve se ater ao “status ontológico” da prática cultural, mas sim compreender a importância do que está sendo realizado; “o que está sendo transmitido com sua ocorrência e através de sua agência” (p. 08). Dessa maneira, ele se opõe aos conceitos generalizantes de cultura, apresentando sua definição.

A cultura é pública por que o significado o é (p. 09), assinala Geertz, mas pré-julgar determinada prática a partir de conceitos macros é ignorar a subjetividade e, portanto, a particularidade, do sujeito que a executa. É necessário complexificar, compreender os pormenores envolvidos naquele contexto específico para, então, inferir algum postulado que dirá respeito àquela ocorrência, àquele recorte.

Determinado comportamento social não deve ser atribuído exclusivamente à cultura, sendo esta parte de um conjunto semiótico absorvido pelo sujeito ao longo de sua existência. Há também fatores de ordem psicológica, subjetivos que interferem e modificam o ato em relação ao significado estabelecido. No caso da “piscadela de olho”, exemplo usado por Geertz, trata-se de um código simbólico que pode representar um acordo selado entre os interlocutores, um sinal de cumplicidade, de falseamento do discurso ou, simplesmente, uma contração involuntária da pálpebra. Seria precipitado traduzir o gesto em um só desses significados e aplicá-lo a toda ocorrência de “piscadela de olho”. Não é prudente tomar os atos culturais, socialmente estabelecidos, como significados padrões determinantes de qualquer ato, pelo contrário, “o significado [desses atos] emerge do papel que desempenham (p. 12)”. E mais, “o código não determina a conduta” (p. 13).

Geertz acrescenta

Apresentar cristais simétricos de significado, purificados da complexidade material nos quais foram localizados, e depois atribuir sua existência a princípios de ordem autógenos, atributos universais da mente humana ou verbais, *a priori*, *Weltanschauungen*, é pretender uma ciência que não existe e imaginar uma realidade que não pode ser encontrada (p. 14).

Ainda que se complexifique o ato, que se busque compreendê-lo em seu contexto, seguindo as instruções do autor, tal compreensão será concebida a partir da interpretação do observador sobre o ato e não será o ato observado. É um recorte interpretado que o observador elaborou a partir do recorte que o próprio nativo fez no momento da entrevista, por exemplo. Portanto, o que o pesquisador escreve são interpretações de “segunda ou terceira mão”.

Geertz, assim, esclarece que objeto de estudo e estudo são elementos distintos. O texto é tão fictício e fabricado quanto um texto propriamente literário.

Construir descrições orientadas pelo ator dos envolvimento de um chefe berbere, um mercador judeu e um soldado francês uns com os outros no Marrocos de 1912 é claramente um ato de imaginação, não muito diferente da construção de descrições semelhantes de, digamos, os envolvimento de um médico francês de província com a mulher frívola e adúltera e seu amante incapaz, na França do século XIX [autor faz referência à obra *Madame Bovary*²⁷] (p. 11).

Outro ponto que o autor evidencia em seu texto é quando o pesquisador considera a “parte pelo todo” ou o “todo pela parte”, método ainda bastante utilizado em pesquisas acadêmicas. Ele alerta que mesmo as ciências exatas e naturais não conseguem abarcar o todo. No campo das ciências sociais, essa possibilidade diminui consideravelmente por não lidar com um objeto quantificável, trata-se da observação de comportamentos sociais, passíveis de manipulação tanto por parte do observador quanto do observado.

Geertz apresenta o exemplo da “falácia Jonesville-é-a-América”, onde, erroneamente, tentou-se explicar a nação americana e seus hábitos a partir de uma pequena cidade, Jonesville. E mais: mesmo o estudo em uma cidade, em uma aldeia ou comunidade não compreende a totalidade daquela comunidade. Para Geertz, o *locus* de estudo não é o objeto de estudo (p. 16). Se colocarmos diversos pesquisadores para estudar a mesma aldeia, por exemplo, cada um apresentará relatos diferentes sobre partes do local que não se referirão ao todo. Pois o verdadeiro trabalho do pesquisador não é lançar verdades absolutas e sim interpretações dos locais estudados. É o que ele vai chamar de antropologia interpretativa.

Como, então, trabalhar a antropologia interpretativa, desenhada por Geertz, no campo das ciências sociais? Que contribuições ela pode trazer, já que trata de um micro-recorte localizado em determinado contexto que, aparentemente, não se repetirá em outro momento? Geertz soluciona esta problemática, sugerindo que o pesquisador não se ancore a fatos absolutos. É necessário observar o que ocorre em tal ato em relação aos grandes postulados. A ideia é não colocar os postulados à frente do ato; trata-se de, depois de mapeado o ato e toda sua complexidade, relacioná-lo com postulados científicos elencados pelo pesquisador. Ideias teóricas não surgem a cada novo estudo (p. 19), ressalta o autor. Elas são adaptadas de outras pesquisas, passando por um processo de “refinamento”, sendo empregadas em novos problemas interpretativos.

²⁷ Observação minha.

A proposta de Geertz oferece subsídios para a pesquisa aqui realizada, pois, assim como ele, busca-se averiguar atos singulares, mas não isolados, dentro do ambiente *online*, executados nos *blogs* do gênero individual/misto para constatar a existência de processos de territorialização. Não é intenção afirmar que todo *blog* é uma ferramenta que demarca territorialidade no ciberespaço. Diante da quantidade de gêneros que existem, seria uma atitude ingênua julgar diversos e diferentes *blogs* a partir de dois específicos. O que se quer é apontar um padrão que pode ser visto em outros *blogs* do mesmo gênero e mesmo outras ferramentas virtuais de comunicação.

É também pretensão deste trabalho desmistificar a afirmação largamente disseminada e reproduzida de que o ciberespaço é um ambiente desterritorializante em sua totalidade, já que estes *blogs* apontam para um processo inverso, ligada ao arcabouço simbólico-cultural que o sujeito representa através de seu discurso, deixando evidente, também, que este mesmo processo pode ocorrer em outros *blogs* de caráter semelhante aos selecionados. Quando se afirma que tais espaços não têm posturas isoladas é por que a troca de informação realizada diariamente com outros nativos do ciberespaço, deve estimulá-los a reverberar, de algum modo, o que está sendo discutido ali, seja em outros *blogs*, nas redes sociais virtuais, comunidades virtuais, *chats*, etc.

Michel De Certeau (1994), por sua vez, estuda as práticas cotidianas em relação às culturas dominantes e totalizantes. Sua proposta é perceber como o homem combina a informação dominante com sua realidade, fabricando outra informação, diferente da que lhe foi imposta. De Certeau defende que o homem não recebe tais informações culturais de forma passiva, pelo contrário, ele recebe, ausculta e as apropria de acordo com sua subjetividade, pautada em questões locais, cotidianas.

Ele exemplifica

A análise de imagens difundidas pela televisão (representações) e dos tempos passados diante do aparelho (comportamento) deve ser completada pelo estudo daquilo que o consumidor cultural “fabrica” durante essas horas e com essas imagens. (1994, p. 38)

Desse modo,

A presença e a circulação de uma representação (ensinada como o código da promoção socioeconômica por pregadores, por educadores ou por vulgarizadores) não indicam de modo algum o que ela é para seus usuários. É ainda necessário analisar a tal manipulação pelos praticantes que não a fabricam. (*ibid*, p. 39).

Os apontamentos de De Certeau sobre cotidiano são fundamentais para a compreensão, hoje, de como os aspectos locais da cultura se mantêm diante da totalidade

global a qual o sujeito é exposto via meios de comunicação de massa e, mais recentemente, via Internet. A análise do autor dedica-se aos discursos produzidos no cotidiano, para tal ele faz uma diferenciação entre espaço e lugar, pois para o autor toda fala circunscreve um espaço. Todo discurso se localiza em algum espaço que se torna um lugar praticado através da presença do sujeito e suas interações sociais.

O espaço estaria para o lugar como a palavra quando falada, isto é, quando é percebida na ambigüidade de uma efetuação, mudada em um termo que depende de múltiplas convenções, colocada como o ato de um presente (ou de um tempo), e modificado pelas transformações devidas a proximidades sucessivas. (p. 184).

Segundo De Certeau, o lugar tem uma função predeterminada que é própria dele. A concepção de espaço será, então, a ressignificação desse lugar ao ser vivenciado e praticado pelo sujeito. A analogia com a “palavra falada” é simples: a palavra quando falada pode ter diversos significados que vão além dos que estavam previstos. Esta concepção de De Certeau é baseada no campo da análise social. Há outras concepções que definem espaço e lugar de modo distinto.

Yi-Fu Tuan (1983), por exemplo, estuda a concepção em que “espaços são demarcados e defendidos contra invasores. Os lugares são centros aos quais atribuímos valor e onde são satisfeitas necessidades biológicas de comida, água, descanso e procriação” (pg. 04). É ao lugar que este autor atribui o valor simbólico, as práticas sociais. Para Tuan, o espaço se torna lugar a partir da afetividade, quando o sujeito cria laços com o espaço, agrega valor a ele, então passa a ser lugar. Lugar é “uma mistura singular de vistas, sons e cheiros, uma harmonia ímpar de ritmos naturais e artificiais (...)” (p.203). Nota-se que a abordagem do autor é mais voltada para a psicologia e biologia, enfatizando que a subjetividade e o tempo alteram a percepção de lugar do sujeito, assim como fatores de ordem biológica. "A sensação de tempo afeta a sensação de lugar. Na medida em que o tempo de uma criança pequena não é igual ao de um adulto, tampouco é igual sua experiência de lugar." (*ibid*, p. 206).

Tais concepções de espaço e lugar, e mesmo de território, são muito relativas e fruto de diversas correntes acadêmicas, por isso a multiplicidade de definições. Viu-se no capítulo anterior uma corrente que defende território como espaço de vivências sociais, o território simbólico-cultural, que foi escolhida para nortear este trabalho. Nessa linha, por questões didáticas, optou-se pela concepção de De Certeau em que espaço é o lugar praticado. A perspectiva biológica de Tuan isenta os processos culturais da responsabilidade plena pela formação do homem. Como esta pesquisa trabalha o conceito de homem enquanto sujeito, descartamos a concepção desse autor, já que se considera o sujeito como um ser construído

culturalmente ao longo de sua existência. Por isso, De Certeau se mostrou mais pertinente a esta pesquisa, por trabalhar a dualidade entre cultura macro/global e cultura localizada, enfatizando que a macro não se sobrepõe à localizada pelo valor simbólico e afetivo que o sujeito tem com seu espaço de vivência.

Mais do que uma demarcação geográfica, o espaço (território e lugar) se revela no discurso do sujeito que o descreve, à sua maneira – deve-se ressaltar - a partir de suas vivências e práticas sociais. Tais práticas imprimem valor ao lugar, agregam memórias coletivas ou individuais que o sujeito carregará consigo. A descrição desse espaço pelo sujeito não é em si o espaço, é outro espaço, baseado em impressões subjetivas. Aspectos afetivos e relacionais modificam a visão do sujeito em relação ao espaço. O sujeito “A” pode achar sua comunidade um bom lugar para se viver, apresentando boas referências, enquanto o sujeito “B” pensa o contrário. Embora as impressões sejam diferentes, ambos se referirão ao mesmo local/lugar, geograficamente falando. O espaço está inscrito no discurso do sujeito, independente de sua relação afetiva com este. O sentido do espaço e sua existência (partindo do postulado de De Certeau) dependem exclusivamente da presença do homem e das relações sociais ali vividas.

Voltando o olhar para os discursos nos *blogs*, de maneira geral, o sujeito sempre fala de um espaço social. Seja um *blog* de moda, política, culinária ou humor. O discurso, em geral, se referirá a um conteúdo/pauta/tema localizado em determinado território que, por sua vez, remeterá a práticas culturais específicas. Exemplos: a moda francesa, eleições nos Estados Unidos, receita mineira, piada de português, etc. Pode-se inferir que estes discursos não se inserem em uma visão totalizante de cultura mundializada por se referirem a espaços distintos e os próprios discursos sobre tais espaços são distintos também por serem subjetivos, já que são fruto da imagem globalizada aliada às impressões cotidianas do sujeito.

Geertz nos diz que os discursos totalizantes que visam englobar as práticas culturais em padrões, ignorando as particularidades existentes, são falaciosos. De Certeau corrobora ao dizer que este discurso totalizante sobre cultura não se concretiza, pois não é praticado pelo sujeito, considerado dominado. O discurso do sujeito tem como base seu *locus* simbólico-cultural que atua como principal referência ou crivo no processamento do conteúdo disponibilizado por setores dominantes da cultura. Essas duas vertentes fomentam, assim, este estudo ao passo que permitem afirmar que o discurso totalizante sobre ciberespaço não se sustenta, já que considera todo sujeito na esfera da virtualidade como ser desmaterializado ou desterritorializado, despreendendo-se dos valores locais.

Considerando o ciberespaço como uma esfera social, o discurso do sujeito vai ser pautado em referências culturais, vivências do cotidiano, e estes, por sua vez, estão relacionados com a territorialidade e com as esferas locais nas quais ele está inserido. E, do mesmo modo que as práticas sociais realizadas nas esferas do cotidiano tornam-se parte integrante da constituição simbólico-cultural do sujeito, as práticas no ciberespaço também o são, complementando a identidade do homem contemporâneo.

Manuel Castells (1999b) considera que a cultura esteja diretamente ligada à comunicação e é baseada na produção e consumo de sinais (p. 459). A realidade cultural é transmitida pelo discurso do sujeito que pode ser produzido verbalmente ou por meio de tecnologias de comunicação, como a Internet que o autor considera um novo sistema comunicativo. A única imposição cultural que este novo sistema apresentaria está relacionada à usabilidade que se configura através de códigos que o sujeito tem que se submeter para habitar o espaço virtual.

A comunicação eletrônica (tipográfica, audiovisual ou mediada por computadores) é comunicação. No entanto, não quer dizer que haja homogeneização das expressões culturais e domínio completo de códigos por alguns emissores centrais. É precisamente devido a sua diversificação, multimodalidade e versatilidade que o novo sistema de comunicação é capaz de abarcar e integrar todas as formas de expressão, bem como a diversidade de interesses, valores e imaginações, inclusive a expressão de conflitos sociais. Mas o preço a ser pago pela inclusão no sistema é a adaptação a sua lógica, sua linguagem (...) (p. 461).

A Internet é vista aqui como uma esfera social, um espaço de cruzamentos de sujeitos. O sujeito, por sua vez, tem seu arcabouço cultural adquirido de outras esferas e ao longo de sua existência, logo, sua presença na Internet é que atribui a esta o caráter social. Embora não seja um meio hegemônico, seu índice de expansão na sociedade é maior que o de qualquer outro meio de comunicação de massa. Nos Estados Unidos, o rádio levou trinta anos para chegar a sessenta milhões de pessoas; a TV alcançou esse nível de difusão em apenas 15 anos; a Internet o fez em apenas três anos após a criação da teia mundial (CASTELLS, 1999b, p. 439).

A novidade comunicativa da Internet com formação de comunidades virtuais não induz, necessariamente, ao isolamento social. Ela promove interação social entre os sujeitos ali imersos que criam laços a partir dos níveis de sociabilidade praticados. Estes níveis refletem diretamente as vivências *offline* do sujeito, seus estilos de vida, etc. São os estilos de vida escolhidos para a vida real, por assim dizer, que determinam as práticas sociais na Internet ou o modo como o sujeito vai representar a si no ambiente *online*. Segundo Castells,

O modo de comunicação eletrônica multipessoal representado pela CMC²⁸ tem sido usado de formas diferentes e para diferentes finalidades, tantas quantas existem no âmbito da variação social e contextual de seus usuários. O denominador comum da CMC é que, de acordo com os poucos estudos existentes sobre o assunto, ela não substitui outros meios de comunicação nem cria novas redes: reforça padrões sociais preexistentes (p.449).

A Internet não institui uma nova cultura social, eliminando práticas sociais anteriores, ela absorve as culturas tradicionais. O sujeito utiliza-a para exercer seus estilos de vida tal como os exerce na esfera *offline*. O caráter da não-presença pode ocasionar alguns excessos no ato da representação, mas isso também não é específico da experiência *online*. O que muda com a Internet é o veículo e a velocidade de interação e comunicação, mas mesmo o padrão de comunicação mediada já foi experimentado com a invenção do telefone e do fax, por exemplo.

No caso dos *blogs*, eles se caracterizam como veículo de expressão do sujeito, em que episódios de interesse pessoal e/ou profissional são comentados com a intenção de expor sua opinião para aqueles que o lêem. Esta opinião está carregada de influências culturais de várias modalidades, inclusive territoriais. Para perceber, então, esses marcadores culturais de ordem territorial presentes no discurso do sujeito/blogueiro, é necessário elencar algumas categorias de análise textual. Esta será feita baseada na Análise de Discurso que será abordada no capítulo seguinte.

²⁸ CMC significa comunicação mediada por computador. Castells usa a expressão ao longo de seu livro.

4. PRODUÇÃO DE SENTIDOS E IDENTIDADE TERRITORIAL

Neste capítulo, exploraremos as coordenadas teórico-metodológicas que embasarão as análises do nosso objeto de estudo. Escolheu-se a Análise de Discurso (AD) para fundamentar as avaliações textuais por ser a que melhor responde aos propósitos desta pesquisa. A AD tem sido abordada de diversos modos por autores de correntes distintas. Dentre as possibilidades encontradas, escolheu-se trabalhar com a análise de discurso, pautado principalmente nos estudos de Pêcheux e Fairclough. Nas leituras realizadas, percebemos que os estudos destes autores se complementam e atendem ao que é proposto neste trabalho.

Buscamos entender como a territorialidade do sujeito é representada por meio do discurso que é produzido nos *blogs* Zema Ribeiro e Luís Cardoso. A AD considera que os discursos sejam práticas sociais que contribuem para estabelecer identidades do sujeito. A territorialidade, por sua vez, exprime seu potencial interpelativo sobre o sujeito, configurando-se como uma modalidade identitária, no conjunto de diversas identidades que o sujeito contemporâneo possui, busca-se, por meio da análise do discurso, perceber marcações discursivas que exponham elementos da identidade territorial, percebendo como eles estão sendo ditos sob quais motivos e o que não está dito no texto, mas que também significa para a identificação da territorialidade.

Pêcheux acredita no “assujeitamento” do homem ao discurso. O homem responde às demandas do discurso, tudo que ele diz é pautado pelo discurso. Fairclough vai além e diz que o homem não é apenas “assujeitado”, ele internaliza o discurso modifica-o e ao dizê-lo, ele também interpela outros sujeitos, assujeitando-os. Nesse processo de internalização discursiva, o homem atribui ao discurso o papel social de mudança. O discurso não é meramente reproduzido, a cada reprodução, ele sofre alterações e altera o ambiente discursivo a sua volta.

4.1. Análise de discurso como método

A análise de discurso se fortalece nos anos sessenta, do século passado, com a obra *Análise Automática do Discurso*, publicada em 1969 por Michel Pêcheux. A década em questão foi assinalada por acontecimentos sociais e políticos que geraram ideias inovadoras,

principalmente no campo das Ciências Sociais. Ideias estas que rompiam com os paradigmas historicamente estabelecidos. Na França, por exemplo, berço da Análise de Discurso, o ponto máximo que culminou na virada ideológica foi o episódio internacionalmente conhecido como “Maio de 68”. Este episódio marcou socialmente e politicamente uma geração, abrindo espaço para outros pensamentos dentro das ciências sociais. Nesse contexto, surge a análise de discurso como um entremeio disciplinar.

O conceito de sujeito discursivo nasce entre a concepção de sujeito inconsciente (psicologia de Freud) e concepção “assujeitada” de sujeito (ideologia de Althusser). Esse sujeito reúne características dos estudos de Freud e Lacan sobre inconsciente, assim como influências de Althusser ao tratar o sujeito como interpelado por ideologias. O que diferencia, então, o sujeito discursivo dos perfis propostos anteriormente nas correntes “freudiana” e “althusseriana” é a presença da linguagem que localiza o discurso historicamente.

Desse modo, se a análise de discurso estuda a linguagem praticada, interessa saber a aplicação da linguagem no mundo, que sentidos ela produz, e, principalmente, em quais contextos ou situações são produzidos os dizeres. Além disso, deve-se considerar o fator ideológico por trás do discurso já que, segundo Pêcheux, não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido (*apud* ORLANDI, 2003, p. 17). Então, é a relação entre língua e ideologia materializada pelo discurso que interessa a AD.

Segundo Eni Orlandi (2003) que baseia seus estudos em AD nos postulados de Pêcheux, o discurso

Interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele (*ibid*, p.20)

A análise de discurso parte destas três correntes – Linguística, Marxismo e Psicanálise – mas reivindica o papel da produção de sentido e da influência da exterioridade dentro delas através do discurso, buscando saber como o objeto simbólico (texto, música, enunciado, etc.) produz sentidos por e para os sujeitos. O papel do analista é, então, interpretar o discurso para descobrir os mecanismos e motivações dele. Para isso, fará uso de dois dispositivos: teórico e analítico. O dispositivo teórico compreende o arcabouço conceitual da análise de discurso, os métodos e técnicas dos quais ele vai dispor. O dispositivo analítico, por sua vez, diz respeito à forma como o analista vai aplicar tais métodos e técnicas. “Embora o dispositivo teórico encampe o dispositivo analítico, o inclui,

quando nos referimos ao dispositivo analítico, estamos pensando no dispositivo teórico ‘individualizado’ pelo analista em uma análise específica (p.27)”. A análise de discurso serve como reflexão e interpretação dos dizeres.

como seu nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim a palavra em movimento, prática da linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando (*ibid*, p.15)

Ao analisar-se o objeto simbólico, o texto do *blog*, por exemplo, deve-se evidenciar as condições de produção do discurso que são o sujeito, a situação e a memória. No sentido amplo, as condições de produção dizem respeito ao contexto histórico e ideológico, no sentido mais específico, diz respeito ao contexto imediato. O contexto imediato refere-se ao local onde o texto está escrito e ao que motivou a escrita dele. O contexto amplo está ligado às referências sócio-históricas que o texto traz à tona, o não dito é presentificado pelo sentido que o texto produz. A memória, nesse caso, atua como interdiscurso e é “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente (ORLANDI, 2003, p.31)”. O interdiscurso remete ao que já foi dito. No caso de um texto que critica a atual gestão do município, ele traz à tona, pela memória, outros discursos sobre o tema, ampliando para a gestão estadual, fazendo rememorar outras gestões, outros casos semelhantes, é a chamada “presentificação do passado”. Nenhum discurso é autônomo, único, novo, os discursos produzidos são embasados em outros discursos que se apreendem e são internalizados ao longo da existência e o sujeito se apropria deles como autor.

4.2. Memória e discurso

Pêcheux (*apud* ORLANDI, 2001) classifica a apropriação inconsciente de determinados discursos já ditos como esquecimento. Ele aponta dois modos de esquecimento: o esquecimento da enunciação e o esquecimento ideológico. O esquecimento da ordem da enunciação sinaliza que um dizer sempre podia ser dito de outro modo, ele elenca outras possibilidades de construir o dizer. O autor mostra que o dizer é dito de um modo como se não houvesse outras maneiras de dizê-lo, o sujeito anula as outras formas.

Há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo, de tal modo que pensamos que o que dizemos só pode ser dito com aquelas palavras e não outras, que só pode ser assim. (...) mas este é um esquecimento parcial, semi-consciente e muitas vezes voltamos sobre ele, recorremos a esta margem de famílias parafrásticas, para melhor especificar o que dizemos (ORLANDI, 2003, p. 35)

Já o esquecimento ideológico refere-se ao modo como o sujeito é afetado pela ideologia. Neste caso, o sujeito, imbricado ideologicamente, toma pra si o discurso ideológico como se fosse autor dele, como se fosse a origem daquele discurso. Pêcheux associa este esquecimento a internalização da ideologia que atua no inconsciente, fazendo crer que o que se diz é único, novo e original. Parte também do desejo do homem em ser o dono do dizer, mas na realidade, “embora se realizem em nós: eles não são determinados pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história e é por isso que significam e não pela nossa vontade (*ibid*, p.35)”. Embora o discurso não se origine no sujeito, não implica dizer que a língua e a história afetam os sujeitos de modo igual. Cada um apreende e internaliza de modo específico, subjetivo, ressignificando os sentidos, aplicando em outros contextos.

Existem dois processos de materialização do discurso que se relacionam com o aspecto do esquecimento apontado por Pêcheux: o parafrástico e o polissêmico. O parafrástico acontece quando o sentido se repete sem grandes alterações. O sujeito reproduz um discurso já dito. O polissêmico representa conflito de sentidos, é a ressignificação do discurso que agora é dito de outro modo. Tais processos, no entanto, não acontecem isoladamente, segundo o autor, todo discurso se constrói na tensão entre a paráfrase e a polissemia, o igual e o diferente. É nessa relação contraditória, conflituosa entre o que já foi dito e o que será dito, que os sentidos e sujeitos se formam, se representam, significam. Esta tensão indica o caráter de incompletude da própria linguagem. Os discursos, assim como os sujeitos, não estão prontos. Eles estão sempre em processo de construção, acompanhando a relação do simbólico com a história. Eles se modificam à maneira como se inscrevem na história e de como a língua os afeta.

O sentido surge da conexão que há entre os dizeres, como visto no conceito de esquecimento proposto por Pêcheux, embora o sujeito diga algo que considere de sua autoria, este dizer traz consigo interdiscursos revelados pela memória. Do mesmo modo que o discurso aponta para o passado, ele também sinaliza para dizeres futuros, o que pode vir a ser amanhã um desdobramento daquilo é dito hoje. Esse aspecto caracteriza a relação de sentidos presente no discurso.

Outro fator presente na construção do discurso é a antecipação, que compreende o modo como o sujeito elabora seu discurso a partir da imagem que ele pensa que o seu interlocutor fará do que será dito. Ele se coloca, então, no lugar do outro para premeditar sua reação, construindo assim um discurso com base na imagem que ele tem da imagem que o

interlocutor terá dele. A antecipação tenta, desse modo, controlar os efeitos de sentido e fazer com que o interlocutor interprete o dizer da maneira que o sujeito espera que ele faça.

O último fator que aparece na construção do discurso são as relações de força. Aqui o lugar de fala do sujeito interfere no seu dizer. “Assim, se o sujeito fala a partir do lugar de professor, suas palavras significam de modo diferente do que se falasse do lugar de aluno (ORLANDI, 2003, p. 39)”. A posição de fala do sujeito agrega-lhe determinada autoridade sobre o que está sendo dito, o que revela também as relações de poder implícitas no discurso. Em sala de aula, o dizer do professor terá mais respaldo que o dizer do aluno, isto pelas posições que cada um ocupa dentro daquela esfera social (a escola). São relações hierarquizadas coletivamente que concedem mais poder de fala a uns que a outros. Em outras esferas, os mesmos sujeitos podem obter posições sociais diferentes, alterando o sentido e o valor de seu dizer.

As relações de força, sentido e antecipação contribuem para a formação imaginária do dizer, visto que esses fatores vão apontar as posições que os interlocutores ocupam no contexto, permitindo que o sujeito possa moldar seu discurso para aquela situação. O fator da antecipação tem uma relação mais direta com a formação imaginária, pois ambos lidam com interlocutores imaginários.

Esta discussão sobre os fatores presentes na construção do discurso relacionados ao imaginário, relações de força, sentido e poder, leva a outra faceta do discurso, o papel ideológico. Para Orlandi (2003), as palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam (p. 43). O sentido do discurso é determinado pelo que é chamado dentro da AD como formação discursiva.

Pêcheux (1997) denomina formação discursiva como

aquilo que, em uma formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina "o que pode e o que deve ser dito" (articulado sob a forma de uma alocução, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.). (p. 160).

O autor considera que existem poderes em conflito que interferem na formação do discurso. Discursos dominantes que se impõem ao discurso das minorias e por isso, a minoria forma seu discurso a partir do que o dominante permite que seja dito naquele contexto sociocultural. Um exemplo emblemático são as mulheres que utilizavam medicina alternativa na idade média e eram perseguidas e condenadas na condição de bruxas por contrariarem o discurso hegemônico da igreja. Desse modo, a ideologia na concepção de Pêcheux, é exercida

pelos sujeitos na materialização do discurso que eles propagam impregnados de valores ideológicos.

De acordo com a formação ideológica, o sujeito discursivo se forma a partir da ideologia que o constitui. É a ideologia que determina o discurso do sujeito, seu posicionamento, sua identidade, seu estilo de vida, etc. É o que vai ser chamado de identidade enunciativa que diz respeito a uma identidade pautada no discurso ideológico localizado em determinado período histórico.

Podemos perceber que as palavras não têm um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inserem (...). Tudo que dizemos tem, pois, um traço ideológico relação a outros traços ideológicos. E isto não está na essência das palavras, mas na discursividade. (ORLANDI, 2003, p. 43)”.

As formações discursivas podem ser consideradas como blocos de sentidos dentro do discurso, pois um discurso produz vários sentidos a partir dos diversos ideais que interpelam o sujeito.

4.3. Ideologia e discurso: assujeitamento

A formação ideológica é um dos principais fatores de constituição da formação discursiva. O discurso ideológico privilegia determinado discurso em relação a outro e está relacionado ao jogo de poderes discursivos.

Tudo que pensamos deriva de modos de ver o mundo, os homens, as coisas e nós mesmos enquanto seres no mundo. Incluem-se aí a elaboração e o uso de conceitos sobre o mundo dos objetos e o próprio conhecimento, o posicionamento a respeito dos papéis ocupados historicamente pelos sujeitos, a visão do passado e do futuro, a consciência, ainda que difusa, (...), enfim, tudo que pode ser sistematizado de forma mais ou menos estruturada (...). Um discurso nunca se dá fora do contexto social, está sempre em relação com a exterioridade. Ainda que venha a se contrapor a um bloco hegemônico, é sempre devedor de uma ideologia (MACHADO; JACKS, 200)

Na relação sujeito e ideologia, o papel da ideologia é produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência (ORLANDI, 2003, p. 46). O sentido de um dizer é evidenciado a partir do ato de interpretação, neste ato há ideologia, pois interpretar algo é julgar a partir de referências simbólicas (língua e história) que se tenha.

O momento da interpretação põe a ideologia em ação, é ela que produz o sentido como evidência e é camuflada, inconscientemente, no processo, dando a impressão de que aquele sentido atribuído era desde sempre esse e não outro. Para Pêcheux (*apud* ORLANDI, 2003) a ideologia tem sua existência dirimida na produção de sentidos. O sujeito internaliza e

naturaliza a ideologia de modo que ela se insira no discurso sem “ser vista”, a priori. Essa naturalização da ideologia faz surgir evidências subjetivas que dizem respeito ao sujeito e ao sentido.

A evidência do sentido vai anular o interdiscurso, negar a existência da memória no processo discursivo, fazendo crer que a palavra é aquilo que ela designa no ato de sua materialização. A evidência do sujeito anula a interpelação do sujeito pela ideologia. São evidências que se sustentam na ordem do esquecimento, naturalizando os processos de construção do discurso, ignorando o que não está dito, mas que também significa na produção de sentidos. Desse modo, a autora define ideologia como “efeito da relação necessária do sujeito com a língua e a língua com a história (2003, p.48)”.

O homem enquanto sujeito é constituído simbolicamente. Por simbólico entende-se a língua e a história. São dois elementos aos quais o sujeito está “assujeitado” (FOUCAULT *apud* ORLANDI), pois ele depende da língua e da história para produzir sentidos e produzir a si mesmo no contexto social²⁹ ou ainda: o sujeito é interpelado pela história e pela língua. Sem língua e história, ele não disporá dos elementos essenciais para a sua constituição. Foucault explica que o conceito de sujeito discursivo trata de uma posição e não uma forma de subjetividade. Posição no sentido de ser o lugar ocupado pelo indivíduo para se tornar o sujeito do que diz. Essa posição a qual Foucault se refere pode ser interligada com a denominação de papéis sociais, já vistos neste trabalho. O sujeito pode falar a partir de diversos papéis sociais (pai, professor, amigo, marido etc), onde cada papel/posição exige determinada postura que será expressa através do discurso. O papel/posição é legitimado por determinado discurso: pela forma como ele é dito, como significa e em que contexto é dito.

Quando falo a partir da posição de mãe, por exemplo, o que digo deriva seu sentido em relação à formação discursiva em que estou inscrevendo minhas palavras, de modo equivalente a outras falas que também o fazem dessa posição. quando, ao abrir a porta para um filho altas horas da madrugada, a mãe fala “isso são horas?” ela está na posição-mãe, falando como as mães falam (ORLANDI, 2003, p. 49).

Isto traz para a discussão o caráter histórico do dizer. O mecanismo do esquecimento faz o sujeito crer que o dizer que ele produziu é genuinamente seu – até o é, se se pensar o modo como foi construído ou articulado aquele discurso -, mas as ideias por traz dele mostram que o dizer dele é, na verdade, um apanhado de outros dizeres, localizados

²⁹ O próprio ato comunicativo aponta para essa constituição do eu/identidade a partir do discurso. Como visto na introdução deste trabalho, o homem criou elementos ao longo da história para se comunicar com o outro. Códigos, desenhos, o alfabeto, a língua. A partir desses códigos linguísticos, ele se constitui, se percebe e se traduz enquanto sujeito e essa tradução se materializa pelo discurso, pela comunicação com o outro.

historicamente em outros momentos. O papel do analista, então, é trazer esses dizeres à tona, por meio do interdiscurso, e ver de que forma eles significam no texto atual.

Um exemplo: o dizer “ame-o ou deixei-o” tem uma marcação histórica que mesmo sendo empregada em outro contexto, fazendo referência à outra situação, trará-implicitamente – a sua historicidade à tona. A frase em questão surgiu no período da ditadura militar na década de 60 do século passado, caracterizada pelo cerceamento da liberdade de expressão de veículos de comunicação, artistas e população civil. Em contrapartida, os militares propagavam o discurso ufanista “Brasil: ame-o ou deixei-o” para justificar as ações impositivas como forma de proteger o país dos comunistas. Existe um videodocumentário sobre *skateboard*, produzido em 2010, com o título “*Skateboard: ame-o ou deixei-o*” e conta um pouco sobre esse esporte alternativo, comum nos centros urbanos entre jovens de periferia. A ideia é divulgar e desmitificar alguns conceitos que se tem do esporte, mas o uso da frase “ame-o ou deixei-o” faz lembrar o período ditatorial, da ordem, da imposição, em que “amar” o Brasil era aceitar a condição de regime militar sem questionamentos. O que leva a pensar que “amar” o *skateboard* também parte dessa premissa: aceitá-lo como é, sem questionar. Pode-se inferir também que o vídeo é produto de um grupo que quer impor sua concepção do esporte; pode significar também que os praticantes tenham sofrido alguma discriminação de outros grupos e por isso sentiu a necessidade de produzir tal vídeo; pode ter sido motivado também pela pouca visibilidade que o esporte tem, se comparado a outras práticas esportivas. Ao mesmo tempo, pode soar agressivo e, de tal modo, perpetuar os mitos que existem sobre a conduta e postura dos praticantes do *skateboard*. São várias possibilidades de interpretação que se tem do vídeo a partir, apenas, do título dele. Através do interdiscurso, da memória histórica, resgatou-se o sentido original da expressão “ame-o ou deixei-o” e esta atribuiu-se diversos significados, a depender de como o sujeito interpreta a mensagem. “O sujeito determina o que diz, no entanto, é determinado pela exterioridade na sua relação com os sentidos (ORLANDI, 2003, p.50)”. Fatores externos influenciam a formação do sujeito discursivo, logo seu dizer estará imbricado destas influências, mesmo que conscientemente ele considere seu dizer genuíno. O exemplo acima evidencia a forma como os fatores externos – a carga simbólica da frase associada diretamente ao regime militar – interferem na produção de sentido.

4.4. Discurso e mudança social

A pesquisa de Pêcheux sobre discurso estaciona no caráter interpelativo do discurso. Como visto, o autor considera que todo sujeito é “assujeitado” ao discurso, resultando em reproduções discursivas com significados pré-determinados que não sofrem interferência do sujeito. Norman Fairclough (2001) parte da concepção de Foucault e propõe um estudo baseado na mudança social. Para ele, o discurso não atua apenas como formador de sentidos e de sujeito, mas também de transformação destes. O autor credita ao sujeito certa autonomia no processo de formação social, afirmando que o sujeito é agente no processo de construção do discurso, na medida em que seleciona, reúne e cria novos discursos a partir de anteriores, alterando as práticas discursivas e, por consequência, as práticas sociais.

Fairclough analisa o discurso de um ponto de vista social. Sua proposta é estudar o discurso enquanto elemento de mudança social em sua relação com o sujeito. Ele pontua que os discursos não refletem apenas as entidades e relações sociais, eles as constituem, sendo que diferentes discursos constroem diferentes entidades e “posicionam as pessoas de diversas maneiras como sujeitos sociais (2001, p.22)”. O autor, que tem uma linha de pensamento semelhante a já exposta aqui, vai além e busca perceber como diferentes discursos, demarcados historicamente, são combinados produzindo outros discursos, que sejam novos e complexos.

O discurso é constituído tridimensionalmente por partes que são indissociáveis e fundamentais no entendimento da construção discursiva. Tais dimensões compreendem o texto, a prática discursiva e a prática social. O texto seria o discurso em seu estágio embrionário, a língua. A prática discursiva compreende o processo de interação entre texto e discurso, a materialidade da língua. Já a prática social são os efeitos de sentido e efeitos sociais causados por essa materialidade. O autor ainda defende que os processos de globalização e mudança nos padrões sociais, relações de trabalho foram desencadeados pela mudança na prática discursiva. O discurso como prática social posiciona o sujeito dentro da sociedade em determinado lugar, logo, a mudança de seu discurso o reposiciona na esfera social.

Não se trata, porém, de mudança de papéis, passar do papel de aluno para o de professor, por exemplo. A questão é mudar o discurso dentro do próprio papel e essa mudança se dá pela historicidade. O papel da mulher na sociedade mudou historicamente, se antes sua função era cuidar da casa e dos filhos, hoje, vai além, e isso se deu pela mudança nas práticas

discursivas. Mudança esta impulsionada pela articulação dos discursos, formando, assim, outros mais complexos e contemporâneos. O autor discorre sobre o postulado de Pêcheux acerca da análise de discurso e pontua que ele propõe uma análise limitada ao trabalhar discurso como reprodução de dizeres, através dos mecanismos de esquecimento – o discurso, materialmente, se mostra na reprodução de outros dizeres. O que Fairclough defende é que para além de ser reproduzido na sociedade, o discurso tem o poder de transformá-la. Então, em sua proposta de analítica, ele associa estudos de linguagem com teorias sociais, ancorando-se em Michel Foucault.

Foucault é o nome responsável pela popularização da análise de discurso dentro das ciências sociais. No entanto, a análise que Foucault propôs é mais abstrata. Então, Fairclough busca operacionalizar a abordagem de Foucault de modo sistemático através do que ele chamou de análise de discurso textualmente orientada (ADTO). Para tanto, ele estabelece as principais diferenças entre a abordagem de Foucault e a ADTO.

Em primeiro lugar, Foucault estava preocupado, em algumas fases de seu trabalho, com um tipo de discurso bastante específico - o discurso das ciências humanas, como a medicina, a psiquiatria, a economia e a gramática. A ADTO, por outro lado, está preocupada, em princípio, com qualquer tipo de discurso - conversação, discurso de sala de aula, discurso da mídia, e assim por diante. Em segundo lugar, como já indiquei, enquanto a análise de textos de linguagem falada ou escrita é a parte central da ADTO, ela não é uma parte da análise de discurso de Foucault. Seu foco é sobre as 'condições de possibilidade' do discurso (Robin, 1976:83), sobre as 'regras de formação', que definem possíveis 'objetos', 'modalidades enunciativas', 'sujeitos', 'conceitos' e 'estratégias' de um tipo particular de discurso (FAIRCLOGH, 2001, p. 63)

Embora o autor aponte divergências entre seu método e a abordagem de Foucault, ele extrai do autor francês algumas perspectivas de discurso para serem inseridas em sua ADTO. Ele parte do método arqueológico e mostra como o status de discurso muda ao longo dos estudos de Foucault. Do método arqueológico ele incorpora duas contribuições teóricas. A primeira é a abordagem constitutiva do sujeito em que o discurso é responsável pela constituição do sujeito, do conhecimento, das formas sociais do 'eu', das relações sociais e das estruturas conceituais. A segunda abordagem foucaultiana diz respeito à intertextualidade dos discursos, onde um remete a outro, contemporâneo ou anterior. Tais discursos são interdependentes e se transformam. Aqui, abre-se um parêntese para pensar na noção de interdiscurso postulada por Pêcheux que também parte do princípio de interdependência entre dizeres, a diferença é que Pêcheux não defende uma transformação do discurso, para ele há a repetição dos discursos que podem ter efeitos diferentes de acordo com as formações discursivas vigentes.

Fairclough esmiúça o método arqueológico de Foucault em todas as suas características, pontuando como o autor francês concebia objeto do discurso, formação discursiva, a formação de estratégias, modalidades discursivas, entre outras. O objetivo dessa abordagem do método arqueológico consiste em mostrar a estrutura da construção discursiva proposta por Foucault. Nessa fase o discurso era o centro da formação social do sujeito, das relações, dos objetos. Fairclough utiliza boa parte do arsenal arqueológico, adaptando-o a sua ADTO. A adaptação se dá apenas no campo de abordagem. Enquanto Foucault detinha seus estudos ao campo do conhecimento, ao discurso científico, Fairclough o estende ao cotidiano, a todo tipo de discurso. Já na fase genealógica, Foucault secundariza o papel do discurso e enaltece a função do poder, no entanto, o discurso não se torna descartável. A partir do método genealógico, o autor aponta três concepções substanciais acerca da relação do discurso com o poder que lhe são úteis. São elas: a natureza discursiva do poder; a natureza política do discurso; a natureza discursiva da mudança social (p. 82). Com base nos métodos arqueológico e genealógico de Foucault, Fairclough apresenta a teoria social do discurso. O objetivo dessa teoria é elaborar uma análise discursiva pautada tanto na linguística como no pensamento social para compreender a mudança do discurso em sua relação à mudança social e cultural (2001, p.89).

Ao propor sua teoria social do discurso, Fairclough parte de Saussure para quem a língua deve ser estudada em seu próprio sistema e não em seu uso, destacando as críticas dos sociolinguistas em relação a essa concepção saussureana. Para os sociolinguistas, a língua deve ser vista por seu uso, pois ela é modelada socialmente e não individualmente. Fairclough, no entanto, desconsidera as duas concepções e parte do conceito de linguagem do ponto de vista social, como forma de prática social, onde seu uso não é individual nem puro reflexo de variáveis situacionais. Assim, o discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social. Para o autor, o discurso precisa ser visto como uma ação, uma prática que modifica o mundo e altera os outros indivíduos nele. Sendo uma forma de prática social, o discurso representa e significa o mundo já que é socialmente constitutivo.

O autor, então, aponta os efeitos construtivos do discurso, que para ele são três: o discurso contribui para construção de identidades sociais, assim como para a construção de relações sociais entre as pessoas e para a construção de sistemas de conhecimentos e crenças. Tais efeitos correspondem a três funções da linguagem e a dimensões de sentidos que o autor denomina de linguagem identitária, relacional e ideacional, assim interligadas:

A função identitária relaciona-se aos modos pelos quais as identidades sociais são estabelecidas no discurso, a função relacional a como as relações sociais entre os participantes do discurso são representadas e negociadas, a função ideacional aos modos pelos quais os textos significam o mundo e seus processos, entidades e relações (2001, p. 92).

Fairclough ainda atribui à prática discursiva um caráter tanto convencional quanto criativo, entendendo por criativo a transformação da sociedade e convencional como reprodução desta. Orlandi (2003) também envereda por uma classificação semelhante do discurso, onde ela aponta dois aspectos: o da produtividade e o da criatividade, sendo o primeiro uma criação discursiva a partir de dizeres estabelecidos historicamente, enquanto que o segundo – a criatividade – “implica na ruptura do processo de produção da linguagem, pelo deslocamento das regras, fazendo intervir o diferente, produzindo movimentos que afetam os sujeitos e os sentidos na sua relação com a história e com a língua. Irrompem assim sentidos diferentes (p.37)”.

Nota-se, deste modo, que tanto a concepção de Fairclough quanto a de Orlandi se complementam em determinados momentos, ainda que cada um baseie seus estudos em diferentes autores. O que faz compreender que existe uma base que sustenta a análise de discurso e que esta é igual para algumas vertentes teóricas sobre o assunto. O que muda é o modo como se aplica e se interpreta esta base teórica. Vale destacar que Fairclough trabalha estas três facetas do discurso, propondo uma relação dialética, onde o discurso constitui e é constituído pela realidade. Para ele, a análise do discurso francesa é incompleta por só considerar o eixo em que o discurso constitui a realidade, o sentido e o sujeito, anulando a possibilidade de o discurso ser influenciado por esses fatores também, sendo passível de transformação.

Com sua proposta de base tridimensional do discurso, Fairclough entende que qualquer dizer é concomitantemente texto, prática discursiva e prática social, sendo que cada aspecto deste está associado a uma modalidade analítica. O caráter textual do discurso é analisado com base na linguística, a prática social está associada à macrosociologia que analisa em relação às estruturas sociais e, por fim, a prática discursiva está associada à microsociologia que busca entender como as pessoas assimilam e traduzem seu ‘mundo’. O módulo que concentra a análise do texto, ele chama de descritivo, enquanto que as práticas social e discursiva são analisadas de modo interpretativo.

Na modalidade descritiva do texto, o autor elenca alguns itens de análise como vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual, em que pesam a força dos enunciados, a

coerência dos textos e a intertextualidade deles como aspectos a serem identificados na análise textual. O vocabulário aborda palavras individuais e a gramática trata das palavras organizadas por meio de frases. O item coesão cuida das conexões entre as frases através das referências, sinônimos, mesmo campo semântico, etc. Já a estrutura textual lida com as propriedades organizacionais, correspondendo a uma perspectiva macro de como os elementos do texto são organizados.

A dimensão da prática discursiva compreende os processos de produção, distribuição e consumo do texto, processos estes ligados a meios econômicos, políticos e institucionais. A natureza da prática discursiva depende do tipo de discurso que é produzido de acordo com aspectos sociais e simbólicos no qual o sujeito está imerso. A produção acontece de forma específica e inconsciente por um sujeito influenciado pelo contexto social, aspectos simbólicos e estruturas sociais já estabelecidas com aspectos políticos e ideológicos. A interpretação do discurso também dependerá do universo de práticas sociais no qual o sujeito interlocutor está imerso. Logo, produção e interpretação do texto dependem da identificação do contexto social em que foram produzidos para que sejam elencados os sentidos ali presentificados. A prática discursiva atua como mediadora entre a prática social e o texto. Nela também são analisadas as categorias *força*, *intertextualidade* e *coerência*, em que a força dos enunciados trata dos tipos de atos de fala realizados; a coerência aborda as conexões e a interferência de pressupostos ideológicos; por fim, a intertextualidade diz respeito a relação do texto com outros.

A terceira dimensão do discurso, a prática social, está circunscrita na reprodução e transformação das práticas sociais pela linguagem, atribuindo a esta concepção a relação entre poder e ideologia. Esta dimensão relaciona-se com os aspectos ideológicos e hegemônicos presentes no discurso. Busca-se ver os efeitos ideológicos no texto através do sentido das palavras, as metáforas, os estilos de escrita, assim como as determinações de ordem econômica, política e cultural que agem dentro do texto como ponto de luta hegemônica para articular ou desarticular determinados ideais.

Na figura abaixo é representado o modelo tridimensional do discurso proposto por Fairclough.



Figura 1. Modelo do discurso tridimensional de Fairclough

As práticas discursivas obedecem a ordens de discurso estabelecidas historicamente. No entanto, ocorrem rupturas com a ordem do discurso que partem de problematizações sobre as convenções discursivas, sobre o que está dito para os produtores e interlocutores do processo discursivo. O autor usa como exemplo a questão das relações de gênero, em que a sociedade moderna traz à tona problemáticas que passam a ser questionadas em suas posições hegemônicas. Mulheres foram tradicionalmente inseridas no papel doméstico. A evolução social e as crises econômicas fizeram com que a mulher reclamasse pelo direito ao trabalho fora de casa, pela valorização da sua mão de obra etc. A “mudança envolve formas de transgressão, o cruzamento de fronteiras, tais como a reunião de convenções existentes em novas combinações, ou a sua exploração em situações que geralmente as proíbem (FAIRCLOGH, 2001, p.127)”.

No âmbito da dimensão textual do discurso, Fairclough considera como mudança discursiva quando o sujeito mistura estilos de escrita em seu texto, usando referências diferentes dentro da sua construção que deveria atender a certo modelo textual. Quando o sujeito rompe com esse modelo e passa a utilizar o novo que é composto por diversos outros modelos, e essa prática se torna recorrente, então, o sujeito lança um novo padrão hegemônico de escrita, ao passo que o estilo novo é naturalizado e não é mais visto com estranheza pelo leitor. A *web*, por exemplo, suscitou novas práticas de escrita exclusivas do ambiente *online*, uma delas é que já se convencionou chamar de escrita hipertextual. Diante do caráter digital da Internet e por ser um banco de dados *on demand*³⁰, ela possibilitou a criação de um texto que pode ser conectado a outros. Na esfera do real, ele equivaleria ao que se chama de intertextualidade, conceito já visto aqui. A diferença no hipertexto é que em sua construção, ele faz referências a outros textos por meio de links e estes outros textos podem ser acessados (exibidos em outra página no *browser*³¹) no ato da leitura. Na intertextualidade, os outros

³⁰ No âmbito da Internet a expressão *on demand* significa estar disponível por demanda ou continuamente, ou seja, estará disponível na *web* por tempo indeterminado para ser acessado em qualquer horário.

³¹ *Browser* é o navegador que permite o acesso à Internet. Trata-se de um programa que possibilita que o usuário acesse conteúdos *online*. São exemplos de navegadores ou *browser*: *Internet Explorer*, *Mozilla Firefox* e *Google Chrome*.

textos são resgatados através da memória. Nos *blogs* que são aqui analisados também existe uma mudança discursiva do que se considera tradicionalmente como discurso jornalístico. O meio – *blog* – possibilita aos autores uma escrita menos formal, sem atender necessariamente ao *lead*³² da notícia, não precisa ser escrito em forma de matéria que será publicada em um impresso. Tal prática também já foi naturalizada e a ela se deu o nome de *webjornalismo*, hoje considerado um gênero jornalístico.

As mudanças discursivas acarretam alterações na ordem dos discursos uma vez que desarticulam a ordem tradicional, instituindo outra, sendo que tais mudanças estruturais do discurso podem apenas afetar a ordem do discurso local de uma instituição, ou podem transcender as instituições e afetar a ordem do discurso societária (*ibid*, p.128). Voltando ao exemplo da Internet, outra ruptura com a ordem do discurso no que se refere às regras de escrita são as abreviações de palavras que passaram a ser usadas constantemente em salas de bate-papo *online*, ou mesmo em sites e redes sociais virtuais. Expressões como “vc” (você), “tc” (teclar), “kd” (cadê), “v6” (vocês), “td” (tudo), “amg” (amigo), “tbm” (também), “mto” (muito), entre outras, foram naturalizadas entre os usuários dessas ferramentas virtuais e já são códigos reconhecidos coletivamente. Apesar de não ter sido instituída formalmente como nova ordem discursiva, o dia a dia na *web* tratou de estabelecer esta tendência de abreviação das palavras na sociedade atual, principalmente entre os jovens que estão imersos nessa nova realidade em que a *web* faz parte de seu cotidiano, e é, para alguns, um importante veículo de manutenção das relações sociais.

Em resumo, as concepções francesa e inglesa estudadas separadamente, em outros trabalhos, são aqui reunidas, pois partem do mesmo ponto e seguem pelo mesmo direcionamento teórico, até que o postulado de Pêcheux estaciona e o de Fairclough faz alguns desdobramentos sobre o papel social do discurso. Ambos focam seus estudos no discurso, enquanto Pêcheux considera o discurso como formador do sujeito, Fairclough mostra que há uma troca constitutiva entre ordem do discurso e prática discursiva.

O papel do sujeito equivale a um perfil não “assujeitado” completamente, mas um sujeito que ao mesmo tempo em que é constituído pelas práticas discursivas, também as constitui ao reelaborá-las. O que difere o estudo inglês do francês é a concepção de mudança discursiva que se origina do conflito entre a ordem do discurso e o evento discursivo. A

³² *Lead* é uma expressão inglesa que significa guia ou caminho a ser seguido. No jornalismo, o lead da notícia determina o que deve ser respondido na produção da matéria. as seis perguntas do lead as quais toda matéria deve responder são: "O quê?", "Quem?", "Quando?", "Onde?", "Como?", e "Por quê?" em relação ao fato jornalístico que está sendo relatado.

mudança no eixo do evento discursivo entra em choque com a ordem do discurso e rearticula os sentidos produzidos pelo dizer.

4.5. Conexões: análise de discurso e produção da identidade territorial.

Foi visto que discurso é o meio pelo qual o sentido é produzido. O discurso é a linguagem em movimento. Ao produzir discurso o sujeito produz sentidos e produz a si mesmo enquanto sujeito social. Tal produção está envolvida em uma série de fatores que a influenciam. Fatores de ordem psicológica, ideológica, histórica e cultural.

Propõe-se aqui levantar alguns pontos em comum das duas vertentes apresentadas para que sejam elaboradas as categorias de análise a serem usadas nesta pesquisa. Pode-se dizer que há mais convergência que divergências entre as duas correntes, embora o ponto de discordância toque em um dos principais elementos de construção do discurso.

Ambas as correntes mostram-se como entremeio entre a Linguística, o Materialismo e a Psicanálise. Partem destes campos teóricos e tentam superá-los, reunindo-os por meio da análise de discurso. Também é unanimidade para as escolas que a linguagem não é um processo transparente, como afirma a Linguística, evidenciando que existem fatores externos e implícitos que atuam na formação daquele dizer. Ambas as escolas, então, buscam revelar que fatores são esses, como eles se caracterizam e de que modo estão presentes no discurso. Para isso, as correntes elencam pontos (condições de produção, relações de força e poder, interdiscurso, formação discursiva etc.) que devem ser observados pelo analista ao realizar seu trabalho.

O ponto de divergência entre as escolas está em como a corrente francesa e a corrente inglesa percebem a participação da ideologia na construção do discurso. Enquanto a AD francesa destaca o assujeitamento em relação à ideologia, em que o sujeito reproduz inconscientemente a ideologia em seu dizer, por meio das formações discursivas, a AD inglesa considera que existem sistemas hegemônicos ideológicos passíveis de mudança e substituição. Não há predominância ideológica imutável, inalterável. O sujeito, neste caso, é também agente do discurso, e não mero reproduzidor, sendo o dizer resultado da negociação que ele faz do consciente com o exterior. O sujeito é influenciado, mas também influencia as estruturas sociais as quais é submetido. Noção com a qual compartilhamos.

A partir dessa premissa, tomamos o território simbólico-cultural do sujeito como uma das estruturas sociais que o constroem e, portanto, constroem seu discurso, nessa relação

de troca descrita por Fairclough. Buscamos ver como a estrutura social é materializada e sob que perspectiva. Acredita-se que haja certa autonomia do sujeito ao processar as informações e externá-las. Então, além de identificar se o território é presentificado no dizer, quer-se, sobretudo saber, de que modo ele é presentificado, sob qual ponto de vista, ideologia ou discurso hegemônico aquela imagem do território está sendo construída. No quesito identidade, tenta-se compreender como o sujeito se relaciona com o local, com o intuito de perceber qual a visão dele sobre o local que habita e como ele se vê inserido nesse local, que posicionamento ele assume em relação ao território.

Concorda-se com Fairclough sobre as identidades serem caracterizadas como posições internalizadas. Posições estas que requerem determinados dizeres, determinadas ações que as legitimam. Resgatando Castells que pensa identidade como internalização de valores simbólicos, pode-se inferir que tais valores simbólicos sejam a língua e a história, apreendidos desde os primeiros anos do sujeito e que vão sendo internalizadas e modificadas ao longo de sua existência. Esta internalização naturaliza tais valores e eles são reproduzidos de diversos modos a depender dos papéis sociais, ou posições, que o sujeito ocupa. No contexto do *blog*, ver-se-á, então, a relação entre o dizer e a exterioridade, percebendo que efeitos de sentido eles produzem acerca do território.

Desse modo, os pontos que serão analisados nos textos para entender a relação do sujeito e seu território são: o **objeto do discurso** que compreenderá o tema sobre o qual o texto discorre e de como o texto o aborda; as **condições de produção** que dizem respeito ao contexto que suscitou aquele dizer; o **interdiscurso** que mostrará quais outros dizeres são presentificados no texto; a **posição do sujeito** para identificar o lugar de fala dele em relação ao objeto; e, por fim, as **formações discursivas**, nos quesitos ideologia e imaginário, para perceber a quem o sujeito dirige seu texto e sob quais determinações ideológicas. Estes fatores agirão como marcações discursivas que nos darão base para compreender o funcionamento do discurso, o modo como ele foi construído para significar aquilo que o sujeito/autor quer que ele signifique.

Estas categorias vão revelar os aspectos tridimensionais do discurso. A dimensão textual poderá ser vista na categoria *objeto do discurso*, onde serão analisados os aspectos linguísticos (coerência, arsenal léxico, estrutura social) utilizados para falar daquele objeto. A dimensão da prática discursiva poderá ser extraída das categorias *condições de produção*, *posição do sujeito* e *interdiscurso* para perceber de onde o sujeito fala, por que ele fala, quais outros dizeres estão envolvidos em sua fala. Ao resolver essas questões, ter-se-á subsídios

para revelar a terceira dimensão do discurso, a da prática social. Como visto em Fairclough, essa dimensão diz respeito ao aspecto mais amplo de constituição do dizer e diz respeito à interação das estruturas sociais com a formação ideológica do sujeito, percebendo como um influencia o outro. Este ponto será circunscrito através da categoria das *formações discursivas* para perceber como a ideologia é presentificada no texto e quais trocas há entre a ação consciente do sujeito (ao produzir o texto) e as estruturas sociais.

Fairclough apontou também três funções da linguagem que são resultados da interação entre linguagem e sociedade. Para estudar sistemas da linguagem na perspectiva dos papéis sociais, ele usa as funções: identitária (identidades reveladas no discurso), relacional (relações sociais representadas no discurso) e ideacional (modos de significar o mundo). Os três serão verificados, mas dar-se-á ênfase ao aspecto identitário da linguagem.

Dentro da função identitária ou identificacional, por sua vez, serão vistos aspectos de subjetividade e identidade social, percebendo a relação deles no discurso. O aspecto subjetivo corresponde à dimensão particular do EU, já a identidade social (também pode ser entendida como identidade cultural) compreende o pertencimento a determinado local ou grupo, referindo-se a identidades de gênero, de profissão e de território. Por meio da categoria *posição do sujeito* essa função poderá ser revelada.

Ainda na perspectiva da função identitária do sujeito no discurso, Fairclough propõe algumas categorias de análise, das quais interessará aqui a que ele chama de *modalidade*. A modalidade pode ser subjetiva, em que o sujeito faz uso de termos na primeira pessoa ou objetiva quando se fala na terceira pessoa. Também pode ser de afirmação ou negação de uma sentença em relação ao objeto do discurso. A modalidade mostrará por meio de diversos fatores o grau de afinidade do sujeito com o objeto discursivo.

Esclarecendo o processo analítico a ser utilizado, chega-se a análise em si das produções textuais publicadas nos *blogs* Zema Ribeiro e Luís Cardoso. O *corpus* do trabalho foi delimitado do seguinte modo: foram selecionados seis textos de cada *blog*. Os do Zema são referentes aos meses de janeiro a junho; os de Luís Cardoso, de março a agosto. Os meses janeiro e fevereiro foram descartados no *blog* do Luís Cardoso, pois, em decorrência da troca de servidor, alguns arquivos desses meses foram apagados.

Assim, os textos do *blog* Zema Ribeiro são:

- “Pra não dizer que não falei de big brother”, publicado em 25/01/12;
- “Nagô”, publicado em 02/02/12;

- “Cinema grátis e de qualidade”, publicado em 30/03/12;
- “Pequena amostra do jornalismo Décio Sá”, publicado em 26/04/12;
- “Papoético premiará hoje vencedores de seu I Festival de Poesia”, publicado em 31/05/12;
- “Nossa miséria cultural (ou: acorda, serpente!)”, publicado em 09/06/12.

Já os seis textos do *blog* Luís Cardoso são os seguintes:

- “Hospital de Bacabal é um caminho para a morte”, publicado em 31/03/12;
- “Assim que a OAB reage à morte de um jornalista”, publicado em 26/04/12;
- “Grupo político racha em Balsas”, publicado em 27/05/12;
- “Só no Maranhão: cinco cidades têm mais eleitores do que população”, publicado em 22/06/12.
- “Bagunça na via Expressa: carro de deputado foi rebocado”, publicado em 25/07/2012.
- “Vice-governador quer fechar o blog”, publicado em 29/08/2012.

No capítulo seguinte, será feita uma descrição dos espaços e seus autores para que se possa analisar cada texto com base nas categorias anteriormente elencadas.

5. TERRITORIALIDADE NOS *BLOGS*: analisando o objeto

O objetivo deste capítulo é analisar os textos escolhidos dos *blogs* Zema Ribeiro e Luís Cardoso e lançar algumas interpretações sobre como eles representam suas identidades territoriais. Vimos que o ciberespaço é um ambiente diferente dos convencionais (escola, trabalho, casa) por não ter fronteiras físicas e não impor ao sujeito papéis predeterminados. Na escola existem os papéis do professor, do aluno, do diretor. Em casa, o papel dos pais, dos filhos etc. Na internet, as pessoas escolhem o papel a ser representado, vivenciado, que pode ser tanto a reprodução de um dos papéis que o sujeito vivencia na experiência *offline*, quanto pode ser uma mistura de diversos papéis. O sujeito tem certa autonomia (De Certeau; Castells) para escolher que papel exercer na esfera *online*.

Desse modo, esta pesquisa abarca também a representação do “eu” no espaço virtual, especificamente, buscamos perceber como o sujeito se localiza no território que descreve no *blog*. Ao utilizar a análise de discurso, veremos quais fatores influenciam a formação daquele dizer e, por consequência, que sentidos ele produz em relação ao sujeito e ao lugar onde vive. Também será visto, a partir da posição que o sujeito ocupa, quais são as trocas simbólicas que há entre ele e sua estrutura social (ou contexto social). De que modo eles alteram essa realidade ou contribuem para alterá-la.

Esta é uma pesquisa interpretativa, com base no método da análise de discursos, o *corpus* a ser analisado é composto por seis textos distintos de cada *blog* publicados em 2012. Não houve necessidade de pedir autorização dos autores para uso de seu material, já que estão disponíveis *online* em “veículos alternativos e independentes” de comunicação. Não há restrições em nenhum dos espaços para que se acesse o conteúdo destes ou tecer algum comentário sobre. Portanto, não foi necessário solicitar autorização para fazer uso do conteúdo dos *blogs*. A única recomendação feita por eles é que se dê os devidos créditos pela reprodução de seus textos, o que, no caso, da pesquisa acadêmica, é regra e não opção. Portanto, não haverá problemas quanto a isso.

O critério de seleção foi escolher um texto por mês³³, de acordo com a relevância da pauta, independente de ter ou não grande participação de internautas (por meio de comentários), esta relevância se baseou no que foi pauta também em outros meios de

³³ Foram escolhidos textos do *blog* Zema Ribeiro nos meses de janeiro a junho e no de Luís Cardoso, de março a agosto. Não selecionamos textos de janeiro e fevereiro no *blog* Luís Cardoso, pois o banco de arquivos neste período foi corrompido pela mudança de servidor, o que impossibilitou a visualização de todos os arquivos dos referidos meses.

comunicação ou em outros espaços na Internet. Atualmente os dois *blogs* têm perfis nas redes sociais *Twitter* e *Facebook* em que se divulga o que foi publicado nos *blogs*, logo alguns textos que não têm tantos comentários no *blog* são compartilhados e comentados nas redes sociais. Nesta pesquisa, o fator alcance não será considerado relevante para os dados interpretativos, mas foi levado em conta na seleção do *corpus* da pesquisa.

A sistemática de abordagem dos textos será desenvolvida do seguinte modo: a partir das categorias de análise elencadas no capítulo anterior, buscaremos ver nos textos como os blogueiros jornalistas representam seu território em seus espaços *online*. Desse modo, identificaremos marcadores textuais que não só nos indiquem a territorialidade, mas que nos mostrem de que modo ela é representada, por qual viés e como o blogueiro se posiciona em relação ao território ou a perspectiva de território que ele apresenta. Veremos qual das categorias acima elencadas predomina em cada texto e o que motiva essa predominância, indo além do que está escrito, percebendo o contexto em que aquele texto foi produzido para fazer conexões entre o que está sendo dito *online* (nos *blogs*) e a realidade *offline*.

5.1. Blog Zema Ribeiro

O jornalista José Maria Ribeiro Junior, ou Zema Ribeiro como escolheu para nome profissional, exerce a profissão de jornalista há doze anos, embora ainda não tenha concluído o curso. Começou a escrever artigos para jornais a pedidos de amigos, sobre *shows*, lançamentos de livros, discos etc. Ele já foi colaborador de alguns jornais locais e hoje escreve para o jornal impresso *Vias de Fato*, é assessor de comunicação da Cáritas Brasileira Regional Maranhão, órgão para o qual também criou e mantém um *blog*.

Zema decidiu ter seu primeiro *blog* pessoal em 2004, com o nome *Shopping Brazil* – www.shoppingbrazil.blogspot.com na plataforma gratuita *blogspot*. A referência do primeiro nome é ao disco do cantor e compositor maranhense César Teixeira, para quem Zema também presta serviços de assessoria e produção de *shows*. De lá pra cá, mudou o nome e o endereço três vezes até chegar ao atual – www.zemaribeiro.com – agora na plataforma *wordpress* com domínio pago.

Segundo o blogueiro, o que o motivou a criar um espaço seu na Internet foi a possibilidade de escrever sem cerceamento de editores ou departamentos comerciais. “No

blogue³⁴ eu sou um pouco de tudo, redator, editor, revisor. É um prolongamento de minha atividade jornalística, se confundindo com ela, mas indo além”, disse o jornalista/blogueiro em entrevista por *e-mail*, realizada dia 29 de maio de 2012 para esta pesquisa.

A descrição que o blogueiro faz de si no espaço é de “homem de vícios antigos, ainda compra livros, discos e jornais”, talvez querendo enfatizar um posicionamento em relação à atual cultura do *download*³⁵ proporcionada pelo sistema de compartilhamento de dados da Internet. De outro lado, também revela seu interesse por produtos culturais o que, de certo modo, caracteriza a linha editorial de seu *blog*.



Figura 2. Banner do *blog* Zema Ribeiro

A foto em destaque, que fica fixa no topo da página do *blog*, é de autoria do fotógrafo e cineasta maranhense Murilo Santos. A foto é da década de setenta, do século passado, e registra ensaio da peça “Maré/Memória” montada e encenada pelo grupo Laborarte – Laboratório de Expressões Artísticas do Maranhão – do qual fizeram parte vários nomes da cultura popular local. O topo do *blog* com a descrição e a fotografia já pressupõem que seu conteúdo dá ênfase à identidade cultural e territorial do blogueiro.

Zema Ribeiro afirma que seu *blog* se inscreve no gênero “jornalismo cultural” e que a opção por esse segmento se dá por seu gosto e afinidade com o tema. O conteúdo é tanto autoral quanto reprodução do que é exposto em *sites* e outros portais *online*, além de *releases*

³⁴ Versão de escrita “aportuguesada” que o blogueiro utiliza. Optou-se aqui por manter o modo de escrita do jornalista, por configurar também uma característica do perfil que ele quer representar.

³⁵ A cultura do *download* na Internet foi inaugurada em 1999, ficando popular com o *site Napster*. Através do sistema *P2P* (*peer to peer* que em tradução livre significa par a par), descentralizava a função de servidor na *web*, permitindo que cada usuário seja servidor e cliente. Foi o próprio *Napster* que protagonizou a maior briga entre indústria fonográfica e as redes de compartilhamento. O argumento utilizado até hoje por alguns artistas é que o *download* gratuito não gera lucro e não compensa o investimento que se fez na produção dos discos, por exemplo. Atualmente, o compartilhamento de dados se tornou uma via de mão dupla e divide opiniões, enquanto os artistas que se consagraram no auge da indústria fonográfica com vendas de CDs e outros produtos consideram o *download* ilegal e prejudicial a eles, artistas independentes veem na Internet uma forma de divulgar seu trabalho sem grandes custos, sem precisar do intermediário de gravadora.

que recebe no *e-mail*. Ele também costuma reproduzir alguns textos que escreve para o jornal local *Vias de Fato*. Por isso, o espaço do jornalista na *web* foi classificado no primeiro capítulo como um *blog* do tipo individual/misto. Já que é atualizado e administrado por uma pessoa e tem várias fontes de produção, o misto aqui não diz respeito ao tema das publicações, mas à origem destas.

Ele esclarece o motivo das opções temáticas que faz no *blog*.

Meu objetivo é justamente falar sobre o que ninguém, ou quase ninguém, fala, muito movido por gostos pessoais: aquele livro que eu li e me arrebatou, aquele disco que ouvi e me conquistou, porque escrever sobre arte tem que ser isso, né? Não dá para ligar o mecânico, o automático e dizer isso ou aquilo sem sentir a coisa plenamente. É até uma opção que faço, do ponto de vista crítico, escrever sobre o que gosto. Há quem me critique por isso: mas tanta gente já fala bem do que eualaria mal que seria perda de tempo ficar falando mal do que não gosto (e é muita coisa, risos). Nesse aspecto, acho que o *blogue* tem cumprido o papel de abrir os olhos (e ouvidos e outros sentidos) de quem o lê para coisas que a grande mídia não mostra. (ZEMA RIBEIRO, entrevista por *e-mail* realizada dia 29 de maio de 2012)

Há outra descrição do jornalista presente na coluna direita do *blog*, voltada para os serviços que ele presta, com a seguinte frase: “escreve acá, costura e revisa pra fora, sob encomenda”, seguida do contato de *e-mail*. Na segunda coluna à direita, ele dispõe as opções de atualizações do *blog* em outras plataformas: assinatura por *e-mail*, acompanhar o perfil no *Twitter* ou curtir sua página no *Facebook*. Para as redes sociais, ele instalou *gadgets*³⁶ que dão acesso direto a seus perfis.

A conexão com outros espaços na *web* também fica visível no rodapé de cada publicação, em que ele disponibiliza botões de compartilhamento. Entres os botões, notam-se diversas opções de compartilhamento por impressão do texto, envio por *e-mail* ou por redes sociais. O número que aparece ao lado de cada botão indica quantas vezes a publicação foi compartilhada. Segundo ilustração na Figura 3, no *Facebook*, o texto foi compartilhado 8 vezes, já no *Twitter e Google Plus*, apenas 1.



Figura 3. Rodapé com *hiperlinks* para redes sociais.

³⁶ *Gadgets* são *softwares* que podem ser instalados dentro de *sites e blogs* com funções específicas, geralmente são ligados a aplicativos dentro do próprio *blog* ou *site* ou servem de conexão com outros espaços, no caso perfis em redes sociais.

O espaço para comentários dentro do *blog* também fica disponível para quem quiser concordar, discordar ou fazer qualquer observação sobre o texto. Segundo o contador do *zemaribeiro.com*, o espaço já obteve mais de 65 mil visualizações. As palavras-chave que mais utilizadas no *blog* (até a presente data 14/10/2012) são: *música*, com 125 marcações; *maranhão*, com 115; *são luís*, com 90; e *shows*, com 84 marcações. As palavras-chave são determinadas em cada texto como eixo do que está sendo discutido na publicação. O *zemaribeiro.com* não é atualizado diariamente, mas tem um bom número de atualizações mensais, mantendo a média de 20 a 40 postagens por mês. Recentemente, por ocasião do pleito eleitoral para prefeitura municipal de São Luís, Zema declarou seu apoio ao candidato do PSOL, demarcando sua preferência na política local.

5.2. *Blog* Luís Cardoso

Segundo informações obtidas no campo ‘autor’ do próprio *blog*, Luís Cardoso é jornalista e radialista. Iniciou sua carreira na década de oitenta, do século passado, no jornal *O Diário do Povo*. Passou também pela Rádio Ribamar, em seguida foi para a TV Ribamar, jornal *O Estado do Maranhão*, *Jornal Pequeno* e jornal *O Povo do Maranhão*. Apresentou também o programa *Capital político* na Rádio Capital, foi sócio-proprietário dos jornais *Diário da Manhã* e *O Debate*, além da revista *Atos e Fatos* que hoje se tornou jornal impresso. Atualmente, o jornalista dedica-se exclusivamente ao *blog* *luiscardoso.com* que segundo ele, “é hoje o mais acessado do Maranhão” (em www.luiscardoso.com/autor).

O *blog* iniciou suas atividades em 2007 e a criação do espaço foi “a pedidos” de outras pessoas, como explica o blogueiro no texto inaugural do espaço.

Início hoje, atendendo a diversos pedidos, o meu *blog*. Com 28 anos de jornalismo, por acaso na cobertura política, confesso que ainda sou aprendiz. E quem não é? A história se repete, mas os detalhes, as formas, os atos, os fatos, os “jeitinhos”, ainda surpreendem. Por isso, espero contar com a compreensão dos novos e, sobretudo, dos velhos leitores (LUIS CARDOSO, em 03/10/2007, *online*).

O *blog* está hospedado em domínio pago e também realiza conexões com outros espaços da Internet. Possui perfis no *Twitter* e *Facebook*, além de conta oficial no MSN (ferramenta de conversação *online*). No *Facebook* sua página possui mais de 7 mil fãs e no *Twitter* mais de 2 mil seguidores.

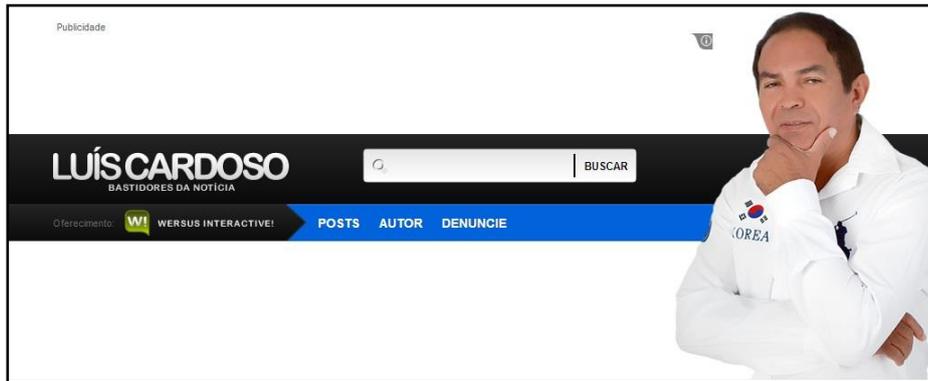


Figura 4. Banner do *blog* Luís Cardoso

O topo da página é dividido entre uma imagem do blogueiro em plano médio, um espaço para publicidade, campo de busca, título do *blog* com pequena descrição e três abas: *posts* – que lista os textos em ordem do mais recente ao mais antigo; *autor* – com perfil do blogueiro; e, *denuncie* – aba para o leitor fazer denúncia, reclamação ou sugestão de pauta. O subtítulo, *bastidores da notícia*, sugere que o espaço publica o que está “por trás” da notícia, aquilo que não é veiculado na mídia tradicional. A maior parte de suas pautas é sobre política local, havendo textos autorais e reproduções de outros *blogs* e *sites*. Ele publica diversos textos por dia, cuja produção alcança mais de 100 publicações por mês.

Nota-se que o blogueiro convida os leitores para seus perfis nas redes sociais de vários modos: em uma coluna do lado direito, através de *gadgets* e nas publicações. Abaixo do título, ele dispõe os ícones do *Twitter*, *Facebook* e *Google Plus*, além do botão para comentários e no rodapé da publicação, ele reforça o convite ao leitor para acompanhar o *blog* nas redes sociais. A figura abaixo mostra que em um texto sobre política do 13.10.2012, ele obteve 3 comentários, 5 *tweets* e 16 *likes*³⁷.



Figura 5. Hiperlinks no *blog* Luís Cardoso.

³⁷ *Tweet* é o nome que se dá às publicações feitas no *Twitter*. *Like* é um botão do *Facebook* que sinaliza quando a pessoa curtiu aquele texto.

As categorias que Luís Cardoso usa para classificar as suas publicações quanto ao tema são: Brasil; Cidade (São Luís), Esportes, Judiciário, Maranhão, Mundo, Polícia e Política. As categorias com maior número de textos associados à sua classificação são Política e Maranhão, enfatizando, de antemão, que suas pautas dão preferência à localidade – ao estado em que o blogueiro reside. No final de setembro, o *blog* Luís Cardoso esteve fora do ar por conflito com um candidato a prefeito de São Luís. O candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) entrou com ação na justiça para que o *blog* fosse punido por não lhe conceder direito de resposta sobre texto em que era acusado de estelionato.

Não se realizou entrevista com Luís Cardoso, pois o jornalista não respondeu à pesquisa em nenhum dos meios pelos quais se tentou estabelecer contato, mas isto não interferiu nos resultados da pesquisa, visto que a entrevista contribuiria apenas para a descrição do perfil do blogueiro. Ao analisar os textos, foi possível fazer considerações sobre suas tomadas de posição, modos de representação de si e do território que interessam a este trabalho.

5.3. Análise discursiva do *blog* Zema Ribeiro

Segue abaixo análise dos seis textos extraídos do *blog* Zema Ribeiro referentes ao período de janeiro a junho. No caso de Zema Ribeiro, alguns de seus textos expostos no *blog* já haviam sido publicados no jornal *Vias de Fato*. Buscamos textos autorais onde o autor tenha externado sua opinião sobre determinado assunto para que fosse realizada análise discursiva em que pudessemos avaliar o modo de representação de si e do local em que vive o blogueiro.

5.3.1. “Pra não dizer que não falei de *big brother*”, publicado em 25/01/2012.

Este texto, de autoria do jornalista Zema Ribeiro, foi publicado originalmente no jornal *Vias de Fato* do mesmo mês, com o título *Circo dos horrores*. O autor começa a descrever uma cena cotidiana na cidade São Luís, sem nomear bairro ou avenida. Ele descreve um engarrafamento e o comportamento de motoristas e pedestres, enfatizando o cenário ao redor.

São Luís, capital do Maranhão. Local e data a escolha dos leitores e leitoras. Engarrafamento. **Um motorista joga uma embalagem plástica pela janela.** Em outro horário e local, **outro motorista para no meio da pista, mesmo havendo acostamento.** Pouco se importa com a fila de carros que se forma atrás de seu

veículo. Em frente a uma escola, **um grupo de crianças deseja atravessar a avenida**. Parecem contentes com o fim de mais um dia de aulas, o sol a pino, a fome ao voltarem para casa. Uma delas resolve pôr o pé na faixa, como a sinalizar aos motoristas o desejo de chegar ao outro lado da via. **Quase tem o pé esmagado por vários carros.** (*grifo nosso*).

[...]

Neste trecho, nota-se a descrição de atitudes de motoristas que o jornalista considera erradas. Ele apresenta dois sujeitos dos quais fala (motoristas e crianças), revelando a relação que há entre eles na situação trânsito/engarrafamento. O grifo da linha 1 mostra a localidade onde acontece o engarrafamento descrito, localizando o leitor geograficamente. Ao dizer que “local e data” ficam a escolha dos leitores, sugere que tais situações podem ser presenciadas em todos os pontos da cidade de São Luís. O uso do artigo indefinido “um” antecedendo o substantivo “motorista” não tem a intenção de esconder a identidade deste, mas, sim, de dizer que pode ser qualquer motorista: homem ou mulher. O grifo da linha 2 indica reprovação a uma atitude ecologicamente incorreta, embora o autor não faça uso de adjetivos que o classifiquem de tal modo, é o contexto geral desenhado pelo blogueiro que o caracteriza como manifesto de repúdio ou indignação e sinaliza para uma adjetivação implícita da atitude (jogar a embalagem pela janela) como incorreta, condenável. No terceiro grifo, temos a atitude de “outro motorista” que desperta a indignação do autor. O motorista para na pista, causando congestionamento no trânsito e ele “pouco se importa”. Crianças tentam atravessar a rua, uma delas tem o pé “quase esmagado por vários carros”. O autor, assim, atribui ao trânsito de São Luís características negativas em que o meio ambiente, a ordem e os pedestres não são respeitados. Em seguida, o blogueiro tece um comentário sobre as administrações municipal e estadual.

[...]

A maior obra da prefeitura é uma árvore de natal, metáfora perfeita para a **dilapidação dos recursos públicos**: passado o período, **a árvore foi ao chão**. **A grande marca do governo** é a propaganda: **anuncia mesmo o que sua gestão não fará e/ou continuará adiando indefinidamente** (*grifo nosso*).

[...]

O grifo da linha 1 destaca que a “maior obra da prefeitura é uma árvore de natal” e o adjetivo “maior” aqui ganha caráter negativo ao sugerir que a prefeitura só foi capaz de construir uma árvore de natal quando se tem um trânsito caótico, em que motoristas não respeitam pedestres, por exemplo. Ele ainda faz uso de metáfora quando compara a derrubada da árvore de natal à dilapidação dos recursos públicos. Fica implícito o sentimento de incapacidade que a prefeitura tem de resolver problemas urgentes da cidade. Sentimento aplicado com igual valor ao governo estadual. Na linha 4, o autor destaca que a “grande

marca do governo” é a propaganda, afirmando que o governo é inoperante e também não fez nada de concreto pelo estado e só “anuncia mesmo o que sua gestão não fará (...)”, o que denota descrença do autor com o governo atual. Fica claro que os adjetivos (maior e grande) assumem papel de intensificadores no corpo do discurso, chamando a atenção do leitor para a contraposição que o texto faz. O autor não acredita nas propagandas do governo e é esta ideia que ele tenta inculcar em seus leitores, utilizando a ironia – figura de linguagem que expressa o contrário do que se quer dizer de fato – para caracterizar as ações da prefeitura e do governo estadual. Ele deixa evidente que tais atos são, na verdade, irrelevantes, apesar de usar adjetivos que parecem enaltecer os feitos públicos.

O texto é finalizado do seguinte modo:

Vocês, leitores, leitoras, certamente já presenciaram e/ou ouviram falar de uma ou mais das situações descritas ao longo deste texto, cujo título tomo emprestado da música homônima de Josias Sobrinho. Quem carece da realidade fabricada e ensaiada de um *Big Brother Brasil* quando já se vive na realidade dura, nua e crua deste circo de horrores?

Aqui ele traz a tona o programa que é mencionado no título do texto: o *Big Brother Brasil*, chamado abreviadamente de BBB. A partir dele, entenderemos a motivação do texto que em nada tem a ver com o programa televisivo em si, mas com o comportamento dos ludovicenses e com o *modus operandi* da administração pública municipal e estadual.

O programa *Big Brother* é uma franquia de origem holandesa, pertencente ao grupo Endemol. Trata-se de um *reality show* que confina cerca de quinze pessoas em uma casa, sem contato algum com o exterior por três meses. Elas são observadas 24 horas, por meio de câmeras escondidas e são desafiados em provas de resistência física para que ao final do confinamento, o participante mais resistente e que tenha recebido aprovação do telespectador, ganhe uma premiação em dinheiro. No Brasil, o *reality* é produzido pela Rede Globo de Televisão, no período de janeiro a março, e caminha para sua 13ª edição.

Ao checar o mês de publicação do texto, vê-se que era o período em que o *reality show Big Brother Brasil* estava sendo transmitido na TV aberta. O programa costuma mobilizar grande audiência em torno de si, gerando pauta em programas de TV, rádio, mídia impressa (jornais e revistas) e na Internet. Existem *blogs* e *sites* específicos dedicados à discussão do *reality show*. Esta comoção nacional em torno do programa influenciou a escrita do texto que visa criticar o comportamento social do ludovicense. Quando, no título, ele diz “pra não dizer que não falei de *Big Brother*” e segue descrevendo situações do cotidiano da

capital maranhense implica dizer que este cotidiano é o *big brother*, o verdadeiro show da vida real.

O autor decidiu construir situações cotidianas localizadas em São Luís, MA para depois compará-las ao *Big Brother Brasil*, programa veiculado em rede nacional. Quando ele pergunta “quem carece da realidade fabricada de um *big brother* quando já se vive na realidade dura, nua e crua deste circo de horrores?”, o blogueiro deixa entender que não acredita na “realidade” que está sendo transmitida na TV.

Embora seja uma pauta que está em todo tipo de mídia nacional – o que entra em contradição quando o blogueiro afirma que vai “falar sobre o que ninguém ou quase ninguém fala” – ele o faz em tom crítico, sendo que em nenhum momento cita nomes de participantes ou cenas do programa. A crítica se faz em relação à atenção demasiada que se dá a atração.

Então, ele recorre a cenas do cotidiano ludovicense, cenas que talvez ele presencie diariamente para mostrar que existe uma realidade “dura, nua e crua” a quem ninguém dá atenção. Embora se refira a um programa de alcance nacional, a sua crítica é desferida aos ludovicenses, visto que ele usa a cidade como cenário das situações descritas e ao final sugere que seus leitores/leitoras já vivem situações como as descritas, mas não dão a devida relevância. Outra passagem no texto que mostra que a crítica se direciona aos ludovicenses é quando ele cita as instâncias municipal e estadual. Aqui dois aspectos ficam evidentes: seu posicionamento antagônico às práticas governistas tanto em São Luís quanto no Maranhão e seu entendimento sobre o ludovicense enquanto eleitor, eximindo-se dessa crítica, já que ele deixa subentendido que não assiste *Big brother*.

O título “pra não dizer que não falei de *Big brother*” faz alusão à música “pra não dizer que não falei das flores” do cantor e compositor Geraldo Vandré. Essa música tornou-se hino nos anos 70 contra a ditadura militar instaurada no Brasil, e traz consigo a memória daquele período, dos conflitos, prisões e mortes, mas, além disso, a ideia nacionalista que se tentava enxertar na cabeça dos brasileiros, para justificar as mortes e prisões que eram executadas para proteger o Brasil contra ataques de comunistas.

A referência à música de Geraldo Vandré, bem como a de Josias Sobrinho age como recurso interdiscursivo, uma vez que rememora a carga histórica que as músicas carregam. Podemos inferir que o emprego desse título e a memória que ele traz, nos faz pensar em um novo modelo de ditadura, a ditadura da TV e seus programas “enlatados” que prendem as pessoas em frente à televisão, impedindo-as de olhar (e quem sabe modificar) a realidade “nua

e crua” que está a seu redor. É uma possibilidade que se reitera com a alusão a outra música, *Circo dos horrores*, do cantor e compositor maranhense Josias Sobrinho, em que ele diz que “já não sonha com circo dos horrores” em função de uma realidade que se mostra pior que o tal circo do sonho. No caso do texto de Zema, o circo dos horrores é constituído pelas cenas que ele descreveu ambientadas em São Luís, levando a concluir que São Luís é o próprio circo dos horrores.

Caracterizou-se como condições de discurso a atenção que a audiência ludovicense dá ao programa em detrimento da realidade local. No interdiscurso, ele traz as músicas as quais faz em referência a memória da ditadura militar. O blogueiro fala da posição de cidadão que não assiste ao *reality show* e critica quem o faz. Este posicionamento também caracteriza a ideologia que o blogueiro carrega e dissemina. Ideologia, esta, pautada no antagonismo às grandes mídias, aos produtos da indústria massiva, ao caráter capitalista que eles têm, assim como revela posicionamento ideológico contrário à atual gestão da Prefeitura de São Luís e ao governo do estado do Maranhão.

5.3.2. “Nagô”, publicado em 02/02/2012.

O texto intitulado “Nagô” é composto por quatro parágrafos bastante sucintos. O blogueiro manifesta apoio ao grupo Coletivo Nagô, que entre outras atividades, faz grafiteagem pelas ruas de São Luís. As grafiteagens³⁸ são feitas em diversos prédios, inclusive em escolas públicas. Segundo *blog*, o governo estadual, ao reformar as escolas de seu domínio, apagou a arte do Coletivo, o que lhe causou grande indignação, segundo marcações discursivas vistas no texto.

O governo de Roseana Sarney reforma escolas (e prédios públicos em geral) assim: joga uma demão de tinta e aplica a logomarca de sua (indi)gestão.

Assim aconteceu, não pela primeira vez, com o Centro de Ensino Médio Gonçalves Dias. Resultado: **a tinta sarneysta apagou a arte do Coletivo Nagô.** Arte sim, ou você acha que o grafite não merece o *status*?

No primeiro grifo, o autor identifica o sujeito ao qual se refere – o governo Roseana Sarney –, criticando o modo como reforma prédios públicos estaduais. A expressão *(indi)gestão* aponta um caráter negativo à gestão de Roseana Sarney visto que indigestão (ou má digestão) acontece quando o organismo não digere bem os alimentos, causando mal-estar nas pessoas. Podemos inferir que a analogia que Zema fez deixa entender que o governo

³⁸ Grafiteagem é o nome que se dá à atividade de desenhar grafite. Parte integrante do movimento *hip hop*, é uma arte urbana feita com tinta em *spray* em paredes e muros.

Roseana não é bem aceito (ou digerido) pelas pessoas, assim como não é bem gerido. Quando questiona “Arte sim, ou você acha que o grafite não merece o *status*?”, Zema faz entender que o governo não considera grafite arte, visto que apagou os desenhos feitos nas paredes das escolas. O grifo na linha 4 e o texto que segue quer significar que o governo estadual apaga com frequência a arte urbana do grupo o que vem reforçar o discurso do blogueiro, dito ao longo de seus textos, sobre a falta de valorização e incentivo à cultura local por parte as instâncias públicas.

Agora o grupo de artistas voltou à carga, **unindo-se à luta dos moradores do Vinhais Velho, ameaçados com a construção da Via Expressa** (leiam sobre o assunto no *blogue* do Tribunal Popular do Judiciário e/ou na página da SMDH).
Artistas sim, ou você acha que grafiteiro é bandido, é marginal?

No trecho acima, o blogueiro traz para o texto a pauta da comunidade do bairro Vinhais Velho, embora citada de modo superficial, age como interdiscurso, pois relembra a luta dos moradores deste bairro pela sua permanência no local onde querem construir uma avenida, projeto do governo estadual. O blogueiro mostra-se favorável à permanência dos moradores e contrário à construção da avenida, manifestando-se em outros textos no *blog* e mesmo em seus perfis na Internet.

No texto sobre o Coletivo Nagô, ele ressalta que agora este se “une” à luta do Vinhais Velho, indicando que ambos os grupos (artistas e moradores) tem sido prejudicados pelo governo estadual. O uso da expressão “luta” aponta para um embate em que os moradores do Vinhais Velho estão em desvantagem, pois são “ameaçados” de perder o local para a construção da avenida Via Expressa. Dizer que os moradores são ameaçados também atribui ao governo o *status* de vilão, induzindo seu leitor a apoiar os dois movimentos, mas principalmente, ser contrário à gestão de Roseana.

5.3.3. “Cinema grátis e de qualidade”, publicado em 30/03/2012.

O texto “Cinema grátis e de qualidade” registra entrevista realizada, por *e-mail*, pelo jornalista Zema Ribeiro com o cineasta Beto Matuck que organiza, semanalmente, sessões de cinema gratuitas no espaço do bar Chico Discos, localizado no centro de São Luís. A sessão batizada de “Encontro com o cinema” é parte das atividades culturais promovidas pelo Papoético – movimento cultural criado pelo jornalista Paulo Melo que visa divulgar e promover debates sobre temas ligados à cultura e artes em geral.

O texto é composto por cinco parágrafos que antecedem o bloco de perguntas, destes, apenas os três primeiros parágrafos serão alvo de nossa análise por conterem a impressão do jornalista sobre o evento e o meio cultural de São Luís. Antes disso, temos no título o uso dos adjetivos “grátis” e “qualidade” que antecipam algo sobre o posicionamento do blogueiro em relação ao objeto do texto. “De qualidade” quer nos dizer que a sessão traz filmes bons, de respaldo e com narrativa aprovada pelo blogueiro. Usar o adjetivo “qualidade” para classificar um objeto, implica dizer que outro objeto é inferior ao primeiro, pois a qualidade do primeiro é medida em comparação com a do segundo. Podemos dizer que o outro objeto de qualidade inferior seja as salas comerciais de cinema. Essa ideia é reforçada no segundo parágrafo quando ele afirma que existe uma “carência ludovicense” de eventos desse porte.

Ao constatar que em São Luís existem três cinemas com sessões pagas, percebemos que o blogueiro inferioriza a qualidade destes em relação à sessão promovida por Beto Matuck. Pelo histórico de seu discurso a favor dos movimentos e atividades fora do circuito comercial, a sua crítica, então, se resume às salas comerciais de cinema, já que as sessões de cineclube não são pagas ou cobram uma taxa irrisória para manutenção das sessões.

Há cerca de um mês outra atividade semanal começou a tomar conta do espaço do Chico Discos. Às quintas-feiras, desde novembro de 2010, sob coordenação do poeta e jornalista Paulo Melo Sousa, o Papoético tem realizado debates sobre os mais variados temas ligados à arte e cultura; desde o início deste março que finda amanhã, o cineasta Beto Matuck tem promovido o Encontro com Cinema, sempre aos sábados, às 19h.

Ambos os eventos têm entrada franca e mostram, por um lado, a **carência ludovicense por estes acontecimentos**, e por outro o **fazer na raça** de pessoas que, por **quererem ver as coisas acontecendo**, não esperam bons ventos: promovem, com chuva, sol ou lua, sem grana (por vezes tirando do próprio bolso – sem contar “no da cachaça”, que já sai quase naturalmente), **sem esperar pelo apoio do poder público e/ou iniciativa privada**.

“**A gente faz as coisas do jeito que pode**. É da doação de um aqui, de outro acolá. O Beto [Matuck], por exemplo, doou este telão”, Paulo Melo Sousa aponta o espaço de projeção do bar, usado aos sábados e, vez por outra, às quintas. Paulão, como é conhecido, e Chiquinho, proprietário do bar, lançaram, também na raça, o I Festival de Poesia do Papoético – Prêmio Maranhão Sobrinho, que distribuirá prêmios em dinheiro e literatura a novos poetas, daqui e/ou de fora.

Ao destacar o trabalho independente de Beto Matuck, Zema desfere críticas sutis ao poder público e à iniciativa privada. O autor deixa implícito em seu texto a ausência de incentivo financeiro destes setores à produção cultural independente em São Luís. O uso da expressão “na raça” é feito duas vezes ao longo do texto, ressaltando a ideia do trabalho independente e às dificuldades que esses atores sociais que promovem os eventos, têm para ver as “coisas acontecendo”. Por “coisas” podemos sublinhar a cultura ou movimento culturais, no sentido de manter ativos os diversos movimentos culturais do circuito

independente de São Luís. Nesse ponto, a “carência ludovicense” vai além da ausência de filmes de qualidade nas sessões de cinema, e toca na ausência de programação cultural ativa, acessível e permanente na cidade de São Luís.

5.3.4. “Pequena amostra do jornalismo Décio Sá”, publicado em 26/04/2012.

Este texto aborda a repercussão do assassinato do jornalista maranhense Décio Sá na mídia local, em especial na Internet. Zema Ribeiro tece críticas ao blogueiro e jornalista Marco Aurélio D’Eça, que escreve também para o jornal impresso *O Estado do Maranhão*. A crítica se dá em função do posicionamento de D’Eça que faz uma má interpretação, segundo Zema, sobre a nota da OAB/MA, redigida pelo advogado Luís Antônio Pedrosa.

O jornalista Marco Aurélio D’Eça, **na tentativa de desvirtuar o debate**, cata uma frase, uma expressão solta, **circula-a com uma série de bobagens e impropérios e acusa Pedrosa** e a OAB/MA de se eximirem de responsabilidades no caso Décio. Em jornalismo chamaríamos de edição o que fez o **blogueiro miranteano**, embora seu *blogue* não mais esteja nos domínios do portal das organizações Sarney.

De antemão, nota-se o caráter interdiscursivo do texto de Zema ao dialogar com dois outros textos: um do jornalista Marco D’Eça e outro do advogado Luís Pedrosa. O contexto que mobiliza as três produções textuais é o assassinato do jornalista Décio Sá que aconteceu em um bar na Avenida Litorânea, São Luís, à noite. O fato teve grande repercussão local e nacional, pois foi motivado pelas denúncias que o jornalista fazia em seu *blog*.

Neste texto, o foco de Zema Ribeiro não é a morte em si do jornalista, mas o modo como outro jornalista, Marco Aurélio D’Eça, repercute o fato. Identificamos dois sujeitos no texto, Marco D’Eça e Pedrosa. No parágrafo acima, Zema lança mão de expressões como “desvirtuar, bobagens e impropérios” para caracterizar o trabalho jornalístico de D’Eça.

Marco Aurélio D’Eça é, digamos assim, o que era Décio Sá quando vivo, o que talvez lhe soe como elogio. **Espécie de boneco de ventríloquo, extremamente alinhado aos padrões, marionete a dizer ou repetir o que àqueles interessa, subserviente dos pés até o último fio de cabelo**. A diferença, mínima, entre um e outro era que o recém-assassinado **ao menos sabia escrever, tinha um mínimo de talento**. Na verdade, dominava a técnica e tinha objetividade, **não era dono de um texto grandioso, rebuscado**.

Neste parágrafo inicial, o blogueiro deixa claro sua opinião sobre os dois jornalistas em questão, pondo em cheque as práticas profissionais de ambos. Isto porque Marco D’Eça é – Décio Sá também era – alinhado ao grupo Sarney. As expressões “boneco de ventríloquo”, “marionete”, “subserviente” demarcam o julgamento que Zema faz do trabalho dos jornalistas e intensificam a crítica que faz ao jornalismo praticado por Décio e D’Eça. Ainda que dê créditos à boa técnica de Décio, Zema busca minimizar os textos do jornalista ao afirmar que

não eram rebuscados nem grandiosos. O uso das expressões “ao menos” e “um mínimo” reiteram a intenção do blogueiro, já que exprimem que o que está sendo dito não é o esperado, mas é aceitável. Ele subestima a ação. Zema ainda utiliza a metáfora ao comparar os blogueiros a ventríloquos e marionetes, agregando-lhes à imagem de alguém que seja manipulado e controlado. Outra figura de linguagem presente no parágrafo acima é a hipérbole. Em “subserviente dos pés até o último fio de cabelo”, a hipérbole acentua o caráter de subserviência do fazer jornalístico aos ditames da família Sarney.

A primeira observação a se fazer é que o blogueiro Zema deixa claro que não partilha do movimento de “canonização” do Décio Sá em função de sua morte. Em outro texto, ele lamenta o ocorrido, mas faz considerações sobre o tipo de profissional que ele era, ligado aos interesses da família Sarney.

A revolta contra o fazer jornalístico de Décio e D’Eça se dá pelo seu posicionamento político que é contrário à “oligarquia Sarney”, que fica expresso a cada crítica que faz ao veículo do grupo e aos membros da família, a exemplo da governadora do estado.

Vê-se que a pauta do texto é a prática jornalística exercida no Maranhão. Zema, ao julgar e desferir críticas diretas a outro jornalista, induz o leitor a pensar que ele é o jornalista que atua do modo correto. Ele, pelo menos, trabalha sob a premissa de que seu leitor o considera um profissional mais correto por não ser atrelado à família Sarney.

Ao longo do texto, ele ilustra o “fazer jornalístico” correto, defendendo sua concepção de como deve ser o profissional, portanto, defendendo seu posicionamento e seu modo de atuação.

Edição é algo importantíssimo em jornalismo. É nela que você corta, apara, reescreve, corrige erros, enfim, deixa um texto com cara de publicável. Mas há quem use suas ferramentas para outra coisa. Exatamente como faz D’Eça, com toda desfaçatez, pensando que alguém acredita N’Eça.

[...]

Criticar a OAB/MA, o presidente de sua Comissão de Direitos Humanos ou qualquer outra entidade ou seus membros por não emitirem nota(s) de repúdio sobre o caso Décio é apenas tentar induzir seus leitores ao erro: jornalistas devem (ou ao menos deveriam) escrever em seus textos o que as pessoas dizem, nunca o que supostamente teriam pensado.

Tem-se como contexto ou condições de produção, o assassinato do jornalista Décio Sá, mas a pauta/ objeto do discurso nesta publicação é o fazer jornalístico de blogueiros do portal Mirante – pertencente ao grupo Sarney. O jornalista deixa entender que ele não pratica esse tipo de jornalismo, ao passo em que menospreza o fazer jornalístico do outro, ele enaltece o seu, mostrando-se como aquele que não “abaixa a cabeça” para a oligarquia, que não adere

ao discurso geral de “beatificação” da figura de Décio Sá por ocasião de sua morte. O interdiscurso se mostra nos *hiperlinks* que o blogueiro faz em seu texto – através de destaques sublinhados – com o texto do *blog* do Marco D’Eça e o texto escrito pelo advogado Luís Antônio Pedrosa. Portanto, é um discurso que se sustenta nestas duas publicações e foi motivado por elas.

5.3.5. “Papoético premiará hoje vencedores de seu I Festival de Poesia”, publicado em 31/05/2012.

A partir do título, vê-se que o objetivo do texto é divulgar a cerimônia de premiação do I Festival de Poesia realizado pelo Papoético. O Papoético é um encontro aberto ao público que acontece semanalmente com a finalidade de discutir música, literatura, poesia, artes e cultura, em geral. Organizado pelo jornalista Paulo Melo Sousa, o Papoético lança, então, seu primeiro concurso cultural, como explica o primeiro parágrafo da publicação.

Dos 110 inscritos, 21 poemas concorrem hoje na final do I Festival de Poesia do Papoético – Prêmio Maranhão Sobrinho, organizado pelo poeta e jornalista Paulo Melo Sousa. Os poetas Celso Borges e Josoaldo Rego compuseram a comissão julgadora da categoria, que terá ainda Mariano Costa e Gilson César julgando as interpretações, na noite de hoje. O evento, com entrada franca, terá início às 19h, no Teatro Alcione Nazaré, no Centro de Criatividade Odylo Costa, filho (Praia Grande).

Neste primeiro parágrafo, tem-se o serviço detalhado com local, data e horário do evento, o *lead* completo, mas nos parágrafos que seguem, Zema Ribeiro direciona o texto para a falta de apoio a eventos independentes pelas instâncias públicas, tornando-o, assim, opinativo. O jornalista enfatiza que o concurso e o encerramento do evento foram financiados através de doações e rifas, inserindo-se no texto como colaborador do projeto ao ceder espaço em seu *blog* para a divulgação do evento.

Em seguida, faz críticas sobre como é contraditório o apelido “Athenas Brasileira” atribuído à capital maranhense, em que o número de livrarias tem caído consideravelmente e não há incentivo aos festivais de poesia, como o do Papoético.

Tardios e recalçados ufanistas ainda se orgulham de dizer que moram na Athenas Brasileira, embora já quase não se encontrem livrarias e lojas de discos por aqui. Gestores públicos ainda se orgulham de adjetivos que talvez já não façam sentido (se é que um dia o fizeram), à guisa de propagandear aos quatro(centos) ventos a beleza exclusividade televisiva da cidade quatrocentona. Um festival como o que se encerra hoje, que busca descobrir novos talentos, valorizar a tão propagada “terra de poetas”, é solenemente ignorado pelos poderes públicos: ao pedido de apoio do comitê organizador ao Comitê Gestor dos 400 anos de São Luís sequer (h)ouve resposta.

As adjetivações ‘tardios’, ‘recalcados’ e ‘ufanistas’ são empregados de modo ofensivo e atuam como expressão do desejo de provocação e confronto a conservadores. Não caracterizam pessoas em específico, mas sinalizam para sujeitos – as instâncias públicas - conservadores que se sentem ameaçados pelo novo, no caso novos poetas ou novas produções, e têm medo de perder seus postos, sustentando um título que já não condiz com a realidade da capital maranhense. Isto por que tal título foi atribuído em outro período, no final do século XIX, pela efervescência cultural que São Luís vivia com filhos de fazendeiro e aristocratas regressando da Europa, tornando-se intelectuais e escritores de renome.

A identidade territorial se revela pela pauta e por expressões tais como “Atenas brasileira” que se refere à capital maranhense. A territorialidade é descrita de modo negativo a partir do tratamento que as instâncias públicas dão às iniciativas independentes. Sentimento recorrente no *blog*, por sinal. Ele descreve a ação dos responsáveis pela cultura em São Luís como retrógrada, que vivem das emanções de um passado remoto, e que em nada coincide com o que se tem hoje. O recurso do *hiperlink* também é utilizado neste texto, fazendo referência interdiscursiva com matéria publicada em *site* de jornal.

5.3.6. “Nossa miséria cultural (ou: acorda, serpente!)”, publicado em 09/06/2012.

Este texto, último da análise textual do *blog* Zema Ribeiro, é caracterizado como opinativo e originou-se a partir de comentário da cantora maranhense Natália Ferro sobre a cena independente na cidade São Luís.

Um texto revoltado da cantora Nathália Ferro, publicado primeiro em sua conta no *Facebook* e depois repercutido por alguns periódicos locais, ganhou certa repercussão, apontando diversos problemas por que passa nossa produção cultural, digo, da Ilha de São Luís do Maranhão e do estado como um todo. Criticava o marasmo a que está relegada a cena artística na capital maranhense, cujo aniversário de 400 anos se avizinha e sobre o que nada foi feito – aquele relógio ridículo na cabeceira da ponte do São Francisco, não conta.

Assim, o texto apresenta o caráter interdiscursivo por dois motivos, fazer referência ao texto da cantora na rede social *Facebook* e, através do recurso do *hiperlink*, disponibiliza vídeo musical da canção *A serpente*, composta e interpretada pelo cantor Zeca Baleiro. Esta canção tem em seu refrão os versos “eu quero ver a serpente acordar/ pra nunca mais a cidade dormir” que se alinha com o título do texto.

O jornalista aproveita a “deixa” da artista para tecer seus comentários sobre a questão do investimento público na cena independente maranhense. Mais uma vez, vê-se que o alvo

da crítica do *blog* são as instâncias públicas que gastam em obras “faraônicas”, em vez de investir em políticas públicas na área da cultura.

Então, o blogueiro dá exemplos de como os artistas e produtores locais vêm tentando realizar seus projetos com pouca verba, sem nenhum financiamento do município ou do governo.

O Estado – tanto faz ler prefeitura e/ou governo – é tímido e continua apostando apenas em grandes festas populares, quais sejam, os períodos carnavalesco e junino, salvo raríssimas exceções. É o que dá mídia, é, em tese, o que dá voto – sobretudo, embora pareça óbvio, em ano eleitoral.

[...]

São Luís e o Maranhão não estão as maravilhas anunciadas na televisão pelas gestões municipal e estadual. Na propaganda, tudo parece correr às mil maravilhas, de propaganda nossos gestores são bons – pudera, é preciso descarregar toneladas de maquiagem para ludibriar o povo e garantir a perpetuação dos grupos no poder. A realidade é outra e é esta que precisa ser enfrentada para que algo mude. Que não emudeçam os artistas que estão corajosamente tocando as feridas para curá-las. E que ao coro dos descontentes somem-se cada vez mais artistas. Ou não, que cultura é coisa de todos nós.

A nossa miséria cultural está exposta, fratura que carece de urgente cura. Só não sente nem vê quem não quer. Já é mais que hora dessa serpente acordar!

Zema Ribeiro enfatiza que os governos municipal e estadual apenas se preocupam com eventos de grande repercussão popular, a exemplo do carnaval e São João, que têm divulgação garantida na mídia tradicional e dão visibilidade aos governos como promotores das festas populares. O uso do substantivo “maravilha” atua de modo irônico, já que o blogueiro diz que “as maravilhas anunciadas” não o são na realidade. Ao fim, ele reitera o discurso da cantora e chama mais artistas para se unirem ao “coro dos descontentes”, classificando como miséria cultural o descaso do poder público e afirma que “já é mais que hora dessa serpente acordar”.

A lenda da serpente faz parte do imaginário popular da população ludovicense. Diz a lenda que a serpente está adormecida nos subterrâneos de São Luís, e quando sua cabeça e seu rabo se encontrarem, ela acordará e levará a capital maranhense para o fundo do mar.

Desta estória, pode-se observar que o blogueiro vê de modo pessimista a cena cultural, ironizando que só com o despertar da serpente, o cenário irá mudar. Desse modo, ele clama pelo despertar da serpente para que a cena cultural mude imediatamente.

Vê-se que a serpente é um recurso metafórico para dizer que quem tem que acordar é a população e os artistas. Visto que a miséria cultural é estabelecida pela falta de recursos públicos e o poder público é escolhido pela sociedade através da eleição, logo tem-se na figura do eleitor consciente a materialização da serpente para mudar o cenário político local e,

por consequência, o cenário cultural independente. Observação reforçada pela música de Baleiro, quando diz ‘quero ver a serpente acordar, a cidade nunca mais vai dormir’, está dito que quando os eleitores acordarem, a cidade aqui representa os governantes que nunca mais irão dormir. Logo, os eleitores são a própria serpente.

Em resumo, tem-se o texto da cantora como motivo para elaboração desta publicação submetida à análise, apresentando-se, desse modo, como contexto e interdiscurso. No campo do contexto ainda se apresentam as produções independentes que ele enumera que não tiveram financiamento público e que legitimam tanto o argumento da cantora quanto o do blogueiro. Tem-se, mais uma vez, a oposição às atuais instâncias públicas, criticadas novamente por sua falta de atuação na área cultural ludovicense. É a escolha da pauta que demarca, mais efetivamente, a territorialidade do sujeito.

5.4. Análise discursiva do *blog* Luís Cardoso

Neste setor da investigação serão analisados seis textos extraídos do *blog* Luís Cardoso referentes ao período que vai dos meses de março a agosto. Como dito, os meses de janeiro e fevereiro não estão na seleção por falha no banco de arquivos do *blog*.

5.4.1. “Hospital de Bacabal é um caminho para a morte”, publicado em 31/03/2012.

O texto, em questão, é denunciativo e relata a falta de estrutura em hospital público no município de Bacabal. Trata-se de texto autoral, mas deixa ver que obteve informação de terceiros ao dizer que “as pessoas se irritam com o desleixo” e “os atendimentos demoram horas para ser concretizados”. Tendo em vista que o blogueiro reside em São Luís, conclui-se que ou ele viajou para Bacabal ou recebeu tais informações de outras pessoas.

É de descaso e abandono total o estado do hospital Laura Vasconcelos, o chamado Socorrão de Bacabal.

Os atendimentos demoram horas para ser concretizados. As pessoas se irritam com o desleixo.

O estabelecimento não é de responsabilidade do Governo do Estado, mas sim do próprio município.

O prefeito Raimundo Lisboa trata melhor sua mesa de carteador do que aquela casa de saúde.

O blogueiro exime o governo do estado da culpa pelo abandono do hospital público e garante que a responsabilidade é do prefeito da cidade. Falta de estrutura e precárias condições de trabalho em setores da saúde ocupam, com muita frequência, as atenções dos *media*. O atual governo havia prometido construir 74 novos hospitais em todo o Maranhão,

sendo que nenhum deles foi concluído. O texto, então, revela um alinhamento do jornalista com o governo do estado ao eximi-lo de qualquer culpa sobre o abandono do hospital em Bacabal.

O *blog* faz ataques pessoais ao dizer que “o prefeito Raimundo Lisboa trata melhor sua mesa de carteadado do que aquela casa de saúde”, deixando entender, mais uma vez que recebeu informações de pessoas que têm acesso a vida pessoal do prefeito. O verbo “tratar” não se mostra empregado aleatoriamente, já que a pauta é saúde e “tratar” leva a pensar em tratamento, cuidados que são destinados a outrem.

Várias informações contidas no texto dão conta da presença de, no mínimo, um terceiro sujeito não revelado, que informou sobre o atraso do salário dos funcionários, que fotografou as acomodações do hospital entre outros resultados. O texto tenta sugerir ao leitor sua versão sobre a realidade da saúde em Bacabal, adjetivando como “descaso”, “abandono” e “lástima”. As fotos atuam como legitimadoras do que está sendo denunciado. No entanto, só quem conhece, de fato, o hospital Socorrão de Bacabal saberá que dizer aquelas fotos são desse hospital e não de outro. O lugar de fala do jornalista é a de observador que “viu” pessoas sendo mal atendidas, “amontoadas” nos corredores, etc.

Cardoso se ancora apenas nas fotos e no seu prestígio de jornalista que já fez denúncias semelhantes a essa e tem acesso a informações confidenciais que nenhum outro jornalista tem. Em se tratando da localidade ser interior do estado, fica restrito aos moradores de Bacabal e a quem já visitou e conheceu as dependências do hospital concordar ou discordar do blogueiro.

5.4.2. “Assim que a OAB reage à morte de um jornalista”, publicado em 26/04/2012.

O texto publicado no *blog* de Luís Antônio Pedrosa, presidente de direitos humanos da OAB/MA, sobre a morte de Décio Sá é o fato motivador deste texto do Luís Cardoso. Cardoso critica a postura de Pedrosa diante do assassinato do jornalista. Ele inicia o texto citando Pedrosa.

“Não derramei lágrimas de crocodilo no velório, no qual não aceitaria confortavelmente comparecer. Sempre discordei dessa linha de jornalismo, que, no Estado, é composta por um pequeno número de gorilas diplomados.”

Do *blog* do Pedrosa, presidente da comissão de direitos humanos da OAB, demonstrando desrespeito pela categoria e total desprezo à dor dos amigos e familiares do jornalista Décio Sá.

O texto é autoral, escrito em primeira pessoa, e ao contrário de Zema Ribeiro que também comentou o fato, mas defendendo o advogado, Cardoso o critica e o desmerece profissionalmente.

A mim não me surpreende esse comportamento de quem foi criticado pela postura omissa da Comissão de Direitos Humanos da OAB. Lamentável em todos os sentidos.

Ao invés de condenar a atitude da pistolagem de volta ao Maranhão, o advogado Pedrosa ataca o jornalista, mesmo vítima dos crimes de encomenda. Sem que ele, morto pela pistolagem tenha condições de se defender.

Então, a crítica se expande à OAB/MA

A atual direção da OAB no Maranhão é uma piada. Digna do mais absoluto ridículo. Não conheço, até hoje, nenhuma manifestação da Ordem dos Advogados contra o retorno feroz e descarado da bandidagem.

[...]

Aliás, a atual OAB tem fechado as narinas para uma série de absurdos, inclusive jurídicos, que acontecem em nosso estado. Uma lástima!

Adjetivações aparecem no texto para caracterizar a crítica ao advogado, o objeto do discurso é o texto publicado no *blog* do Pedrosa, motivado pelo assassinato do jornalista Décio Sá que se configura como contexto do discurso. Vê-se que outro contexto revelado pelo blogueiro é a questão da pistolagem no estado. O Interdiscurso se caracteriza de dois modos: o diálogo com o texto do Pedrosa e com os casos de pistolagem no interior do Maranhão, embora o jornalista não se aprofunde nesse em particular, ela vem à tona pela memória de outros casos que ganharam a mídia.

Cardoso toma posição contrária ao seu objeto de discurso, o que pode ser interpretado do seguinte modo: ele é adepto dessa prática jornalística que o advogado criticou ou solidariza-se com a causa por ser Décio um blogueiro do grupo Sarney, grupo ao qual Cardoso mostra-se favorável, pelos exemplos vistos em outros textos. A primeira hipótese ainda implica em que ao enaltecer o trabalho de Décio, o blogueiro está valorizando seu próprio trabalho já que se baseavam na mesma proposta: fazer denúncias. Em textos posteriores, o blogueiro revela que também recebe ameaças pelos textos que publica, justificando, mais ainda, o posicionamento e a identificação dele em relação ao modo de fazer jornalismo de Décio Sá.

5.4.3. “Grupo político racha em Balsas”, publicado em 27/05/2012.

O texto em questão é curto, composto por 5 breves parágrafos e aborda o embate político no município de Balsas/MA.

Não é mais a mesma a relação outrora inseparável entre as famílias Coêlho e Martins, no município de Balsas. O que sempre foi só um grupo, agora desfila em lados opostos. Tudo por conta da sucessão municipal.

Francisco Martins quer ser o candidato à sucessão de Francisco Coêlho, coisa que nem de perto passa pela cabeça do último Chico, que deve lançar mesmo um parente próximo.

O blogueiro inicia o texto falando do rompimento entre as famílias Coelho e Martins, explicando no parágrafo seguinte o motivo da separação. Ele ressalta ainda que a governadora do estado prefere os Martins aos Coelho também por motivos de ordem política.

Quando passou por Balsas, a governadora prestigiou os Martins e desprezou os Coêlho. Roseana foi tomar café da manhã na casa de Lizinha Martins, atual vice-prefeita. Foi preciso Chico Coêlho ir até a residência da sua vice para saudar a governadora.

Ocorre que Roseana Sarney não engole até hoje a derrota que lhe foi imposta por Flávio Dino em Balsas, na eleição de 2010. E credita o fracasso ao prefeito.

Como se observa, nem sempre tudo que é dado a Chico pode ser ofertado para Francisco.

Luís Cardoso finaliza o texto armando uma analogia: “Como se observa, nem sempre tudo que é dado a Chico pode ser ofertado para Francisco”. De fato, o autor faz uma paródia com uma conhecida expressão popular “pau que dá em Chico, dá em Francisco” que sintetiza a ideia de tratamento igual a todo cidadão. No entanto, a publicação mostra que este dito popular não se aplica ao contexto relatado.

Apesar de breve, o texto pontua bem as marcações do lugar de fala do blogueiro, o objeto do discurso é o embate político ocasionado pelo processo de sucessão na prefeitura de Balsas. Este também se apresenta como contexto do discurso. O autor relembra fato acontecido entre as famílias e a governadora do estado para enfatizar a ruptura da aliança que antes existia entre as famílias, destacando que a governadora não os trata de forma igual: “a governadora prestigiou os Martins e desprezou os Coêlho”. Aqui se justifica o uso paródico da expressão popular, já que os dois sujeitos são chamados pelo mesmo nome – Francisco Martins e Francisco Coelho, mas não recebem o mesmo tratamento por parte da governadora.

O título chama atenção para a ruptura do grupo político, mas o corpo do texto destaca que Francisco Martins poderá ter o apoio da governadora do estado, já que, segundo o blogueiro, ela acusa Francisco Coelho de ser culpado por sua derrota em Balsas. O fato de F. Coêlho ter que encontrar a governadora na casa de sua vice-prefeita fica caracterizado como

desprestígio ou atitude vexatória para o prefeito: “foi preciso Chico Coêlho ir até a residência da sua vice para saudar a governadora”.

A formação discursiva que conduz este texto é a de que o atual governo do estado, representado na figura de Roseana Sarney, é influente. O jornalista leva a concluir que o apoio de Roseana não só é importante como disputado. O prefeito F. Coelho viu-se obrigado a visitá-la na residência de sua vice a fim de restabelecer a antiga aliança que se fragilizou com a derrota da governadora na cidade.

A territorialidade que se mostra na pauta, em questão, delimita a interpretação de seus leitores. Por ser curto, o texto traz poucas informações acerca dos sujeitos envolvidos. Só quem acompanha com mais frequência a política do interior do estado ou mesmo quem reside em Balsas poderá fazer uma interpretação para além do que está dito. São poucas as considerações a serem feitas sobre “os franciscos” em questão; pode nem ter sido essa a intenção do jornalista; como pode ser que ele tenha intencionado revelar ou fortalecer a influência que a família Sarney exerce em Balsas. Do aparato discursivo, fica evidente a situação vexatória do prefeito de Balsas e, claro, o prestígio da governadora demarcado por ênfases textuais que sugerem o enaltecimento de um e submissão de outro.

5.4.4. “Só no Maranhão: cinco cidades têm mais eleitores do que população”, publicado em 22/06/2012.

Em se tratando de política, no Maranhão boi voa, camelo passa pelo fundo de agulha e até saci-pererê casa na igreja com véu e grinalda e toda a pompa.

O Tribunal Regional Eleitoral acaba de descobrir que existem cinco municípios em que o número de habitantes é inferior aos de eleitores. Ou seja: nem existem crianças e nem adolescentes de 12 a 15 anos.

Numa demonstração clara de transferência de domicílios feita sempre no período próximo da eleição. Orientado por candidatos, os novos eleitores mudam de endereço, apresentam notas de água ou de luz e estão aptos a votar.

Abaixo a relação dos cinco municípios [...].

Este texto precede a lista dos cinco municípios em que o número de eleitores e o número de cidadãos divergem. Em dois parágrafos sucintos também, o jornalista revela resultado da investigação do TRE/MA de modo irônico.

No primeiro parágrafo ele faz uso de expressões hiperbólicas que indicam situações impossíveis de acontecer – boi voa, camelo passa pelo fundo de agulha e até saci-pererê casa na igreja com véu e grinalda -, mas que no Maranhão acontecem. Essa abertura cômica no texto destaca o tom crítico que o blogueiro dá à investigação do TRE, em que situações impossíveis acontecem, mas ninguém intercede.

O blogueiro compara as situações hiperbólicas à incoerência que o Tribunal Regional Eleitoral encontrou em cinco municípios do estado, onde o número de eleitores é maior que o número de habitantes, denunciando, desse modo, a “transferência de domicílios feita *sempre* no período próximo da eleição”. O uso do advérbio “sempre” indica que é prática comum, logo, do conhecimento de todos. Prática que todos sabem como funciona: “orientado por candidatos, os novos eleitores mudam de endereço, apresentam notas de água ou de luz e estão aptos a votar”.

Então, observa-se que, para além de divulgar resultado da investigação do tribunal eleitoral, o blogueiro parte da formação discursiva (que revela o caráter ideológico e o posicionamento do sujeito) de que no Maranhão “tudo é possível”, tudo acontece sob “o nariz de todos”. Indica que apesar de haver fiscalização dos órgãos competentes, todo ano eleitoral essa prática é realizada. Como objeto tem-se a investigação do TRE que foi motivada pelo período eleitoral que se aproxima (a matéria foi publicada em junho/2012 e no mês de outubro/2012 foi realizada eleição para prefeito e vereador em todos os municípios do país). Mais uma vez, o discurso deixa expostas referências típicas de um território, no caso, o estado do Maranhão. Ainda que de modo negativo.

5.4.5 “Bagunça na Via Expressa: carro de deputado foi rebocado”, publicado em 25/07/2012

Este texto relata episódio ocorrido durante construção da avenida batizada de “Via Expressa”, obra de responsabilidade do governo do Maranhão.

Antes de analisarmos aspectos da elaboração discursiva, é necessário destacar o contexto em que ele se insere. Prometida pelo governo como presente aos ludovicenses por ocasião dos 400 anos que a capital maranhense completou em 2012, a Via Expressa começou a ser construída no começo do referido ano. Sua construção promoveu debates fervorosos na Internet (em *blogs*, redes sociais e *sites*) sobre a desapropriação de habitações na área do bairro Vinhais Velho para construção da avenida.

Vários movimentos ganharam forma ao longo do ano, envolvendo não só os moradores do local como estudantes, políticos e ativistas sociais que promoviam passeatas, acampamentos na área a ser desapropriada, *shows* em apoio aos moradores etc.

O texto “Bagunça na Via Expressa” refere-se a uma dessas manifestações. Com viés negativo, Luís Cardoso descreve a ação dos manifestantes, repudiando o movimento “em prol

do Vinhais Velho”. O posicionamento do blogueiro é evidente: ele é a favor da finalização da Via Expressa por meio da desapropriação da área em questão. E essa tomada de posição é exposta ao longo do texto, ao firmar os sujeitos envolvidos no episódio e suas ações.

O blogueiro exalta a ação da polícia para conter o movimento, destacando o prejuízo aos cofres públicos que a paralisação da obra poderia causar.

Isto leva ao prejuízo a obra, que pode ter o seu cronograma alterado (prevista para ser entregue no dia 8 de setembro, data dos 400 anos de São Luís), sem falar que a construtora trabalha com máquinas terceirizadas.

A cada dia que uma máquina permanece parada, contabiliza no cofre da empresa como se estivesse funcionando. Hoje, quando a polícia militar tentou recuar os manifestantes para que a obra prosseguisse seu percurso normal, mais um contratempo.

Cardoso ainda critica o deputado federal Domingos Dutra que pôs o carro na frente das máquinas, dificultando o trabalho dos policiais e impedindo a continuidade da obra.

Há duas semanas, os mesmos manifestantes, que contam com o apoio de pessoas que não residem no local, impediram que os tratores entrassem em uma das ruas já negociadas nas indenizações pela via judicial. E mais: além de não permitir a realização dos trabalhos, tomaram as máquinas como se fossem [*sic*] um sequestro.

Para robustecer seu discurso a favor da obra, o blogueiro lança argumentos que desfavorecem a ação dos manifestantes. No trecho acima, ele enfatiza que a ocupação da área foi liberada pela Justiça e que os moradores serão indenizados, caracterizando, implicitamente, como ilegal a manifestação. Ideia reforçada com o tom criminal que ele dá ao fato quando o compara com “sequestro”. Além disso, o uso do substantivo “bagunça” no título nos leva a pensar em algazarra, em atitudes que não devem ser aprovadas. Domingos Dutra é apontado como liderança da “bagunça”, recai sobre ele grande responsabilidade pela “bagunça na Via Expressa”, o que agrega – ou pelo menos, essa é a intenção do blogueiro – a imagem de político contrário ao progresso da cidade e à manutenção da ordem.

Ao finalizar o texto com a frase “cada um fazendo o seu papel”, Cardoso nos deixa algumas possibilidades de interpretação. Podemos inferir que o autor sugere que os sujeitos envolvidos no fato estavam desempenhando papéis de praxe. De um lado, tem-se “os mocinhos”: a polícia sendo exaltada como mantenedora da ordem e o governo como provedor do progresso; de outro, “os vilões”: o deputado federal Domingos Dutra e demais manifestantes descritos como “bagunceiros” e “criminosos”, contrariando decisões judiciais e causando prejuízo aos investimentos do governo.

5.4.6 “Vice-governador quer fechar *blog*”, publicado em 29/08/2012

O blogueiro Luís Cardoso relata que o vice-governador do estado, e também candidato à Prefeitura de São Luís, Washington Oliveira, pretende fechar o *blog* por denúncias que Cardoso fez contra o candidato.

O vice-governador e candidato a prefeito de São Luís, Washington Oliveira, **tenta a todo custo** fechar o *blog* do Luis cardoso. Primeiro pediu e conseguiu na Justiça, através da 3ª Zona Eleitoral, a retirada do ar do *blog* por 24h. **Um absurdo**. No máximo, a juíza deveria solicitar a suspensão da postagem em que o candidato se acha ofendido. Nunca a suspensão do *blog*. **Mas infelizmente ainda estamos no Maranhão.**

No parágrafo acima, que inicia o texto, o blogueiro afirma que esta não é a primeira tentativa de tirar o *blog* do ar. No início do período de campanha eleitoral, o *blog* foi suspenso por 24h, fato que, segundo ele, é “um absurdo” e só aconteceu por que “ainda estamos no Maranhão”. O autor diz estar sendo “perseguido”, digamos desse modo, por expressar sua opinião e fazer denúncia, e nada aconteceu em seu favor, pelo contrário, a justiça favoreceu Washington Oliveira, permitindo que o que ele havia pedido fosse cumprido. Esta decisão é justificada por ter acontecido no Maranhão e agrega ao estado uma imagem negativa. Quando o autor diz “ainda estamos no Maranhão”, ele sugere que o estado é uma “terra sem lei”, onde os mais ricos e influentes dominam a sociedade e estão acima da Justiça. Essa frase desencadeia o histórico do coronelismo e até mesmo a morte do jornalista Décio Sá que morreu em função de denúncia feita em seu *blog*.

Cardoso não poupa qualificativos em seu texto e classifica Washington de “ditador”, “censor”, “mentiroso”, “carrasco da imprensa livre”, trazendo à tona a temática da ditadura militar e da perseguição aos jornalistas.

O ditador Washington Oliveira insiste em dizer que a decisão da juíza se deu porque o *blog* não teria publicado seu direito de resposta. **Além de censor, mentiroso**. Na primeira intimação a juíza pediu apenas a retirada de uma enquete e não enviou direito de resposta. Na segunda intimação a retirada do ar e a solicitação do direito de resposta que não foi anexada ao Mandado de Intimação.

Agora, pela manhã, dois mandados de intimação. E nos dois casos ele de novo: **o carrasco da imprensa livre, WO**. O primeiro, com pedido de direito de resposta, pelas mãos novamente da juíza Luzia Madeiro Nepomuceno. O segundo por ordem do juiz Jesus Guanaré de Sousa Borges, da 2ª Zona Eleitoral, também com direito de resposta.

É importante perceber o impacto que esta situação em si teve, para além da postagem no *blog*. Quando o *blog* foi suspenso por 24h, houve grande comoção nas redes sociais e outros *blogs* manifestaram apoio ao jornalista. Por outro lado, o vice-governador Washington Oliveira foi alvo de críticas severas, sendo comparado aos militares dos anos 60. Deve-se destacar que esta situação ocorreu em pleno período eleitoral em que Washington era

candidato a prefeito de São Luís. A péssima repercussão do ocorrido levou o candidato a emitir nota, esclarecendo sua atitude de modo a minimizar os efeitos causados pela denúncia à imagem de “ditador” que estava sendo propagada pela Internet.

Luís Cardoso ainda publicou muitos textos relatando os processos que vinha sofrendo a pedido do candidato, sempre com muita ênfase no caráter cerceador de Washington Oliveira, promovendo, assim, uma anti-campanha ao candidato em seu *blog*. Isto ficou mais claro quando o *blog* Luís Cardoso deixou de publicar *releases* sobre as atividades de campanha do vice-governador, focando apenas nas matérias negativas sobre ele.

CONCLUSÃO

Neste ponto, cumpre condensar o percurso estabelecido ao longo da pesquisa, a fim de extrair algumas consequências do *corpus*, bem como indicar possíveis investigações surgidas no curso do estudo.

Os autores apresentados no decorrer deste estudo ajudaram a embasar e fundamentar a proposta aqui exposta, bem como a análise que foi realizada. Embora oriundos de diferentes campos do saber, os postulados apresentados se entrecruzam em pontos que são cruciais a esta pesquisa.

Vimos em Lévi e Castells fundamentos que demarcam a história do ciberespaço, fruto da modernidade, que para Giddens, Ortiz e Hall, nasceu com a globalização. Esta, por sua vez, desencadeou novos processos culturais, inclusive de fragmentação da identidade, que para Hall aos poucos instituiu um novo tipo de sujeito: o sujeito pós-moderno. Embora acreditem na diversidade de identidades do sujeito, Canclini e Giddens defendem – cada um ao seu modo – a permanência de um eixo central que dá ao sujeito autonomia em suas escolhas e nos processos interacionais. Fato corroborado por Michel De Certeau ao afirmar que o sujeito não assimila passivamente o que lhe é transmitido, ele processa e transforma a informação que recebe em acordo com as informações que já possui.

Aqui, formou-se uma base para sustentação de nossa hipótese: O sujeito contemporâneo é dotado de diversas identidades que respondem a um núcleo central. Este núcleo realiza a negociação entre o que é interno e externo, bem como, entre o que é local e global.

O ciberespaço é considerado espaço global e sem território, portanto, desterritorializante. No entanto, trabalha-se aqui com o conceito de Haesbaert sobre território, em que este é construído também por aspectos simbólico-culturais que o demarcam, e estes aspectos são inculcados no sujeito ao longo de sua vivência, sendo revelados por meio do discurso. Isto acontece nas diversas esferas sociais, e com o ciberespaço, não seria diferente. Para demonstrar então a evidência de territórios discursivos no ciberespaço optou-se por estudar os *blogs* a partir da AD, aqui fundamentada nas correntes francesa e inglesa, que em nosso entendimento são complementares entre si.

Ao analisar os textos de Zema Ribeiro e Luís Cardoso viu-se que seus *blogs* disseminam referências, valores e concepções sobre a territorialidade maranhense, pois, via de regra, eles sempre falam do local em que vivem. Importante observar que isso não fica

explícito nas descrições iniciais dos espaços, pois enquanto Zema faz uma descrição subjetiva sobre sua personalidade (homem de vícios antigos, ainda compra discos, livros e jornais), Luís Cardoso enfatiza a proposta do *blog* (bastidores da notícia). Em nenhum momento é dito que as notícias que Luís Cardoso veiculará dirão respeito apenas a seu estado ou sua cidade. Assim como Zema também não delimita que vai deter-se exclusivamente sobre políticas e produtos culturais de São Luís. Eles não restringem seu trabalho de elaboração discursiva a pautas locais, mas a maioria delas é ambientada em São Luís e no Maranhão. Por que isso ocorre, então? Seria resultante de ação inconsciente? Não. Eles recorrem a pautas locais porque, em seus territórios, falam de posições coletivamente reconhecidas: um é considerado grande jornalista cultural, enquanto o outro é referência na cobertura política local.

Não se pode afirmar que o *blog* Luís Cardoso revele bastidores de notícias de outros estados ou países, salvo se ele lá tiver correspondentes. Ele entende o cenário político de sua cidade, pois está imerso nele, este é o seu espaço convivencial, tendo acesso a informações e acontecimentos nem sempre pautados pela mídia tradicional. Se ele fosse, por exemplo, cobrir a cena política de São Paulo, seu *blog* seria apenas um reprodutor das notícias de outros *sites* e jornais. Do mesmo modo, o *blog* Zema Ribeiro não poderia ser espaço para produções independentes e alternativas, como propõe ser, se estas estiverem localizadas em outras cidades. Ele até poderia fazê-lo, mas de forma superficial, sem informações detalhadas do cenário em que aquela produção se insere, sem dominar particularidades somente possíveis se o blogueiro viver a realidade retratada em seu discurso.

Os dois *blogs* pretendem ser espaços de veiculação de notícias que a mídia tradicional não expõe. Para ter acesso a essas informações “excluídas” das mídias tradicionais é preciso circular pela cidade, conviver nela e saber o que acontece em seus “bastidores” políticos e culturais. Isto justifica a recorrência a assuntos e temas locais, pois são pautas que permitem aos jornalistas produzir discursos de maior profundidade, analisando, opinando, sem necessariamente reproduzi-los de outros veículos.

No *blog* do Zema Ribeiro vê-se isso de modo mais claro. Ele seleciona a pauta e compõe sua versão sobre o assunto, articulado a seu posicionamento ideológico, ainda mais quando se trata de fomento à produção cultural independente. Viu-se que dos seis textos analisados, a maioria desferiu críticas às administrações municipal e estadual pela falta de investimento no setor cultural. São textos opinativos e impregnados de interpretação pessoal, mostrando o olhar do jornalista sobre o tratamento que se dá à cultura em seu estado e sua

cidade. Nesse cenário, ele se apresenta como incentivador cultural, na medida em que abre espaço em seu *blog* para falar sobre assuntos que a TV e os jornais não falam.

No *blog* do Luís Cardoso temos textos autorais em caráter de denúncia, aliados a textos de outros *sites* e notícias, mas a maioria referindo-se ao estado e à cidade. Os textos autorais de Cardoso são sucintos e apelam para a linguagem mais coloquial, usando expressões populares, adjetivações que qualificam ou desqualificam o objeto do discurso, o que lembra a própria prática jornalística dos jornais mais populares dos quais fez parte. Ele se posiciona como um jornalista que não tem medo de dizer a verdade sobre assuntos que a mídia local silencia. Pretende ser visto como jornalista que traz informações confiáveis em primeira mão.

A presença da territorialidade em ambos os casos é demarcada pela necessidade de legitimação do que está sendo dito, legitimação do discurso dos blogueiros. Ao saber que Zema e Cardoso criticam a administração municipal de São Luís, cidade onde residem, a crítica será considerada válida ou com fundamentos concretos, já que ambos vivem na cidade e observam no dia a dia como está a administração local.

No *corpus* analisado viu-se também como os blogueiros negociam sua imagem, a partir das posições assumidas em seus textos. Nos dois espaços, encontram-se modos distintos de escrita, mas com objetivo em comum: enaltecer a imagem do jornalista independente, que não está ligado a nenhum grupo político ou de comunicação. O território deles é o espaço da convivência local, um todo complexo preenchido por mil acontecimentos, onde o discurso se materializa e se afirma. Os exemplos aqui trabalhados servem para demonstrar que apesar de estarem localizados em um ambiente global, os *blogs* são produtos com fronteiras simbólicas demarcadas pelo discurso. Um leitor ludovicense compreenderá melhor o que se escreve no texto *Miséria cultural*, de Zema Ribeiro do que um gaúcho que nunca visitou São Luís e desconhece a lenda da serpente, o cenário político com suas frentes de embate e de concórdia.

Pode se ver, então, que a concepção segundo a qual o ciberespaço desterritorializa precisa ser revista, pois ele contém diversas plataformas de comunicação que atuam de forma diferente. Daí, não se poder aplicar o conceito de desterritorialização a todo o ambiente *online*. Ele, na verdade, só é global se o pensarmos sob a ótica tecnológica, o alcance que ele proporciona em tempo mínimo; mas quando se trata de pensar no sujeito convivendo e se relacionando naquele espaço, as fronteiras simbólicas emergem na língua, no contexto social e cultural que não são comuns a todos. Então, ao esbarrar nas diferenças, o sujeito vai buscar

“seus semelhantes”. É certo que existem interesses coletivos que são filtrados, combinados e processados, de modo a atingir um público maior e diversificado. Mas, mesmo nesses casos, a advertência feita antes continua válida.

Atualmente, alguns *sites* e *blogs* dão a opção de o autor disponibilizar ao leitor sua localização. A rede social *Facebook* contém diversos aplicativos de geolocalização e o *Twitter* também possui dispositivo que permite ao sujeito acrescentar o local em que se encontra.



Figura 6. Exemplos de mecanismos de localização na Internet.

É possível que estes mecanismos de geolocalização tenham surgido diante da demanda criada pelas relações sociais na *web*. Um mecanismo que reforce o que está sendo dito a partir da presentificação que pode ser comprovada por meio dessas ferramentas e aplicativos. As fotos também contribuem para isso. Se alguém, por exemplo, escreve que esteve em determinado *show*, a foto ou o marcador de geolocalização servirá como elemento legitimador daquilo que foi dito.

Ao se estudar ciberespaço, é preciso considerar o sujeito que o habita, observar o comportamento e a construção de seu discurso, percebendo o modo como as coisas são ditas e porque são ditas de um modo e não de outro. As diferenças que despontam da intervenção individual, personalizada, proporcionadas pelo ambiente virtual, suscita outras possibilidades de investigação. Da pesquisa que aqui se encerra, observou-se que a presença dos blogueiros na mídia tradicional, especificamente em jornais, empresta "credibilidade", confiabilidade ao

que veiculam na *web*. Daí, surgem as seguintes questões: em que medida os *blogs* do tipo individual/misto se valem dos mesmos artifícios de construção noticiosa dos jornais, virtuais ou não? É razoável considerar que, nesses casos, o maior peso dos assuntos veiculados seja a sua novidade, e, portanto, a maior capacidade de impactar os leitores, tal como ocorre na mídia tradicional? E, do ponto de vista da recepção, como reagem os leitores desses *blogs*, diante de discursos opinativos com grande carga valorativa sobre as políticas oficiais de cultura e ações do governo entre outras pautas? Como o leitor assimila, processa e interage com as informações contidas nesses *blogs*? Será que o fator territorialidade os estimula a ler *blogs* semelhantes aos de Zema Ribeiro e Luís Cardoso em vez de outros de temática mais global?

Este trabalho fica como estímulo para que possa se pensar o ciberespaço do ponto de vista das relações sociais, incentivando pesquisas futuras que se proponham perceber as fronteiras simbólicas e culturais inscritas nos sujeitos, entendendo como são representadas e como coabitam no ambiente *online*.

REFERÊNCIAS

AMARAL, A.; RECUERO, R; MONTARDO, S. **Blogs.Com**: estudos sobre blogs e comunicação. São Paulo: Momento Editorial, 2009.

AUGÉ, Marc. **Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas: Papirus, 1994.

BARBOSA, J. A. **Weblogs**: múltiplas utilizações, um conceito. Anais do XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Belo Horizonte: PUC-MG, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Consumidores e cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

_____. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da Internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **O poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

_____. **A microfísica do poder**. São Paulo: Graal Editora, 2008.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

_____. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. *In: Território, Territórios*: ensaios sobre o ordenamento territorial. Niterói: Lamparina, 2007. P. 43-108.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LEMOS, André. **Cibercultura, Tecnologia e Vida Social na Cultura Contemporânea**. Porto Alegre, Ed. Sulina, 2002.

_____. Cibercultura, cultura e identidade: em direção a uma cultura do “copyleft”. **Revista Contemporânea**, Salvador: vol. 2, dez/ 2004.

LEMOS, André; LÉVY, Pierre. **O futuro da Internet**: em direção a uma ciberdemocracia planetária. São Paulo: Paulus, 2010.

LEMOS, Flavia Cristina Silveira; CARDOSO JUNIOR, Hélio Rebello. **A genealogia em Foucault: uma trajetória**. *Psicol. Soc.* [online]. 2009, vol.21, n.3, pp. 353-357. ISSN 0102-7182.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

_____. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. São Paulo: 34, 1993.

MACHADO, Roberto. **Ciência e saber**: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault. Rio de Janeiro: graal, 1981.

MACHADO, Marcia Benetti e JACKS, Nilda. O discurso jornalístico. In: **Anais do 10º Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**. Brasília: Compós, 2001.

MAFFESOLLI, Michel. **O tempo das tribos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

MAXIMO, Maria Elisa. O eu em cena, o eu em rede: um estudo etnográfico dos blogs. **Revista Civitas**. Porto Alegre, v.7 nº2, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2003.

_____. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 8º ed., 2006.

PRIMO, Alex. **Interação mediada por computador**: comunicação, cibercultura, cognição. Porto Alegre: Editora Sulina, 2007.

RECUERO, Raquel. **Weblogs, Webrings e Comunidades Virtuais**. Revista 404notFound, v1. Nº 31, 2003.

_____. **Webrings**: as redes de sociabilidade e os weblogs. **Sessões do Imaginário**, Porto Alegre, nº 11, julh/2004.

SANTAELLA, Lúcia. **Culturas e artes do pós-humano**: da cultura das mídias à cibercultura. São Paulo: Paulus, 2003.

_____. **Navegar no ciberespaço:** o perfil cognitivo do leitor imersivo. São Paulo: Paulus, 2004.

_____. **Linguagens líquidas na era da mobilidade.** São Paulo: Paulus, 2007.

SANTOS, Boaventura de S. **Pela Mão de Alice:** o social e o político na pós-modernidade. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

THOMPSON, John. **A mídia e a modernidade:** uma crítica social da mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar:** a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

WERTHEIM, Margareth. **Uma história do espaço:** de Dante à Internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

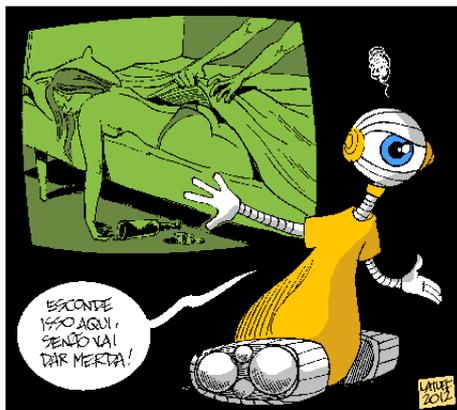
ANEXOS

ANEXO 01- Blog Zema Ribeiro

Pra não dizer que não falei de big brother

Publicado em 25/01/2012 | [Deixe um comentário](#)

[Textinho nosso pro Vias de Fato de janeiro, já nas bancas]



CIRCO DOS HORRORES

POR ZEMA RIBEIRO

São Luís, capital do Maranhão. Local e data a escolha dos leitores e leitoras. Engarrafamento. Um motorista joga uma embalagem plástica pela janela. Em outro horário e local, outro motorista para no meio da pista, mesmo havendo acostamento. Pouco se importa com a fila de carros que se forma atrás de seu veículo. Em frente a uma escola, um grupo de crianças deseja atravessar a avenida. Parecem contentes com o fim de mais um dia de aulas, o sol a pino, a fome ao voltarem para casa. Uma delas resolve por o pé na faixa, como a sinalizar aos motoristas o desejo de chegar ao outro lado da via. Quase tem o pé esmagado por vários carros.

Chove e os condutores não reduzem a velocidade. Pedestres, espremem-se sob a proteção insuficiente do que deveria ser um abrigo no ponto de ônibus. A água suja lhes molha as roupas. Ouvem-se alguns gritos, palavrões, mas xingar, dá em nada, os motoristas estão “protegidos” por seus vidros fumês e ares-condicionados.

Um(a) motorista aciona rápido o botão do vidro elétrico de seu veículo (novo), que acabou de parar em um semáforo. Prefere isolar-se do contato com a criança ou o adolescente – um ser humano, enfim – que lhe pede para limpar os vidros em troca de uma moeda. Apesar do barulho infernal proporcionado pelo ronco dos motores – embreagens cerradas mesmo em terrenos planos –, o trânsito, enfim, àquela hora, mesmo com o vidro fechado, é possível ouvir o comentário de condutor e carona acerca de “comprar droga”. “Tou com fome, é para eu comer”, tenta argumentar o “de menor” – como os do interior do veículo e os dos interiores dos veículos de comunicação tratam os filhos de “gente pobre” –, embora a música (ruim) e o barulhinho (bom) do ar-condicionado lhes impeçam de ouvi-lo.

Uma “autoridade” (branca) destrata um vigilante (negro) na entrada de uma repartição. Ele engole em seco, nada diz. Mesmo tendo razão na advertência que fizera à primeira.

Uma música de qualidade duvidosa é emitida por caixas de som em um estabelecimento comercial. É uma loja de confecções. Além da péssima música, em volume ensurdecedor, vendedores batem palmas rente aos ouvidos dos passantes. Adiante, outra loja toca música tão ruim quanto. Na verdade, um restaurante. Um homem na porta anuncia pratos

baratíssimos. Aos gritos. A depender do estabelecimento, podem estar vestidos de palhaços ou ter bundas postiças – desprovidos de qualquer graça. A música ruim é ubíqua, tanto faz venderem roupas, comidas, eletrodomésticos, utilidades do lar ou qualquer outra coisa. Se a loja vende aparelhos de som, várias músicas ruins saem de vários equipamentos (escapamentos?). De unanimidade só a “qualidade” da “obra” (sinônimo de excremento) veiculada.

A mesma música exalada por porta-malas a céu aberto, ensurdecendo antes a vizinhança e os “malas” que depois sairão cantando pneus anunciando seus dirigires embriagados. Mesmo que leis proibam coisa e outra. Adiante, na base do “sabe com quem está falando” e algum trocado, o herdeiro, ainda que de terceiro grau (de parentesco, não de formação) de alguma autoridade (política, policial, jurisdicional ou outra) é liberado pela blitz, obviamente sem ter sido submetido ao teste do bafômetro.

Mais adiante, próximo a outro bar, outro motorista, sem qualquer gota de álcool no sangue, atropela um gato. É noite e o felino morre imediatamente. O condutor ouve algum barulho, mas não se importa. Talvez não se importasse mesmo em se tratando de um ser humano.

Um homem que bebe nesse bar, munido de um saco plástico, segura pelo rabo o gato morto e deposita-o no canteiro central. Lava as mãos e torna a entornar seus goles, despreocupado. Noutra mesa, um grupo comenta a rebelião no presídio, o que a tevê do recinto havia acabado de exibir. “Bandido tem mais é que morrer. Um bando de come-e-dorme, vivendo confortavelmente à custa do Estado”, bradou um mais eufórico, batendo o copo recém-esvaziado na mesa de plástico. Sua risada cínica e sádica fez mais barulho.

A maior obra da prefeitura é uma árvore de natal, metáfora perfeita para a dilapidação dos recursos públicos: passado o período, a árvore foi ao chão. A grande marca do governo é a propaganda: anuncia mesmo o que sua gestão não fará e/ou continuará adiando indefinidamente.

Num dia, dois jornais diferentes trazem o mesmo texto sobre o mesmo assunto. Noutro, estes mesmos jornais contam duas versões completamente diferentes acerca do mesmo acontecimento.

No trabalho, colegas comentam mais um capítulo da novela, do reality show, da minissérie. Reclamam da corrupção, do trânsito, dos preços, da vida, do trabalho. Comentam qualquer coisa acerca das eleições que se aproximam. Terminam o cafezinho e voltam a seus afazeres.

Vocês, leitores, leitoras, certamente já presenciaram e/ou ouviram falar de uma ou mais das situações descritas ao longo deste texto, cujo título tomo emprestado da música homônima de Josias Sobrinho. Quem carece da realidade fabricada e ensaiada de um Big Brother Brasil quando já se vive na realidade dura, nua e crua deste circo de horrores?

Link da publicação: <http://zemaribeiro.com/2012/01/25/pra-nao-dizer-que-nao-falei-de-big-brother/>

ANEXO 02 - Blog Zema Ribeiro

Nagô

Publicado em 02/02/2012 | Deixe um comentário

O governo de Roseana Sarney reforma escolas (e prédios públicos em geral) assim: joga uma demão de tinta e aplica a logomarca de sua (indi)gestão.

Assim aconteceu, não pela primeira vez, com o Centro de Ensino Médio Gonçalves Dias. Resultado: a tinta sarneysta apagou a arte do Coletivo Nagô. Arte sim, ou você acha que o grafite não merece o status?

Agora o grupo de artistas voltou à carga, unindo-se à luta dos moradores do Vinhais Velho, ameaçados com a construção da Via Expressa (leiam sobre o assunto no blogue do Tribunal Popular do Judiciário e/ou na página da SMDH). Artistas sim, ou você acha que grafiteiro é bandido, é marginal?

Abaixo, duas fotos do muro, a segunda uma espécie de close da primeira (é ou não é genial?). Quem quiser sacar a arte in loco, é só passar ali pela Av. Kennedy, na altura da entrada do Bairro de Fátima.

Link da publicação: <http://zemaribeiro.com/2012/02/02/nago-2/>

ANEXO 3 - Blog Zema Ribeiro

Cinema grátis e de qualidade

Publicado em 30/03/2012 | 4 Comentários

O cineasta Beto Matuck conversou rapidamente com este blogue sobre o Encontro com Cinema, que ele promove aos sábados, no Chico Discos

Há cerca de um mês outra atividade semanal começou a tomar conta do espaço do Chico Discos. Às quintas-feiras, desde novembro de 2010, sob coordenação do poeta e jornalista Paulo Melo Sousa, o Papoético tem realizado debates sobre os mais variados temas ligados à arte e cultura; desde o início deste março que finda amanhã, o cineasta Beto Matuck tem promovido o Encontro com Cinema, sempre aos sábados, às 19h.

Ambos os eventos têm entrada franca e mostram, por um lado, a carência ludovicense por estes acontecimentos, e por outro o fazer na raça de pessoas que, por quererem ver as coisas acontecendo, não esperam bons ventos: promovem, com chuva, sol ou lua, sem grana (por vezes tirando do próprio bolso – sem contar “no da cachaça”, que já sai quase naturalmente), sem esperar pelo apoio do poder público e/ou iniciativa privada.

“A gente faz as coisas do jeito que pode. É da doação de um aqui, de outro acolá. O Beto [Matuck], por exemplo, doou este telão”, Paulo Melo Sousa aponta o espaço de projeção do bar, usado aos sábados e, vez por outra, às quintas. Paulão, como é conhecido, e Chiquinho, proprietário do bar, lançaram, também na raça, o I Festival de Poesia do Papoético – Prêmio Maranhão Sobrinho, que distribuirá prêmios em dinheiro e literatura a novos poetas, daqui e/ou de fora.

Neste sábado (31), o Encontro com Cinema exibirá O espelho [Zerkalo, Rússia, 1975. Drama, 101min.], de Andrei Tarkovski, cuja sinopse resume: “Um homem em seus últimos dias de vida relembra o passado. Entre as memórias pessoais da infância e adolescência, da mãe, da Segunda Guerra Mundial e de um doloroso divórcio, estão também momentos que contam a história da Rússia numa mistura de flashbacks, tomadas históricas e poesia original”. O diretor usa poemas de seu pai, Arseni Tarkovski, no fechamento das cenas.

Autor do documentário Mané Rabo, que retrata a vida de um cantador do boi de costa de mão de Cururupu, Beto Matuck respondeu as perguntas abaixo, que lhe foram enviadas por e-mail.

O cineasta Beto Matuck em ação

ZEMA RIBEIRO – De onde surgiu a ideia do Encontro com Cinema? Podemos dizer que se trata de um cineclube?

BETO MATUCK – Não se trata de um cineclube. A ideia surgiu da necessidade de podermos assistir e discutir cinema e outras artes de maneira descontraída. Além de realizar filmes, eu sempre tive muito interesse pela exibição. Chico, o proprietário do espaço, como todos os amigos sabem, é um apaixonado por cinema e abriu o seu espaço para as nossas ideias.

A seleção dos filmes é tua? Está aberta a sugestões? A programação dos filmes é de minha responsabilidade, foi feita uma lista para o ano todo, mas nada impede de exibirmos contribuições de amigos, considerando a importância estética dos filmes.

Quem assume as pick-ups e faz rolar a música do mundo após as sessões? O som é responsabilidade do [poeta e jornalista] Eduardo Júlio, que faz uma pesquisa e apresenta música fora do circuito comercial – música do mundo. Não queremos personificar o encontro,

queremos juntar forças para que muito mais aconteça em São Luís, tão carente de cultura mundial.

A coisa acontece nos moldes do Papoético, isto é, há debates sobre os filmes exibidos, ou a proposta é outra? Não há debates após as exibições, é filme e muita conversa enriquecedora.

Link da publicação: <http://zemaribeiro.com/2012/03/30/cinema-gratis-e-de-qualidade/>

ANEXO 04 - Blog Zema Ribeiro

Pequena amostra do jornalismo de Marco Aurélio D'Eça

Publicado em 26/04/2012 | 8 Comentários

Marco Aurélio D'Eça é, digamos assim, o que era Décio Sá quando vivo, o que talvez lhe soe como elogio. Espécie de boneco de ventríloquo, extremamente alinhado aos padrões, marionete a dizer ou repetir o que àqueles interessa, subserviente dos pés até o último fio de cabelo. A diferença, mínima, entre um e outro era que o recém-assassinado ao menos sabia escrever, tinha um mínimo de talento. Na verdade, dominava a técnica e tinha objetividade, não era dono de um texto grandioso, rebuscado.

O advogado Luis Antonio Câmara Pedrosa, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Seccional Maranhão da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MA) escreveu este texto sobre o assassinato de Décio Sá e o contexto em que o mesmo está inserido. Pedrosa, respeitadíssimo, é uma das maiores referências quando se trata de Direitos Humanos, não só no Maranhão, mas no Brasil.

O jornalista Marco Aurélio D'Eça, na tentativa de desvirtuar o debate, cata uma frase, uma expressão solta, circula-a com uma série de bobagens e impropérios e acusa Pedrosa e a OAB/MA de se eximirem de responsabilidades no caso Décio. Em jornalismo chamaríamos de edição o que fez o blogueiro miranteano, embora seu blogue não mais esteja nos domínios do portal das organizações Sarney.

Edição é algo importantíssimo em jornalismo. É nela que você corta, apara, reescreve, corrige erros, enfim, deixa um texto com cara de publicável. Mas há quem use suas ferramentas para outra coisa. Exatamente como faz D'Eça, com toda desfaçatez, pensando que alguém acredita N'Eça.

A expressão usada por Pedrosa, “gorilas diplomados”, não é, nem quer ser racista, nem se refere a jornalistas em geral, nem sequer à maioria dos profissionais da área. Refere-se a membros de um pequeno grupo de bacharéis em comunicação truculentos, intolerantes, agressivos, gratuitamente violentos e que agem por instinto animal, às vezes tão somente o da sobrevivência. Tampouco faz alusão à cor da pele de Décio Sá, como D'Eça quer fazer crer: há gorilas diplomados de toda cor no grande zoológico da política e do jornalismo cometidos no Maranhão da cachaça, pão e circo.

Por aí há, além de gorilas diplomados, gorilas fardados (disparando contra adolescentes e indefesos de toda faixa etária), gestores gorilas e gorilas virtuais desfilando a máxima ultrapassada de que “direitos humanos só defendem bandidos”.

Criticar a OAB/MA, o presidente de sua Comissão de Direitos Humanos ou qualquer outra entidade ou seus membros por não emitirem nota(s) de repúdio sobre o caso Décio é apenas tentar induzir seus leitores ao erro: jornalistas devem (ou ao menos deveriam) escrever em seus textos o que as pessoas dizem, nunca o que supostamente teriam pensado.

As investigações do caso Décio estão acontecendo em uma velocidade satisfatória, acima da média de inúmeros outros casos envolvendo cidadãos comuns, anônimos que morrem sem às vezes ganhar uma linha sequer em página policial de jornal, quanto mais toda essa discussão sobre o contexto, a violência, a segurança pública e tudo o mais que se tem debatido (ou se tem tentado debater) nos últimos dias. Afinal de contas, o jornalista era amigo pessoal da governadora Roseana Sarney, como já apregoou um ou outro blogueiro em meio à grande repercussão que o crime ganhou.

Com uma amizade dessas, que diferença faz uma nota de repúdio da OAB/MA ou de outra organização?

Link da publicação: <http://zemaribeiro.com/2012/04/26/pequena-amostra-do-jornalismo-de-marco-aurelio-deca/>

ANEXO 05 - Blog Zema Ribeiro

Papoético premiará hoje vencedores de seu I Festival de Poesia

Publicado em 31/05/2012 | 1 Comentário

Dos 110 inscritos, 21 poemas concorrem hoje na final do I Festival de Poesia do Papoético – Prêmio Maranhão Sobrinho, organizado pelo poeta e jornalista Paulo Melo Sousa. Os poetas Celso Borges e Josoaldo Rego compuseram a comissão julgadora da categoria, que terá ainda Mariano Costa e Gilson César julgando as interpretações, na noite de hoje. O evento, com entrada franca, terá início às 19h, no Teatro Alcione Nazaré, no Centro de Criatividade Odylo Costa, filho (Praia Grande).

Doações, em dinheiro e produtos culturais, e rifas garantiram os quase 3 mil reais necessários à realização do festival, fruto da necessidade de expansão dos encontros semanais do Papoético, onde se discute cultura e arte de modo geral, embora o espaço não se furte a debater temas outros, qual quando abrigou o lançamento da Campanha Estadual de Combate à Tortura, organizada pela Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH) e outras entidades da sociedade civil, em 22 de março, data em que o bárbaro assassinato do artista popular Jeremias Pereira da Sivila, o Gerô, completou cinco anos.

Cato da matéria Noite de premiação para a literatura (acesso exclusivo para assinantes do jornal, com senha), capa do caderno *Alternativo* no jornal *O Estado do Maranhão* de hoje (31), o seguinte depoimento de Paulão, como é mais conhecido o organizador do Papoético, de seu festival de poesia e de um concurso de fotografia que será lançado hoje, com inscrições abertas a partir de amanhã (1º): “Infelizmente o que temos é uma omissão dos poderes públicos, dos quais não conseguimos nenhum apoio. No entanto, recebemos apoio de pessoas que acreditam na proposta, na literatura, na arte como instrumento transformador”.

Este blogue acompanhou o processo de perto: cedeu seu espaço ao abrigar em uma aba regulamento e ficha de inscrição para o festival, esteve presente a algumas edições do Papoético, acompanhou por e-mail cada agradecimento que Paulão enviava a cada um que doou livros, revistas, discos, dinheiro, aos que, como o blogueiro, compraram pontos de duas rifas realizadas e por aí vai. Além de um gesto de educação e gratidão, a garantia da transparência e lisura do processo.

Tardios e recalcados ufanistas ainda se orgulham de dizer que moram na Athenas Brasileira, embora já quase não se encontrem livrarias e lojas de discos por aqui. Gestores públicos ainda se orgulham de adjetivos que talvez já não façam sentido (se é que um dia o fizeram), à guisa de propagandar aos quatro(centos) ventos a beleza exclusividade televisiva da cidade quatrocentona. Um festival como o que se encerra hoje, que busca descobrir novos talentos, valorizar a tão propagada “terra de poetas”, é solenemente ignorado pelos poderes públicos: ao pedido de apoio do comitê organizador ao Comitê Gestor dos 400 anos de São Luís sequer (h)ouve resposta.

Este blogue continua aliado a iniciativas desta natureza: amanhã a aba [PAPOÉTICO], onde você encontra, por exemplo, a lista dos 21 poemas classificados para a final de logo mais à noite, será trocada por outra que trará regulamento, ficha de inscrição e notícias acerca do concurso de fotografia que será lançado hoje. Para 2012 está previsto ainda um concurso de contos, que este blogue também divulgará em momento oportuno. “Após a premiação, haverá comemoração no Chico Discos”, avisa Paulão.

Link da publicação: <http://zemaribeiro.com/2012/05/31/papoetico-premiara-hoje-vencedores-de-seu-i-festival-de-poesia/>

ANEXO 06 - Blog Zema Ribeiro

Nossa miséria cultural (ou: acorda, serpente!)

Publicado em 09/06/2012 | 6 Comentários

[Do Vias de Fato de maio]

Pode haver luz no fim do túnel, será um trem vindo na direção oposta?, Nossa Senhora da Vitória, rogai por nós!



POR ZEMA RIBEIRO

Um texto revoltado da cantora Nathália Ferro, publicado primeiro em sua conta no Facebook e depois repercutido por alguns periódicos locais, ganhou certa repercussão, apontando diversos problemas por que passa nossa produção cultural, digo, da Ilha de São Luís do Maranhão e do estado como um todo.

Criticava o marasmo a que está relegada a cena artística na capital maranhense, cujo aniversário de 400 anos se avizinha e sobre o que nada foi feito – aquele relógio ridículo na cabeceira da ponte do São Francisco, não conta.

A cantora criticava a tudo e a todos – e suas críticas, claro, eram merecidas, tendo sido repercutidas e comentadas também pelo poeta e compositor Joãozinho Ribeiro, ex-secretário de cultura do Estado do Maranhão, em sua coluna semanal no *Jornal Pequeno*.

Keyla Santana, atriz, também colocou a boca no trombone. Ela buscou o financiamento de uma peça em que atuava pela internet, num sistema *decrowdfunding*, financiamento coletivo já bastante utilizado no centro-sul do país, que aqui sequer engatinha, com razão: a iniciativa estatal aposta em mais do mesmo, a privada faz jus ao trocadilho. Como incentivar pessoas comuns, como este que escreve, o caro leitor, a cara leitora, a enfiar a mão no bolso e bancar o que quer que seja?

Diversos agentes culturais envolvidos com a feitura do projeto *BR-135*, capitaneado pelo casal Criolina, Alê Muniz e Luciana Simões, têm discutido propostas e possibilidades para que se avance no rumo da implementação de efetivas políticas públicas de cultura por estas plagas. Além de reuniões e debates, a galera está fazendo, se movimentando, mostrando nomes e coisas interessantes, misturando, experimentando. É daí e assim que pode surgir o novo.

Foi justamente o mote para o texto de Nathália Ferro: o pouco público presente às edições do *BR-135*, realizadas no Circo Cultural da Cidade, fruto inclusive, segundo ela, da desunião da classe artística local – alguns certamente mais preocupados com “meus projetos” e a procura por financiamentos (quase sempre estatais) para “meu próximo disco”, “meu

próximo livro”, “minha próxima peça de teatro” ou mesmo para a inclusão de “meu show” no circuito junino.

O *BR-135* tem a ideia de mostrar o que de novo a cena ilhéu tem produzido, numa demonstração de altruísmo digna de louvor: com o reconhecimento nacional que têm hoje, Alê Muniz e Luciana Simões sequer precisariam morar em São Luís. No entanto, preferem ficar, tentar fazer algo diferente e mostrar que é possível conquistar o país a partir da Ilha (sem qualquer daqueles adjetivos cuja maioria perdeu completamente o sentido).

Keyla Santana, pela internet, conseguiu algo próximo da metade dos três mil reais de que necessitava para botar seu bloco na rua, isto é, sua peça no palco de um teatro da capital, uma pequena temporada de dois dias. Para não perder o que alguns haviam investido, seu marido completou, do próprio bolso, a outra metade do valor restante.

Experiência bem sucedida de crowdfunding, fora da rede mundial de computadores, foi a realização do I Festival de Poesia do Papoético – Prêmio Maranhão Sobrinho, organizado pelo poeta e jornalista Paulo Melo Sousa. O Papoético, tertúlia semanal realizada no Bar Chico Discos, no centro da capital maranhense, é um espaço privilegiado para a discussão de assuntos relativos à arte e cultura, tendo aberto uma trincheira para os insatisfeitos com o status quo.

Paulão, como é mais conhecido seu mentor, levantou os fundos necessários à realização do festival principalmente entre os frequentadores habituais do debate-papo semanal, além de entre amigos, professores universitários e artistas em geral. O festival, cuja final será realizada dia 31 de maio no Teatro Alcione Nazaré, no Centro de Criatividade Odylo Costa, filho, na Praia Grande, premiará em dinheiro os primeiros lugares em poema e interpretação e os segundos e terceiros lugares em cada categoria com livros, discos, revistas e outros produtos culturais, tudo arrecadado entre aqueles citados doadores e com a realização de rifas.

A organização solicitou ao Comitê Gestor dos 400 anos de São Luís, integrado por secretarias e órgãos públicos municipais e estaduais, apoio para a realização do festival, de orçamento modestíssimo. Sequer recebeu resposta, mostrando o desinteresse generalizado dos poderes públicos para qualquer iniciativa criativa que não parta de sua burocracia interna. O problema é que nada criativo parece vir dali. O festival recebeu mais de 100 inscrições de diversas cidades do Brasil e custou menos de 3 mil reais, com cortes em gorduras como material de divulgação (folders e cartazes), importantes em qualquer empreitada cultural.

Teimosos, os organizadores do Papoético já anunciam sua próxima invenção: um concurso de fotografia terá regulamento anunciado já em junho, com base no mesmo esquema. Dia 7, Chico Saldanha e Josias Sobrinho apresentam, no Chico Discos, o show *DoBrado ResSonante*, que estreou em Brasília/DF. Os ingressos custam R\$ 20,00 e podem ser adquiridos antecipadamente no local. Toda a renda será revertida para a realização do concurso de fotografia.

O Estado – tanto faz ler prefeitura e/ou governo – é tímido e continua apostando apenas em grandes festas populares, quais sejam, os períodos carnavalesco e junino, salvo raríssimas exceções. É o que dá mídia, é, em tese, o que dá voto – sobretudo, embora pareça óbvio, em ano eleitoral.

Faltam cerca de 100 dias para o aniversário da cidade. Não se ouve falar ainda em programação ou, antes, em planejamento de quaisquer ações comemorativas. Mas não é por isso, ou não só por isso, que clamam os artistas revoltados, aqueles que não se satisfazem com o tilintar de umas poucas moedas nos pires, um tapinha nas costas, a logomarca de um órgão público em seu disco, livro ou programa, e, no fundo, um grande “cala a boca” em qualquer vírgula que se oponha às péssimas gestões que hoje têm o Maranhão e sua capital São Luís. E aqui o comentário não se restringe ao aspecto cultural.

O que estes artistas requerem, com propriedade, é a pulsação constante da Capital Americana da Cultura, é que ela faça jus ao título. Mais que um troféu, um papel, um certificado, um evento, São Luís e o Maranhão precisam deixar o passado e a teoria de lado. É preciso viver o presente e vivê-lo na prática: já não somos Athenas Brasileira – se é que um dia fomos – e mais que bumba meu boi e/ou tambor de crioula para turista ver, é preciso que nossos logradouros sejam ocupados por arte permanentemente. É capital da cultura ou não é?

São Luís e o Maranhão não estão as maravilhas anunciadas na televisão pelas gestões municipal e estadual. Na propaganda, tudo parece correr às mil maravilhas, de propaganda nossos gestores são bons – pudera, é preciso descarregar toneladas de maquiagem para ludibriar o povo e garantir a perpetuação dos grupos no poder. A realidade é outra e é esta que precisa ser enfrentada para que algo mude. Que não emudeçam os artistas que estão corajosamente tocando as feridas para curá-las. E que ao coro dos descontentes somem-se cada vez mais artistas. Ou não, que cultura é coisa de todos nós.

A nossa miséria cultural está exposta, fratura que carece de urgente cura. Só não sente nem vê quem não quer. Já é mais que hora dessa serpente acordar!

Link da publicação: <http://zemaribeiro.com/2012/06/09/nossa-miseria-cultural-ou-acorda-serpente/>

ANEXO 07 – Blog Luis Cardoso

Hospital de Bacabal é um caminho para a morte

Maranhão 31-03-2012 às 16:00

É de descaso e abandono total o estado do hospital Laura Vasconcelos, o chamado Socorrão de Bacabal.

Os atendimentos demoram horas para ser concretizados. As pessoas se irritam com o desleixo.

O estabelecimento não é de responsabilidade do Governo do Estado, mas sim do próprio município.

O prefeito Raimundo Lisboa trata melhor sua mesa de carteadado do que aquela casa de saúde.

Como prova do descaso, fotos (veja abaixo) mostram que as macas hospitalares estão rasgadas, enferrujadas e manchadas de sangue, além do balcão quebrado e produtos de limpeza misturados a medicamentos.

Sem contar que os acompanhantes de pacientes dormem no corredor, amontoadas. Pior ainda: os salários das pessoas que trabalham no hospital estão com três meses de atraso.

E para piorar a situação, apenas dois médicos fazem os plantões no Laura Vasconcelos. E olha que Raimundo Lisboa é médico. Uma lástima!

Veja abaixo as fotos:

Obs: as fotos não puderam ser anexadas, pois encontram-se indisponíveis no *blog*.

Link da publicação: <http://www.luiscardoso.com.br/maranhao/2012/03/hospital-de-bacabal-e-um-caminho-para-a-morte/>

ANEXO 08 – Blog Luís Cardoso

Assim que a OAB reage à morte de um jornalista

Política 26-04-2012 às 18:41

“Não derramei lágrimas de crocodilo no velório, no qual não aceitaria confortavelmente comparecer. Sempre discordei dessa linha de jornalismo, que, no Estado, é composta por um pequeno número de gorilas diplomados”

Do blog do Pedrosa, presidente da comissão de direitos humanos da OAB, demonstrando desrespeito pela categoria e total desprezo à dor dos amigos e familiares do jornalista Décio Sá.

A mim não me surpreende esse comportamento de quem foi criticado pela postura omissa da Comissão de Direitos Humanos da OAB. Lamentável em todos os sentidos.

Ao invés de condenar a atitude da pistolagem de volta ao Maranhão, o advogado Pedrosa ataca o jornalista, mesmo vítima dos crimes de encomenda. Sem que ele, morto pela pistolagem tenha condições de se defender.

A atual direção da OAB no Maranhão é uma piada. Digna do mais absoluto ridículo. Não conheço, até hoje, nenhuma manifestação da Ordem dos Advogados contra o retorno feroz e descarado da bandidagem.

Pena que ainda estamos no Maranhão, onde a OAB tenha lado e se coloque a serviço de quem pratica a perversidade. Em outros tempos, era mais atuante.

Hoje, até a esposa do presidente da OAB aceita fazer parte do conjunto do governo da parente do marido. Uma excrecência! Para Pedrosa, uma coisa comum. Um fato normal.

Aliás, a atual OAB não tem fechado as narinas para uma série de absurdos, inclusive jurídicos, que acontecem em nosso estado. Uma lástima!

Link da publicação: <http://www.luiscardoso.com.br/politica/2012/04/assim-que-a-oab-reage-a-morte-de-um-jornalista/>

ANEXO 09 – Blog Luís Cardoso**Grupo político racha em Balsas**

Maranhão / Política 27-05-2012 às 10:58

Não é mais a mesma a relação outrora inseparável entre as famílias Coêlho e Martins, no município de Balsas. O que sempre foi só um grupo, agora desfila em lados opostos. Tudo por conta da sucessão municipal.

Francisco Martins quer ser o candidato à sucessão de Francisco Coêlho, coisa que nem de perto passa pela cabeça do último Chico, que deve lançar mesmo um parente próximo.

Quando passou por Balsas, a governadora prestigiou os Martins e desprezou os Coêlho. Roseana foi tomar café da manhã na casa de Lizinha Martins, atual vice-prefeita. Foi preciso Chico Coêlho ir até a residência da sua vice para saudar a governadora.

Ocorre que Roseana Sarney não engole até hoje a derrota que lhe foi imposta por Flávio Dino em Balsas, na eleição de 2010. E credita o fracasso ao prefeito.

Como se observa, nem sempre tudo que é dado a Chico pode ser ofertado para Francisco.

Obs: Imagem da publicação indisponível.

Link da publicação: <http://www.luiscardoso.com.br/politica/2012/05/grupo-politico-racha-em-balsas/>

ANEXO 10 – Blog Luís Cardoso**Só no Maranhão: cinco cidades têm mais eleitores do que população**

Política 22-06-2012 às 13:50

Em se tratando de política, no Maranhão boi voa, camelo passa pelo fundo de agulha e até saci-pererê casa na igreja com véu e grinalda e toda a pompa.

O Tribunal Regional Eleitoral acaba de descobrir que existem cinco municípios em que o número de habitantes é inferior aos de eleitores. Ou seja: nem existem crianças e nem adolescentes de 12 a 15 anos.

Numa demonstração clara de transferência de domicílios feitas sempre no período próximo da eleição. Orientado por candidatos, os novos eleitores mudam de endereço, apresentam notas de água ou de luz e estão aptos a votar.

Abaixo a relação dos cinco municípios:

Bacurituba

População – 6.238

Eleitores – 6.265

Brejo de Areia

População – 5.265

Eleitores – 6.744

Junco do Maranhão

População – 4.020

Eleitores - 4.501

Porto Rico

População – 6.030

Eleitores – 6.350

Tufilândia

População – 5.553

Eleitores - 5.901

Link da publicação: <http://www.luiscardoso.com.br/politica/2012/06/so-no-maranhao-cinco-cidades-tem-mais-eleitores-do-que-populacao/>

ANEXO 11 – Blog Luís Cardoso

Bagunça na Via Expressa: carro de deputado foi rebocado

Maranhão | 25.07.2012 às 19:10

No período da tarde de hoje, 25, a polícia teve dificuldade para retirar um pequeno grupo de moradores da área por onde passará a Via Expressa, nas proximidades do Vinhais Velho.

Há duas semanas, os mesmos manifestantes, que contam com o apoio de pessoas que não residem no local, impediram que os tratores entrassem em uma das ruas já negociadas nas indenizações pela via judicial. E mais: além de não permitir a realização dos trabalhos, tomaram as máquinas como se fossem um sequestro.

Isto leva ao prejuízo a obra, que pode ter o seu cronograma alterado (prevista para ser entregue no dia 8 de setembro, data dos 400 anos de São Luís), sem falar que a construtora trabalha com máquinas terceirizadas.

A cada dia que uma máquina permanece parada, contabiliza no cofre da empresa como se estivesse funcionando. Hoje, quando a polícia militar tentou recuar os manifestantes para que a obra prosseguisse seu percurso normal, mais um contratempo.

Liderados pelo deputado federal Domingos Dutra (PT), a turma se alvoroçou. Mantido o controle pela PM, Dutra colocou seu carro no meio da rua para impedir a passagem das máquinas. Foi preciso então que a Polícia Militar mandasse rebocar o carro dele, sob os protestos exaltados do parlamentar. Cada um fazendo o seu papel.

Link: <http://www.luiscardoso.com.br/politica/2012/07/suspensa-outra-vez-obra-da-via-expressa-pela-justica/>

ANEXO 12 – Blog Luís Cardoso

Vice-governador quer fechar o blog

Política | 29.08.2012 às 11:42

O vice-governador e candidato a prefeito de São Luís, Washington Oliveira, tenta a todo custo fechar o blog do Luis cardoso. Primeiro pediu e conseguiu na justiça, através da 3ª Zona Eleitoral, a retirada do ar do blog por 24h. Um absurdo. No máximo, a juíza deveria solicitar a suspensão da postagem em que o candidato se acha ofendido. Nunca a suspensão do blog. Mas infelizmente ainda estamos no Maranhão.

O ditador Washington Oliveira insiste em dizer que a decisão da juíza se deu porque o blog não teria publicado seu direito de resposta. Além de censor, mentiroso. Na primeira intimação a juíza pediu apenas a retirada de uma enquete e não enviou direito de resposta. Na segunda intimação a retirada do ar e a solicitação do direito de resposta que não foi anexada ao Mandado de Intimação.

Agora, pela manhã, dois mandados de Intimação. E nos dois casos ele de novo: o carrasco da imprensa livre, WO. O primeiro, com pedido de direito de resposta, pelas mãos novamente da juíza Luzia Madeiro Nepomucena. O segundo por ordem do juiz Jesus Guanaré de Sousa Borges, da 2ª Zona Eleitoral, também com direito de resposta.

O blog publicará os dois direitos de resposta no período da tarde e tem o prazo gigantesco de 24h para se defender. A publicação da resposta de WO não fará com que o blog retire uma linha do foi postado.

Ele foi sim denunciado ao Ministério Público por estelionato. A ação movida pela agência de publicidade Opendoor diz respeito a realização de campanha eleitoral do PT, em 2004, e pagas com cheques sem fundos, todos assinados pelo vice-governador, além de uma promissória. Os documentos estão com o promotor Justino Guimarães, da 3ª Vara Criminal.

Além disso, no mesmo período, o carrasco da liberdade de expressão deixou de pagar uma dívida para a gráfica Aquarela, que ele mesmo reconhece que hoje é de R\$ 1 milhão.

Veja abaixo os cheques sem fundos assinados por WO na época em que ele era presidente do PT do Maranhão dados para a Opendoor, que ele diz não reconhecer o débito.

Link: <http://www.luiscardoso.com.br/politica/2012/08/vice-governador-quer-fechar-o-blog/>